

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELBA CRISTINA FERREIRA DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ PARA A
EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

CURITIBA
2017

ELBA CRISTINA FERREIRA DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ PARA A
EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Educação, Linha de Pesquisa Educação: Diversidade, Diferença e Desigualdade Social, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucimar Rosa Dias

**CURITIBA
2017**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR -
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS, MARIA TERESA ALVES GONZATI, CRB 9/1584 COM
OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Silva, Elba Cristina Ferreira da

A atuação do Ministério Público do Paraná para a efetivação de uma educação antirracista / Elba Cristina Ferreira da Silva. - Curitiba, 2017.
197 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucimar Rosa Dias

1. Racismo na educação. 2. Educação políticas públicas. 3. Relações étnicas - Ensino. 4. Racismo - Legislação - Brasil. I. Dias, Lucimar Rosa. II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.

CDD 305.8

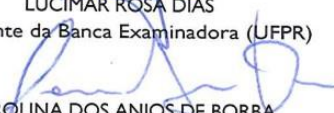


TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ELBA CRISTINA FERREIRA DA SILVA**, intitulada: "**A atuação do Ministério Público do Paraná para a efetivação de uma educação antirracista**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua A PROVA (A) no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 04 de Setembro de 2017.


LUCIMAR ROSA DIAS
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA
Avaliador Externo (UFPR)


LUCIANA DE OLIVEIRA DIAS
Avaliador Externo (UFG)

DEDICATÓRIA

Ao amor que move a vida. Aos gêmeos: Maria Júlia e Vinícius.

AGRADECIMENTOS

A Deus, quem sustenta generosamente a paz e a alegria da vida. À instituição, Universidade Federal do Paraná através dos seus professores e da minha orientadora. À família, aos amigos e aos companheiros de jornada.

O que não sei fazer desmancho em frases.

Eu fiz o nada aparecer.

(Represente que o homem é um poço escuro.

Aqui de cima não se vê nada.

Mas quando se chega ao fundo do poço já se pode ver o nada.)

Perder o nada é um empobrecimento.

MANOEL DE BARROS

RESUMO

Esta dissertação tem como tema o direito universal à educação antirracista. É sabido que o Ministério Público Federal (MPF) tem atuado nesta perspectiva, por isso, nos interessou investigar o processo instaurado no estado do Paraná em razão do Planejamento Estratégico elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP (2011-2015) e recebido pelo Ministério Público do Estado do Paraná MP-PR que, em atenção às orientações nacionais, deverá exigir dos estados e municípios a implementação de ações curriculares de combate ao racismo. A pesquisa levantou o trabalho realizado pelo MP-PR para verificar a atuação das escolas do estado no sentido de garantir a implementação da Lei Federal n. 10.639/2003 e analisar o papel do MP na defesa da sociedade e dos valores democráticos, observando sua atuação à luz da Constituição de 1988 e dos instrumentos por ela conferidos, bem como os limites impostos a sua atuação. Escolas públicas, municipais e estaduais, e escolas particulares do estado do Paraná foram interpeladas pelo MP-PR para prestar informações sobre ações desenvolvidas no sentido de cumprir o dispositivo da Lei Federal n. 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei Federal n. 9.394/1996). Durante a análise, foram observadas as motivações que levaram o MP-PR em 2014 a atuar em defesa do tema educação antirracista, o encaminhamento do MP-PR e suas decorrências no sentido de fazer cumprir as legislações e quais foram as respostas obtidas nesse intento. Para isso, tomaremos o município de Pinhais-PR como lócus principal do estudo, tendo como foco as escolas municipais de Ensino Fundamental. A pesquisa fundamentou-se numa abordagem qualitativa, oportunizando a reflexão do tema em questão, e teve caráter descritivo e exploratório. Fizemos uso da análise documental encartadas nos autos do Procedimento Administrativo instaurado pelo MP-PR e de entrevistas semiestruturadas com diferentes setores da sociedade que de algum modo se envolvem nas discussões sobre direito, educação e combate ao racismo, tais como: Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Pinhais – PR e representante do Fórum da Diversidade de Pinhais. O referencial teórico que nos orientou foi a abordagem crítica e os principais autores que colaboraram com esta reflexão foram: Coutinho (2011), Gramsci (1918, 1977, 1978, 2002, 2004, 2011), Paixão (2013), Santos (2005) e Souza (2014, 2015 e 2016).

Palavras-chave: Ministério Público. Racismo. Políticas Educacionais. Lei Federal n. 10.639/2003.

ABSTRACT

This research has as its theme the universal right to antiracist education. It is known that the Federal Public Prosecutor's Office (MPF) has acted in this perspective, so we were interested in investigating the lawsuit filed in the state of Paraná in view of the Strategic Planning prepared by the National Public Prosecutor's Council (CNPM) (2011-2015). Public Prosecution Service of the State of Paraná MP-PR, which, in accordance with national guidelines, should demand from states and municipalities the implementation of curricular actions to combat racism. The research is based on the work by MP-PR to verify the state schools' performance to guarantee the implementation of the Federal Law n. 10.639/2003 and analyze the role of the MPF in the defense of society and democratic values, observing their performance considering the Constitution of 1988 and the instruments conferred by it, as well as the limits imposed on their performance. Public, municipal and state schools and private schools in the state of Paraná were asked by the MP-PR to provide information on taken actions to comply with the provisions of the Federal Law n. 10.639/2003, which amended the Educational Guidelines and Bases' Law (LDB, Federal Law n. 9.394/1996). During the analysis, the motivations that led the MP-PR in 2014 to defend the theme of anti-racism education, the referral of the MP-PR and its consequences to enforce the legislation and what were the obtained responses in this attempt were observed. For this, we will take the municipality of Pinhais – PR as the main *locus* of the study, focusing on the municipal Elementary Schools. The research was based on a qualitative approach, allowing the reflection of the subject in question, and had a descriptive and exploratory character. We made use of legal documents analysis included in records of the Administrative Procedure instituted by the MP-PR and semi-structured interviews with different sectors of society that somehow are involved in the law, educational and fight against racism discussions, such as: SEMED de Pinhais – PR and the Pinhais Diversity Forum's delegate. The theoretical framework that guided us was the critical approach and the main authors who collaborated with this reflection were: Coutinho (2011), Gramsci (1918, 1977, 1978, 2002, 2004, 2011), Paixão (2013), Santos (2005) e Souza (2014, 2015, 2016).

Keywords: Public Prosecutor's Office. Racism. Educational Policies. Federal Law n. 10,639 / 2003.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – NÍVEIS DE RACISMO OBSERVADO NA SOCIEDADE.....	40
FIGURA 1 – ORGANIZAÇÃO DO MPF	56
FIGURA 2 – ORGANOGRAMA DO MPF DO PARANÁ	61
QUADRO 2 – CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MP-PR.....	62
QUADRO 3 – EQUIPES MULTIDISCIPLINARES OU COMISSÃO DE DIVERSIDADE	71
QUADRO 4 – SÍNTESE DOS QUESTIONÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DE PINHAIS	88

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DADOS DO IDH BRASILEIRO DO ANO DE 2000, DE ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO POR GRUPOS ÉTNICOS	37
TABELA 2 – DADOS DO IDH BRASILEIRO DE 2000	38

LISTA DE SIGLAS

ACNAP	–	Ação Popular dos Agentes de Pastoral de Negros
BDTD	–	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BIRD	–	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEPAL	–	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CNMP	–	Conselho Nacional do Ministério Público
CUT	–	Central Única dos Trabalhadores
DOU	–	Diário Oficial da União
ECA	–	Estatuto da Criança e do Adolescente
ERER	–	Educação das Relações Étnico-Raciais
IBCT	–	Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia
IBGE	–	Estatuto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	–	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	–	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	–	Lei Orçamentária Anual
MEC	–	Ministério da Educação
MP	–	Ministério Público
MPF	–	Ministério Público Federal
MP-PR	–	Ministério Público do Paraná
MPU	–	Ministério Público da União
MS	–	Mato Grosso do Sul
NEAB	–	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NEPIER	–	Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial
OIT	–	Organização Internacional do Trabalho
PNUD	–	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	–	Plano Plurianual
PR	–	Paraná
PT	–	Partido dos Trabalhadores
SEED	–	Secretaria de Estado da Educação
SEEPPIR	–	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UFPR	–	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – QUESTÃO RACIAL NO BRASIL NA PAUTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ.....	18
1.1 TRAÇANDO O OBJETO, OS OBJETIVOS E A METODOLOGIA	18
1.2 A CONTRIBUIÇÃO DE PESQUISAS REALIZADAS	22
1.3 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS	27
1.4 A HUMANIDADE E SEUS DIREITOS.....	30
1.4.1 CONCEITUANDO: DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS, INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	32
CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: DESIGUALDADES CONSTRUÍDAS.....	34
2.1 MECANISMOS JURÍDICOS, UMA POSSIBILIDADE DE DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO.....	41
2.2 A LUTA PELO DIREITO A TER DIREITO: TRATAMENTO HISTÓRICO CONSTITUCIONAL DA QUESTÃO RACIAL	44
2.3 A TRAJETÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PONTO DE VISTA LEGISLATIVO.....	49
2.4 O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF) E SUA ATUAÇÃO PARA FAVORECER A NÃO-DISCRIMINAÇÃO RACIAL.....	55
CAPÍTULO 3 – LEI FEDERAL N. 10.639/2003 (ART.26-A): O MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ E O DESAFIO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI PELO SISTEMA DE ENSINO PARANAENSE.....	58
3.1 ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO MP-PR.....	60
3.2 PROCESSO EXTRAJUDICIAL DE INTERVENÇÃO DO MP-PR: AÇÕES IMPLEMENTADAS	63
3.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR), PARCEIRA NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI FEDERAL N. 10.639/2003	72
3.4 A ESCOLHA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO A SER ANALISADA.....	74
3.5 O MUNICÍPIO DE PINHAIS NO CONTEXTO DA PESQUISA.....	75
3.5.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE PINHAIS E A EQUIPE DA DIVERSIDADE.....	77
3.5.2 FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL DE PINHAIS – PR.....	80

3.6	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO MP-PR N. 0108-15 000025-6 – INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO DE PINHAIS – PR	82
3.7	FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES PERMANENTE DE DIVERSIDADE E OS PLANOS DE AÇÃO DA DIVERSIDADE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS	86
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS.....	97
	APÊNDICE A – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) REGIÃO BRASIL	104
	APÊNDICE B – QUADRO SÍNTESE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PINHAIS.....	105
	APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM REPRESENTANTE DA SEMED PINHAIS.....	110
	APÊNDICE D – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM REPRESENTANTE DO FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE DE PINHAIS PARANÁ.....	114
	ANEXO A – OFÍCIO PROMOTORES PÚBLICOS.....	128
	ANEXO B – OFÍCIO QUESTIONÁRIO SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ.....	133
	ANEXO C – OFÍCIO QUESTIONÁRIO DIRETORES DAS ESCOLAS DO PARANÁ.....	137
	ANEXO D – OFÍCIO ESCOLAS DE PINHAIS	145
	ANEXO E – CARTA NEGRA DO FPEDER-PR.....	154
	ANEXO F – PARCERIA DO MP-PR COM UFPR.....	158
	ANEXO G – QUESTIONÁRIO ESCOLAS DE PINHAIS	191

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, o debate público brasileiro tem trazido à pauta a questão racial articulada às formas de injustiça cometidas contra 53,6% da população brasileira¹, parcela que representa a população negra. Nesse sentido, Marcelo Paixão (2013) tem verificado, em suas pesquisas econômicas, formas de manifestações dessas referidas injustiças que penalizam a população negra no Brasil. Seus estudos caminham no sentido de entender a forma pela qual “[...] as ciências econômicas brasileiras interagem com o modelo local de contatos entre pessoas de raças/cores distintas e as sequelas do racismo e da discriminação racial não somente sobre suas vítimas, os negros e indígenas, mas para o país no seu conjunto”. (PAIXÃO, 2013, p. 109).

Tais sequelas podem ser verificadas no âmbito educacional brasileiro, com os negros apresentando 1,7 anos a menos de estudo em relação aos brancos. (SALES, 2014, p. 39). Tal fato justifica o presente trabalho, que analisa as ações desencadeadas pelo Ministério Público do Paraná no período de 2014 a 2017, quando este, em consideração à Lei Federal n. 10.639/03², tomou a iniciativa de instaurar o Procedimento Administrativo n. 0046.14.000922-9 no intuito de acompanhar e orientar as promotorias de justiça do estado a intervirem nas unidades de ensino, públicas e particulares desta Unidade da Federação no sentido de adequarem o currículo escolar para cumprirem a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Assim, a análise desse processo é o objeto desta dissertação.

A relevância do debate sobre desigualdade racial é sustentada ainda pela análise dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e seus indicadores no Brasil, os quais informam ser o racismo uma influência negativa para o desenvolvimento do país, apontando relação entre desenvolvimento social e racismo. Apesar disso, tal prática está presente em todos os ambientes sociais e é observada na educação e denunciada por diversos pesquisadores, cujo pensamento influencia a presente dissertação. Dentre tais autores, destacam-se: o advogado Hédio Silva Junior (1998), que fundamenta o tema por meio da ciência jurídica, afirmando: “[...] a Carta de 1988 impulsionou um processo nacional marcado pela edição de normas programáticas e normas de conduta destinadas ao enfrentamento do racismo”. (SILVA JUNIOR, 1998, p. 7). Uma das contribuições deste autor é a organização e a análise da produção normativa brasileira relacionada à questão racial. A antropóloga Luciana de Oliveira Dias, que, dialogando com

¹ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes à população de pretos e pardos em 2014.

² É necessário evidenciar que todos os documentos do MP-PR tratam da Lei Federal n. 10.639/2003, no entanto, a Lei Federal n. 11.645/2008 altera a Lei Federal n. 9.394/1996, modificada pela Lei Federal n.10.639/2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

reflexões sobre cidadania, direitos e questões étnico-raciais, considera uma das possibilidades de exercício de direitos constitucionais a produção de políticas públicas: “Meu intuito é discorrer sobre como são vivenciadas as relações étnico-raciais no Brasil, seus principais desdobramentos e suas implicações, sobretudo no âmbito das interações socioculturais estabelecidas no âmbito da educação”. (DIAS, 2015, p. 55). A pedagoga Lucimar Rosa Dias (2007), que aborda a questão étnico-racial na primeira infância e formas de combate ao racismo nas políticas institucionais voltadas para a educação: “A identificação das políticas institucionais que de algum modo podem ser consideradas ações afirmativas, sobretudo no campo educacional, é uma tentativa de demonstrar que elas refletem a tensão presente na sociedade”. (DIAS, 2007, p. 78). O psicólogo Paulo Vinicius Baptista da Silva (2005), que analisa o discurso racista presente em livros didáticos nacionais, denunciando uma prática instituída no âmbito educacional que dissemina o racismo de modo institucionalizado. Tais pesquisadores, com diferentes formações, fundamentam o debate sobre existência de uma cultura racista no Brasil e a denunciam.

Dessa forma, assentindo ser o racismo uma construção ideológica que desconsidera cultura, história e condições materiais de um grupo racial e ainda propõe uma “igualdade” falsa, é estratégico abordar a história da população negra e dos povos indígenas, inclusive no currículo escolar, constituindo uma forma de enfrentamento e resistência. Nessa direção, cabe verificar o dito por Antonio Gramsci (1916):

Conhecer a si mesmo significa ser si mesmo, ser o senhor de si mesmo, elevar-se acima do caos, ser um elemento de ordem, mas da própria ordem e da própria disciplina diante de um ideal. E isso não pode ser obtido se também não se conhecem os outros, a história deles, a sucessão dos esforços que fizeram para ser o que são, para criar a civilização que criaram e que nós queremos substituir pela nossa. (GRAMSCI, 1916; EP I, 56-61).

Ao propor tal reflexão, Gramsci discutia o tema socialismo e cultura em seus escritos pré-carcerários (1916-1926). A abordagem do pensador italiano nos faz reconhecer as diferenças raciais e que estas constituem causa e efeito na organização social de um povo. Não podemos desconsiderar ou substituir a origem racial de um grupo se estamos tratando da essência formadora do ser humano expressa em sua cultura e em sua maneira de interagir com a construção social que o cerca.

Olhar a construção social brasileira é tarefa necessária para compreender a constituição ideológica do racismo. Para Carlos Nelson Coutinho (2011), em *O Leitor de Gramsci*³, os conceitos formulados e discutidos pelo intelectual italiano colaboram para a compreensão da realidade do Estado brasileiro e, por conseguinte, da educação. Para o autor, indicativos como “[...] Estado ampliado, sociedade civil, hegemonia, revolução passiva, dentre outros, nos ajudam a compreender importantes características de nossa particularidade histórica”. (COUTINHO, 2011, p. 13). Também e especialmente a construção do conceito de Estado, que, segundo o autor, pode fornecer indicativos analíticos capazes de apontar de forma decisiva elementos que constituem a formação política e social brasileira. (COUTINHO, 1993).

Sendo assim, para discutir o Estado brasileiro sob a égide capitalista, recorreremos ao conceito de revolução passiva, categoria desenvolvida por Gramsci para interpretar o momento histórico da formação do Estado burguês italiano no processo de unificação nacional, o *Risorgimento*. Para Coutinho (1985), o conceito de revolução passiva nos auxilia a compreender a constituição do modelo capitalista vigente no Brasil, protagonizado pelo Estado.

Para verificar a relação entre racismo, organização do Estado brasileiro e o tema pesquisado analisar-se-á a atuação do MP-PR ao intervir nas unidades de ensino, públicas e particulares, do estado do Paraná, exigindo a adequação do currículo escolar para cumprir a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira em estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, conforme a Lei Federal n. 10.639/2003. Tal lei tem sido objeto de atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que propôs no ano de 2014 aos Ministérios Públicos dos estados que intervenham nos sistemas de ensino no sentido de fazer cumpri-la.

Em decorrência dessa ação do CNJ, em 2014 o MP-PR deu início ao processo interventivo em todas as unidades escolares do Paraná. Certos de que não esgotaremos as discussões nesse momento, anunciamos que investigamos tal processo desde sua gênese, em 2014, até 2017. As ações deflagradas neste último ano, ainda pendentes de fechamento, foram analisadas com base nos elementos disponíveis em razão do tempo dessa pesquisa.

O Ministério Público Federal está em evidência neste trabalho em razão da responsabilidade que lhe foi atribuída pela Constituição Federal de 1988, qual seja, de preservar o regime democrático, defender a ordem jurídica, aplicar a legislação e atuar administrativamente e/ou judicialmente em prol dos interesses sociais e individuais indisponíveis⁴. Estes são elementos legais que justificam sua adequação para intervir nos

³ Carlos Nelson Coutinho organizou os escritos de Gramsci da seguinte maneira: escritos pré-carcerários (1916-1926) e cadernos do cárcere (1929-1935).

⁴ Abordo no item 1.4.1 deste capítulo.

sistemas de ensino, sendo necessário observar os meios interventivos utilizados e os resultados obtidos, no sentido de fazer cumprir a Lei Federal n. 11.645/2008 que altera as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Federal n. 10.639/2003, tarefa desta dissertação.

Dessa forma, desenvolver a temática desta pesquisa requer a combinação de conceitos capazes de indicar que uma parcela representativa da sociedade brasileira (53,6%) é formada por indivíduos negros, que tem sido prejudicada em razão do racismo, sistematicamente vitimada por injustiças de ordem socioeconômica e cultural ou simbólica que, ao serem exercidas, promovem de forma articulada prejuízo econômico, cultural e educacional a essa parcela populacional e ao país. Este, por sua vez, ao permitir a instalação de desigualdades de tal ordem, compromete seu próprio desenvolvimento.

Assim, a atuação do MP-PR é uma frente representativa do combate ao racismo pela via institucional. Muito embora tal instituição não esteja sob a hierarquia do Poder Judiciário⁵, sua atuação pode impor instrumentos de coerção processual ou de ajuste de conduta capazes de fazer cumprir a determinação encartada na Lei Federal n. 10.639/2003, para garantir que as escolas, públicas e particulares do estado do Paraná, cumpram a obrigatoriedade de adequar o currículo escolar para inserir a temática sobre o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O estímulo para abordar nesta dissertação as questões aqui apontadas guarda estreita relação com minha trajetória profissional. Dialogar com a Educação e com o Direito, institutos capazes de pautar a formulação de uma sociedade mais justa, faz parte de minha trajetória. Formada em História e Direito, compartilho a compreensão de Marlene Ribeiro (1999), no sentido da possível percepção de que vivemos em uma sociedade desigual, onde uma minoria explora e domina uma maioria, sem que haja constante conflito ou uso da força, por estar esta maioria disposta a aceitar sem resistência “[...] como justa e necessária a sua exploração e dominação”. (RIBEIRO, 1999, p. 68). Cabe observar que tal reflexão não trata de certa forma de determinismo que em última análise poderia desestimular formas de reação contra a dominação referida, trata sim de denúncia, sinalizando que formas de resistência precisam ser pautadas.

A dominação capitalista é operada por diversas vias; nas relações econômicas, mediante a organização social dividida em classes, e também pela hegemonia ideológica, dentre outras. Esse conjunto de forças se mantém mediante o uso de estruturas presentes na sociedade, como os meios de comunicação, o sistema extremamente desigual de distribuição renda, a

⁵ O Ministério Público é um órgão independente e não pertence a nenhum dos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário (art. 127 a 135 da CF).

política que domina os poderes constituídos e pela cultura difundida inclusive no âmbito educacional. Por fim, essa organização do Estado brasileiro regida pelo Capital menospreza a capacidade crítica e analítica da grande massa de indivíduos, manipula-os e dificulta a organização de formas de reação e reivindicação.

Entretanto, na educação é possível encontrar as ferramentas necessárias para que os oprimidos pelo sistema encontrem meios de resistência para lutar por seus direitos, exercer sua cidadania e ter acesso a instrumentos jurídicos e processuais cabíveis, pois o direito a uma educação de qualidade “[...] passa a ser politicamente exigido como uma arma não violenta de reivindicação e de participação política”. (CURY, 2002, p. 261).

Essa sociedade regida pelo Capital exige que façamos opção, nela não havendo espaço para indiferença. Aliás, como informa Gramsci (2011), “[...] Quem vive verdadeiramente não pode deixar de ser cidadão e de tomar partido. Indiferença é abulia, é parasitismo, é covardia, não é vida; odeio os indiferentes” (GRAMSCI, 1917, EP 1, 84-87 *apud* COUTINHO 2011, p. 590). Fazer opção foi minha experiência vivida logo no início do curso de História, durante uma aula de História Antiga, em uma faculdade católica e tradicional de Mato Grosso do Sul. Na ocasião, uma colega negra da turma foi humilhada e tratada com visível ódio pelo professor, afinal na opinião dele ela não falava de forma “cult”, sua escrita era “ruim” e ainda vinha das “Moreninhas”, bairro da periferia de Campo Grande – MS, estando em um lugar não compatível com sua “condição”. Diante dessa situação de manifesto preconceito de raça e classe, defini minha posição e minha referência, com todas as consequências que isso implicaria, optando pela luta, acima de tudo política. O embate, naquele contexto, foi travado em defesa do acesso ao ensino superior por todos que desejassem, sem discriminação ou opressão, mesmo em um espaço de educação privada e elitizada da sociedade sul-mato-grossense.

Já era ciente de meu posicionamento quando dera início a minha trajetória como professora de crianças na rede particular de ensino, ainda muito cedo, aos 14 anos de idade. Atuei como coordenadora pedagógica em uma escola com proposta alternativa de ensino, sem livro didático.

Quando estava nos anos finais da faculdade de História, fiz concurso público na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande (1992) e depois na Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2000), período em que o estado era governado por José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT (1999–2007). Em razão de minha trajetória profissional e política, fui convidada para compor a equipe de governo e atuei na Secretaria de Estado da Educação e na Secretaria de Gestão Pública.

Minha trajetória profissional e meu percurso formativo são instrumentos que me identificam com o tema desta dissertação, a atuação do MP na garantia de uma educação para as relações étnico-raciais, ou seja, na seara do Direito e da Educação. No Direito, atuando como agente constitucional capaz de exigir do segundo, a Educação, o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei Federal n. 9.394/1996), alterada pelas Leis Federais n. 10.639/2003 e 11.645/2008).

Por fim, ao realizar esta pesquisa, tive a pretensão de refletir sobre uma sociedade mais igual, capaz de garantir princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana e o pluralismo de ideias, além de um espaço escolar que não seja discriminador, luta travada por muitos além de mim. Sendo assim, o registro dessa pesquisa será ainda a expressão de desejos, sonhos, ações e lutas de vários sujeitos sociais na convergência de direitos que, ao longo do tempo, poderão estabelecer-se no contexto da sociedade brasileira até o ponto de não serem mais passíveis de retrocesso.

Tratar dos direitos conquistados e da necessidade de resistência vem a tempo para a reflexão pautada em razão da crise política e institucional que a sociedade brasileira atravessa. De acordo com o sociólogo Jessé de Souza (2014), a referida crise teve seu início em 2013, com as “Jornadas de Junho”, ocasião em que, segundo o autor, a hegemonia política e ideológica iniciada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), referência da esquerda na luta contra a desigualdade no Brasil, se viu sitiada por interesses de forças mais conservadoras do país que viram a oportunidade de organizar um golpe com a finalidade de se apoderarem da agenda do Estado sem ser por meio do voto popular. (SOUZA, 2016). A esse respeito, Souza (2016) informa:

A grande fraude das “Jornadas de Junho” é a impressão de que o “vilão” está no Estado e a “sociedade”, engajada e politizada, é o “mocinho”. Os jornais estrangeiros falaram então, cheios de esperança, da “primavera brasileira”, e a fraude se torna perfeita: reconhecida, aplaudida, admirada. Mas, na verdade, quem até agora ganhou e colheu frutos com a “primavera brasileira” foram as forças mais conservadoras do país. Como isso se explica? Como tantos se deixaram enganar? (SOUZA, 2016, p. 238).

Ainda segundo Souza (2016), o momento exige análise sobre a sociedade brasileira e seus conflitos de classe. A classe média brasileira, segmento mais numeroso da população e que por vezes defende ideias em comum, precisa ser observada. Para esse autor, uma pauta que merece reflexão é: o que torna a classe média brasileira parecida com a maioria desse segmento no mundo? Seguindo na direção da análise de Souza (2016), seriam seus privilégios: “[...] apropriação de capital cultural altamente valorizado e indispensável para a reprodução de

mercado e Estado”. (SOUZA, 2016, p. 240). Diferentemente da classe dominante, composta pelos detentores do Capital, os representantes da classe média não precisam esconder seus privilégios, que se originam no monopólio do poder econômico, uma vez que ela é muito restrita e seus bens estão mais protegidos de ameaças de partilha, afilhados e justificados pela dominação política e institucional do país. (SOUZA, 2015).

Segundo Souza (2015), nesse contexto da crise vivida pela sociedade brasileira, o que moveu a classe média a atuar em favor das forças mais conservadoras foi em parte o fato de se verificar ampliação das oportunidades de consumo de bens culturais, o que gerou uma reação temerosa da classe média, que se viu ameaçada com a possibilidade de partilhar espaços, empregos, prestígio e renda com os mais pobres. Essa reação foi usada pela mídia brasileira, que promoveu um processo de federalização de manifestações conservadoras isoladas, estimulou a atuação parcial, no entanto, majoritária, do Congresso Nacional em favor da manutenção dos interesses das elites e, por fim, com envolvimento de parte do Judiciário. Com isso, ocorreu a tomada do poder mediante formação de uma ordem conservadora.

É nesse contexto que propomos elementos para verificar a atuação do MP em questões relativas à educação. Assim, no sentido de organizar este relatório de pesquisa, trazemos capítulos que foram construídos a partir do diálogo entre dois temas: a questão racial no Brasil e a atuação estatal pelo MP no sentido de garantir o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei Federal n. 9.394/1996), alterada pelas Leis Federais n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008). A construção dessa pesquisa traz indagações acerca do racismo e busca apresentar alguns elementos históricos e funcionais do MP brasileiro no sentido de contribuir com a pergunta da pesquisa sobre a forma de atuação do MP-PR no sentido de fazer cumprir a determinação encartada na Lei Federal n. 10.639/2003 – garantir que as escolas, públicas e particulares do estado do Paraná cumpram a obrigatoriedade de adequar o currículo escolar para inserir a temática sobre o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Esta dissertação está organizada em três capítulos: o primeiro contém um diálogo com a organização do trabalho de pesquisa, explicita o objeto, os objetivos, a metodologia e a concepção teórica, buscando para isso elementos no pensamento de Gramsci, dentre outros intelectuais que abordamos no decorrer da pesquisa. Ainda discorreremos sobre direitos humanos ou direitos dos homens e direitos fundamentais, conceitos recorrentes ao longo desta dissertação.

No segundo capítulo, propomos a discussão sobre a questão racial no Brasil, a partir de dados que analisam os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiros, desagregando os resultados segundo o critério raça/cor. Nesse sentido, visitamos duas obras de

Paixão (2003, 2013), autor que desenvolve estudos dos referidos índices. Buscamos também a contribuição na produção de ativistas negros e de intelectuais que pesquisam e/ou militam em causas raciais, alguns que já anunciamos nesta introdução. Procuramos, ainda, trazer uma análise das Constituições brasileiras, observando o tratamento dado à questão racial na trajetória legislativa, e trabalhamos a evolução legislativa do MP em conjunto com o desenvolvimento do Estado brasileiro.

O objetivo do segundo capítulo é pautar análises sobre as Constituições brasileiras quanto à questão racial e apresentar as produções infraconstitucionais mais relevantes sobre o combate ao racismo.

No terceiro capítulo, última parte deste trabalho, está a análise da atuação do MP-PR por meio de observação detida dos autos do Procedimento Administrativo MP-PR n. 0046.14.000.922-9, que contém os registros dos procedimentos adotados no sentido de interpelar as escolas públicas municipais, estaduais e particulares acerca do cumprimento da Lei Federal n. 10.639/2003 e os termos da parceria estabelecida entre o MP-PR e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Também neste último capítulo trazemos uma análise da intervenção em escolas municipais de Pinhais, entrevistas, dados sobre o município, bem como a forma como este tem se organizado para tratar a questão racial e responder às demandas formuladas pelo MP-PR.

Por fim, formulamos as conclusões das análises dos dados obtidos pelo MP-PR, cujo objetivo foi exigir a determinação encartada na Lei Federal n. 10.639/2003 e garantir que as escolas públicas e particulares do estado do Paraná cumpram a obrigatoriedade de adequar o currículo escolar para inserir a temática sobre o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, articulando-a com a temática da questão racial no Brasil e com a análise do papel institucional do Ministério Público Federal trazido pela Constituição Federal.

CAPÍTULO 1 – QUESTÃO RACIAL NO BRASIL NA PAUTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ

1.1 TRAÇANDO O OBJETO, OS OBJETIVOS E A METODOLOGIA

Observamos uma crescente tendência no Brasil de intervenção do MP em questões relativas à educação⁶. Sendo assim, este estudo discute a atuação do MP-PR em 2014 quando este órgão dá início ao processo de verificação do cumprimento da Lei Federal n. 10.639/2003, que “[...] estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. (BRASIL, DOU n. 10.1.2003), sendo tal iniciativa do MP-PR o objeto desta dissertação.

Portanto, no sentido de verificar a atuação do MP-PR por ocasião do processo interventivo, traçamos como objetivo geral desta dissertação:

- Compreender se a ação do MP-PR colabora de fato com a alteração curricular proposta pela Lei Federal n. 10.639/2003, garantindo de forma obrigatória o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira em estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio. Caso ela ocorra, averiguar em que medida está ocorrendo o processo de colaboração e de que forma.

Para atingir tal objetivo geral, elegemos os seguintes objetivos específicos:

- a) Verificar como ocorre a articulação das ações propostas pelo MP-PR frente às determinações legislativas trazidas pela CF/1988 e outras;
- b) Fazer um levantamento do trabalho resultado da parceria estabelecida entre o MP-PR e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), através do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), para verificar os questionários formulados e enviados pelo MP-PR para as unidades de ensino do estado;
- c) Identificar um município que possa ser analisada a sua atuação no cumprimento da Lei Federal n. 10.639/2003.

Nessa direção, elegemos três eixos teórico-metodológicos para permear o processo de construção desta pesquisa, adotando a seguinte premissa: “Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes culturais europeias, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática”. (BRASIL, 2004, p. 14). Tal enunciação é relevante para essa construção que defende a alteração curricular trazida pela Lei Federal n. 10.639/2003, representando uma delimitação necessária,

⁶ Apresento neste capítulo Dissertações e Teses que corroboram essa afirmação.

porque encontramos discursos oriundos do senso comum e discursos acadêmicos que negam a existência de uma hierarquia racial na sociedade brasileira.

Os eixos teóricos metodológicos abordam: o direito a uma educação para as relações étnico-raciais, o papel do Estado na sociedade brasileira e por último os direitos humanos e os direitos fundamentais⁷.

Os três eixos se coadunam com a proposta de dialogar com a educação na perspectiva do conhecimento enquanto elemento formador da cidadania, e a do direito no sentido de direito à justiça. Conforme Thomas Humphrey Marshall, “[...] defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual”. (MARSHALL, 1967, p. 63). Dessa maneira, a educação pode promover a defesa dos direitos humanos mediante o conhecimento e o direito à garantia destes pela via processual. A educação e o direito, portanto, apresentam-se como elementos necessários, evidente que não suficientes, para defender uma proposta educacional que incorpore as relações étnico-raciais.

Isso posto, o primeiro eixo parte da concepção sobre educação como direito humano que, para ser pleno, requer uma série de desdobramentos, universalidade do acesso, garantia da qualidade, financiamento público, garantia de permanência, dentre outros, os quais nos remeterão ao direito à igualdade no plano estrutural e cultural. Ou seja, pretende-se aqui discutir a perspectiva de inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira no contexto curricular como um direito.

O segundo eixo reflete sobre o papel do Estado brasileiro situado em uma sociedade capitalista que produz e conserva desigualdades pois, segundo Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira (2003):

O não reconhecimento do “outro” como ser humano pleno, com os mesmos direitos que os nossos, tem dado muito espaço na pós-modernidade para a xenofobia e o racismo, as guerras étnicas, a segregação e a discriminação baseadas na raça, na idade, na etnia, nas questões sexuais, de gênero ou na classe social, resultando isto em altos graus de violência. (SIQUEIRA, 2003, s/p).

Assim, discutir a questão étnico-racial nas relações entre o Estado brasileiro e os cidadãos é necessário, uma vez que verificamos a existência de uma hierarquia racial com hegemonia branca indicando não haver igualdade nem mesmo formal, conforme previsto em instrumentos legais, como a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal n. 9.394/96), dentre outros. Na mesma direção, para Hédio Silva Junior (2002), a

⁷ Abordo no item 1.4 – A Humanidade e seus Direitos.

responsabilidade do Estado na promoção da igualdade é verificada quando este atua para a diminuição e eliminação da distância que separa a igualdade prevista na norma legal das desigualdades que decorrem da omissão e da ineficiência das políticas educacionais. (SILVA JUNIOR, 2002).

O terceiro e último eixo aborda a atuação do MP na garantia dos direitos fundamentais e individuais indisponíveis⁸, operando como instituição permanente de direito, essencial ao Estado Democrático de Direito, guardião da ordem pública, função esta trazida pelo artigo 127 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Para isso, este trabalho aborda o tratamento da atuação legislativa brasileira constitucional e infraconstitucional, buscando a evolução histórica do Ministério Público brasileiro como instituição e o tratamento dispensado por ele à questão racial, seguindo sempre que possível uma evolução cronológica da referida produção normativa.

No tocante às estratégias metodológicas, esta investigação é baseada em pesquisa qualitativa com enfoque em análise documental. Em *A arte de pesquisar*, a antropóloga Mirian Goldenberg (2004) diz sobre a metodologia científica que conduz a pesquisa: “Ela auxilia a refletir e propicia um ‘novo’ olhar sobre o mundo: um olhar científico, curioso, indagador e criativo”. (GOLDENBERG, 2004, p. 11).

Haja vista a estratégia metodológica adotada, buscamos informações em documentos processuais produzidos pelo MP-PR, em relatórios elaborados em razão da parceria do MP-PR com a UFPR e em documentos governamentais, dentre outros. Nos estudos de cunho qualitativo, nos quais a pesquisa documental é bastante utilizada, a tarefa de seleção e análise dos documentos ocorre na pretensão de que haverá produção ou reelaboração de conhecimentos, cabendo ao pesquisador a interpretação, síntese e ressignificação das informações em um contexto já estabelecido pela pesquisa. Os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que seu conteúdo seja entendido. (MAY, 2004).

Nessa direção, além da análise dos textos com característica documental, recorreremos a outras estratégias utilizadas pela metodologia baseada na pesquisa qualitativa:

- a) entrevistas transcritas, transformadas em textos que serviram de método de interpretação;

⁸ Direitos individuais indisponíveis são aqueles que a pessoa não tem a faculdade de transacionar e há uma obrigação compulsória a ser exercida pelo Estado no sentido de garantir sua proteção, como o direito à vida, à liberdade, à saúde, à dignidade da pessoa.

- b) produção de diversos autores sobre o tema da atuação do MP na seara da educação e sobre a Lei Federal n. 10.639/2003. A esse respeito, assim se expressa Uwe Flick (2009): “[...] o processo de pesquisa qualitativa pode ser representado como sendo um caminho da teoria ao texto e outro caminho do texto de volta à teoria”. (FLICK, 2009, p. 14).

O mesmo autor ainda nos propõe uma reflexão oportuna acerca das razões para se utilizarem elementos de uma pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo as relações sociais à pluralização das esferas de vida. As expressões chaves para essa pluralização são a “nova obscuridade” (Habermas, 1996), a crescente “individualização das formas de vida e dos padrões biográficos (Beck, 1992) e a dissolução de “velhas” desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida. Essa pluralidade exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões”. (FLICK, 2009, p. 20).

Sob o mesmo ponto de vista de Flick (2009), alguns aspectos são essenciais para se desenvolver uma pesquisa baseada na metodologia qualitativa. Destacamos os participantes, suas perspectivas e diversidades. Alguns dos participantes desta pesquisa foram o MP Federal em seu papel institucional, o MP-PR em sua atuação específica, ao verificar o cumprimento da Lei Federal n. 10.639/2003, a UFPR, por meio do NEAB, ao analisar dados colhidos pelo MP-PR, órgãos governamentais, dentre outros, concluindo que a pesquisa qualitativa: “[...] leva em consideração que os pontos de vista e as práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas e contextos sociais a eles relacionados”. (FLICK, 2009, p. 25).

Assim, estando esta pesquisa baseada em abordagem qualitativa, no sentido de compreender se a ação do MP-PR colabora de fato na efetivação do direito à educação para as relações étnico-raciais e, em ocorrendo o processo de colaboração, em que medida o mesmo se dá, apontamos a seguir os documentos que foram analisados: Procedimento Administrativo MP-PR n. 0046.14.0009220-9; Procedimento Administrativo MP-PR n. 0113.14.001755-0; Procedimento Administrativo MP-PR n. 0108-15 000025-6; Plano de Educação do Município de Pinhais – PR; Termo de Parceria estabelecida entre MP-PR e UFPR; análise da entrevista com representante da Secretaria Municipal de Educação de Pinhais; análise da entrevista com representante do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial.

No sentido de continuar pautando este trabalho em aspectos da pesquisa qualitativa, realizamos duas entrevistas como técnica para acessar documentos governamentais, produzir dados e percepções de situações e informações sobre iniciativas que colaboraram para implementação da Lei Federal n. 10.639/2003 em escolas do estado do Paraná.

Dentre as diversas etapas da metodologia escolhida para basear esta dissertação – a abordagem qualitativa documental – a última é o momento da redação, a arte de dar forma às análises dos dados e das entrevistas, dos fazeres, ato sempre permeado pela concepção teórica da pesquisadora. A concretização da redação, elemento da pesquisa qualitativa, é a oportunidade de registrar e apresentar o trabalho na perspectiva de que o conteúdo do mesmo possa suscitar discussões, novos encaminhamentos e redefinições, além de fazer prosperar reflexões, sendo esta também uma oportunidade compartilhada com diversas outras mãos.

1.2 A CONTRIBUIÇÃO DE PESQUISAS REALIZADAS

A relevância do tema sobre a atuação do MP em questões educacionais foi também evidenciada por meio do contato com outros trabalhos que discorrem sobre a intervenção do MP na seara da Educação, também sobre questões étnico-raciais e a Lei Federal n. 10.639/2003. Nesse sentido, foi realizado em fevereiro de 2016 um levantamento junto à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁹ e selecionados trabalhos disponíveis no banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT) com o objetivo de conhecer produções acadêmicas brasileiras sobre o tema abordado nesta dissertação.

Para tanto, optou-se pelo uso do descritor: “Ministério Público e Educação”, o que resultou em 345 trabalhos. A primeira seleção foi realizada com base nos títulos dos trabalhos e nos resumos apresentados. Na sequência, foram selecionados dez trabalhos dos quais relemos os resumos, os respectivos sumários e determinados capítulos para averiguar possíveis contribuições para o tema desta pesquisa. Desse total, três trabalhos contemplavam experiências em que o MP dos estados atuou em defesa de demandas educacionais.

O primeiro trabalho foi a dissertação de mestrado de Adriana Aparecida Dragone Silveira (2006), que analisou como o Poder Judiciário tem decidido demandas sobre o acesso à educação de qualidade, questões que envolvem direitos das crianças e adolescentes. A análise proposta pela autora ocorreu após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo Silveira (2006), a educação de qualidade é um direito de todos e um dever do Estado, reconhecido como direito fundamental de caráter social. Assim, o MP age propondo a judicialização das demandas que requerem garantia de acesso à educação e uma prestação de qualidade. A autora discute o acesso e o conjunto de características que compõem a qualidade

⁹ <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

da educação mediante análise dos índices demonstrados e da situação educacional do Brasil, apresentando ainda o perfil do MP à luz da legislação, as atribuições e o perfil histórico desse órgão no país. Tal trabalho indica ainda alguns limites do MP ao atuar em demandas ligadas à garantia de uma educação de qualidade. Uma das dificuldades apresentadas são as condições efetivas de trabalho dos promotores de justiça que não possuem estrutura apropriada para atuar em questões relativas à educação. (SILVEIRA, 2006).

Entendemos que o trabalho de Silveira (2006) contribui com a proposta de implementação de uma educação para as relações étnico-raciais pela via da inserção desse conteúdo nos currículos escolares porque nos permite inferir ser esse um direito público subjetivo, que a autora conceitua como “[...] uma norma jurídica constitucional que assegura a todo cidadão, investido legitimamente de seu direito, o poder para exigir o cumprimento da legislação, e ao Estado, a obrigação de promovê-lo”. (SILVEIRA, 2006, p. 36).

Ao observarmos o conceito de direito público subjetivo, depreendemos que o cumprimento da Lei Federal n. 10.639/2003 deve ser exigido pela sociedade e que o MP, como ente estatal, tem incumbência institucional de promovê-lo. Quanto à falta de estrutura abordada por Silveira, esta precisa ser denunciada para que o MP se capacite e disponibilize estrutura material para atuar em demandas ligadas à educação.

O segundo trabalho estudado é a dissertação de mestrado de Denise Gisele de Britto Damasco (2008), na qual a autora aborda a atuação do MP do Distrito Federal em prol do direito à educação no período de 2001–2007. Dentre outros temas tratados por ela, importa-nos especialmente o papel do Estado na definição de políticas e o direito à educação no Brasil. A ênfase recai sobre a atuação do MP em sua constituição como ente estatal, portanto detentor de força coercitiva. Segundo a autora:

[...] nas sociedades capitalistas, o Estado, por meio de suas instituições democráticas, é controlado pelas classes burguesas, sendo a coerção uma função evidente. Mesmo o sistema jurídico pode se tornar um instrumento de repressão e controle, desde que estabelece as regras de comportamento e as impõe, de acordo com os valores e normas da classe dominante. (DAMASCO, 2008, p. 26).

A autora aponta que, em uma sociedade capitalista como a brasileira, controlada pela burguesia, a atuação do Estado ocorre por meio do controle e da repressão. Sendo assim, há necessidade de se observar a submissão do Estado brasileiro à classe dominante e a possibilidade de que tal formação estatal seja reproduzida na forma de atuar do MP. Para a autora, o papel institucional do MP no Brasil apresenta como marco essencial a Constituição Federal de 1988. Em períodos anteriores, a atuação desse órgão ocorrera em defesa dos poderes

constituídos e não do cidadão, tendo ficado conhecido como “fiscal da lei”. Após 1988, a Constituição Federal conferiu ao MP independência funcional além de outras garantias e prerrogativas¹⁰, atribuindo-lhe a função de atuar em defesa da sociedade, mesmo que em desfavor do Estado.

Nesse sentido, podemos inferir que as atribuições para atuar em defesa da sociedade conferidas ao MP após 1988 precisam ser acentuadas no Brasil. Assim, retomamos a análise de Silveira (2006), que denuncia a falta de estrutura para tal instituição atuar em questões sociais. Por fim, certo é que há um espaço de vigilância por parte da sociedade no sentido de acompanhar o trabalho do MP e exigir que este atue primordialmente na defesa do cidadão.

Em sua pesquisa, Damasco (2008) aborda ainda o importante papel do executivo estatal como formulador de políticas públicas, as quais são instrumento necessário ao enfrentamento do racismo e da hierarquização racial. Para a autora, “Compreender as políticas públicas no Brasil significa localizar o nosso país em uma sociedade contemporânea com seus problemas e limitações”. (DAMASCO, 2008, p. 37).

Por fim, analisamos a tese de Karina Melissa Cabral (2014), que trata do MP e a justiciabilidade do direito à qualidade do Ensino Fundamental público no Brasil. Tal pesquisa traz o conceito de obrigação positiva por parte do Estado, que se apresenta sob dois aspectos importantes: a obrigação e a prestação da obrigação positiva por parte do Estado.

O primeiro desses aspectos decorre de o direito à educação representar uma forma de proteção à vida humana. Ou seja, não é ato de liberalidade por parte do Estado, precisa ser realizado. O segundo é a prestação da obrigação positiva pelo Estado. As obrigações positivas se dividem em dar ou fazer algo, comportando um comando comissivo a ser seguido pelo Estado. A mencionada obrigação denota o caráter de essencialidade da educação, “[...] sendo impossível, portanto, falar em direito à educação sem aludir à responsabilidade do Poder Público”. (CABRAL, 2017, p. 73).

O referido trabalho aborda, ainda, a educação como Direito Fundamental e Direito de Personalidade, isto é, o direito de a pessoa “ser”. Dessa forma, o caráter de essencialidade da educação é reafirmado e recebe garantia da Constituição Federal (1988). Obstáculos, limites e dificuldades para o cumprimento dos desígnios legais precisam ser pautados como forma de se elaborar o enfrentamento e exigir o cumprimento da responsabilidade legal atribuída ao Estado em relação ao que Silveira (2009) chama de necessária qualidade da educação no Brasil.

¹⁰ Abordo no capítulo II as garantias e prerrogativas do MP brasileiro.

No levantamento teórico efetuado até o momento, abordamos a educação e a atuação do MP, o que nos possibilitou produzir as três análises anteriores. No entanto, a questão do racismo verificado em ambientes escolares e a Lei Federal n. 10.639/2003, que torna obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, levou-nos a um segundo levantamento, desta feita utilizando o descritor “educação e racismo”, que permitiu localizar 210 trabalhos.

Observando os títulos, verificamos que três pesquisas abordaram a Lei Federal n. 10.639/2003 e experiências em ambientes escolares. Da mesma forma que procedemos no primeiro levantamento, lemos o resumo e capítulos específicos que contribuíram com esta pesquisa. Dentre tais trabalhos, destacamos a tese de Benjamin Xavier de Paula (2013), na qual o autor aborda a formação de professores para a implementação da Lei Federal n. 10.639/2003 na cidade de Uberlândia – MG, entre 2003 e 2008. Apresentando proposições sobre emancipação para as relações étnico-raciais, o autor articula o conceito de emancipação a partir do pensamento de Boaventura Souza Santos (2010), Paulo Freire (2007) e Ana Maria Saul (1988). Segundo ele, “A emancipação ocorre quando os sujeitos sociais adquirem uma consciência da necessidade de superação das opressões e exclusões e, nesse sentido, adquirem autonomia para transformar esta consciência em ação [...]”. (PAULA, 2013, p. 77).

Dessa forma, o conceito de emancipação no sentido de luta política, educacional e social para implementar as relações étnico-raciais apresentado pelo autor colabora com o tema que ora pautamos, a importância da Lei Federal n. 10.639/2003 como política de Estado que tem a tarefa de promover e valorizar o legado histórico e cultural da população negra brasileira. (PAULA, 2013).

Outro trabalho selecionado foi a dissertação de Luiz Carlos Paixão da Rocha (2006), na qual o autor resgata o contexto em que ocorreu a alteração de dispositivos da Lei Federal n. 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em decorrência da Lei Federal n. 10.639/03:

A proposta do movimento social negro foi atendida, em grande parte, em 9 de janeiro de 2003, com a assinatura da Lei 10.639/03, oriunda do Projeto de Lei n. 259, apresentado em 1999 pela deputada Esther Grossi e pelo deputado Benhur Ferreira. A Lei assinada pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e o então Ministro da Educação, Cristovam Buarque, altera dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96 – LDB), tornando obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio das redes pública e particular do país. A temática deve ser trabalhada, segundo a lei, no âmbito de todo o currículo escolar, mas preferencialmente nas disciplinas de História, Língua Portuguesa e Literatura e Educação Artística. Além dessa obrigatoriedade, a Lei 10.639/03 instituiu a data de

20 de novembro no calendário escolar como “Dia Nacional da Consciência Negra”. (ROCHA, 2006, p. 81).

O autor informa sobre a atuação do Movimento Negro no Brasil, protagonista do processo que torna obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira em escolas de Ensino Fundamental e Médio, tanto na rede pública como na rede privada. Defende, ainda, que a iniciativa da lei é importante, uma vez que a escola é uma instituição reprodutora do racismo. Tal afirmação pode ser verificada na repetição de conceitos, ideias e práticas presentes em seu ambiente. A escola não é neutra, antes engendra as contradições encontradas na forma de organização social. (ROCHA, 2006).

O trabalho de Rocha (2006), portanto, reafirma a necessidade de uma mudança curricular em instituições de Ensino Fundamental e Médio, conforme comando da Lei Federal n. 10.639/2003. Nesse sentido, o autor observa a ocorrência de dois momentos de luta distintos: um anterior à promulgação da dita lei, com o protagonismo do Movimento Negro e do Partido dos Trabalhadores (PT), mediante a atuação de seus parlamentares e do chefe do executivo federal; e um segundo momento, posterior à promulgação da lei, em razão da necessidade de implementação do dispositivo legal.

O terceiro trabalho analisado é a dissertação de Isabel Passos de Oliveira Santos (2014), na qual a autora aborda a implementação da Lei Federal n. 10.369/2003 em escolas de Campinas – SP. A autora aborda as desigualdades da sociedade brasileira em razão das diferenças raciais. Segundo ela:

Os dados da PNAD/IBGE-2009 apresentam uma sociedade ainda desigual, onde as diferenças entre brancos e negros são percebidas em vários aspectos. Os negros (incluindo os pardos) possuem em média 1,7 anos de estudo a menos que os brancos. Entre a população negra o índice de analfabetismo é de 13,4% contra 5,9% na população branca. Na faixa etária entre 15 a 17 anos, 60,3% dos brancos frequentam a escola e 43,5% dos negros frequentam a escola nesta mesma faixa etária. O acesso ao nível superior também apresenta desigualdades, enquanto 21,3% dos brancos têm acesso, apenas 8,3% dos negros estão em unidades de ensino superior. (SANTOS, 2014, p. 39).

Parte da desigualdade verificada nas escolas é abordada pela autora como resultado de práticas preconceituosas e racistas, pressuposto do qual partilhamos e que discutiremos mais detidamente no capítulo II desse trabalho.

Das análises realizadas, verificamos a importância de considerar: a educação como direito a ser preservado pela sociedade e por instituições como o MP, a elaboração de políticas públicas como instrumento na garantia de uma educação de qualidade e para o enfrentamento da desigualdade gerada pela injusta organização socioeconômica da sociedade brasileira, o

compromisso do Estado com a garantia de acesso, permanência e prestação de qualidade da educação, podendo ser esta um instrumento de luta contra a opressão e a exclusão que o racismo e o preconceito promovem por meio do estabelecimento de uma hierarquia racial com hegemonia branca.

1.3 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Na busca por um referencial teórico que fundamentasse as ideias apresentadas neste trabalho, evidenciamos que este é um legado construído ao longo da trajetória de cada pesquisador, sendo, em apertada síntese, a forma como este enxerga a realidade. Nesse sentido, o filósofo italiano Antonio Gramsci discute:

A realidade é rica nas combinações mais estranhas e é o teórico que está obrigado a buscar a prova decisiva de sua teoria nesta mesma estranheza, a traduzir, para a linguagem teórica, os elementos da vida histórica e não ao contrário, que seja a realidade que deva apresentar-se segundo esquema abstrato. (GRAMSCI, 1977, p. 1051).

Sendo assim, olhar a sociedade, sua composição socioeconômica, política e cultural é tarefa que nos moveu a buscar com atenção especial o pensamento de Gramsci (1926–1937), que vê o ser humano como criação histórica, espírito e não um ser da natureza, para quem “[...] só de pouco a pouco, de extrato em extrato, a humanidade adquire consciência de seu próprio valor e conquista o direito de viver independentemente dos esquemas e dos direitos de minorias que se afirmam historicamente num movimento anterior”. (GRAMSCI, 1982, p. 117).

Dessa maneira, para olhar nossa sociedade e nosso tempo, é necessário olhar as circunstâncias trazidas por Gramsci, que elaborou sua teoria erigida na história em dado momento e espaço geográfico, sendo os acontecimentos e fatos manifestos em uma realidade concreta, com pessoas concretas, portanto a “filosofia da práxis”¹¹.

Em prefácio à obra *Vida e pensamento de Gramsci – 1926–1937*, de Giuseppe Vacca, Maria Alice Rezende de Carvalho (2012) anuncia três planos de leitura para que melhor se compreenda Gramsci: o analítico, o temático e o político. Abordaremos neste trabalho o primeiro e o segundo desses três planos tendo por objetivo embasar a atuação do MP-PR e percebê-la em movimento, em um contexto de disputa, numa sociedade capitalista com domínio do Estado burguês, e ainda comedir o objeto de atuação do MP-PR, qual seja, a existência de uma hierarquia branca na sociedade brasileira.

¹¹ Referência à forma interpretativa desenvolvida por Gramsci para abordar o materialismo histórico e dialético.

O plano analítico corresponde à vida familiar do filósofo, sua atuação política, o período de prisão, partindo-se do pressuposto de que vida e pensamento não são dissociáveis da obra. Assim, o plano analítico propõe a superação da partição entre obra e biografia que muitos intelectuais fazem ao interpretar os textos de Gramsci: [...] “Vacca concebe os textos de Gramsci como ele próprio os concebia, a saber, como práticas materiais, atuações da estrutura social e de sua dinâmica, não como o desenrolar de uma história das ideias sobre si mesma”. (CARVALHO, 2012, p. 23).

Ainda no plano analítico, considera-se que o jovem Gramsci fundamenta a luta do proletariado contra o capitalismo e vê a “necessidade de uma preparação ideológica de massas”, sendo frentes interdependentes de luta contra o capitalismo: a econômica, a política e a ideológica.

Segundo o revolucionário italiano, a frente econômica em sua fase sindical elementar desenvolveria resistência contra o capitalismo, pelo controle operário da produção e luta para eliminação do capitalismo mediante socialização. (GRAMSCI, 1978).

Na frente política, propõe-se atuação “[...] para travar o poder da burguesia no Estado parlamentar, isto é, para manter ou criar uma situação democrática de equilíbrio entre as classes que permita ao proletariado a organização e desenvolvimento; luta para a conquista do poder”. (GRAMSCI, 1978, p. 24).

A frente ideológica, que pressupõe a existência e o desenvolvimento das fases econômica e política, requer o conhecimento da doutrina do partido, principalmente por parte dos sindicalistas. (GRAMSCI, 1978).

A análise do surgimento de uma nova classe dominante revela a diferença entre “direção” e “dominação”. Para Gramsci, a instalação de um novo grupo dominante na sociedade é anterior ao fato de se assumir o poder: “[...] a função dos intelectuais *orgânicos* é liderar *intelectual e moralmente* a sociedade por meio da educação e da organização da cultura, e não por meio dos tradicionais métodos de coação jurídica e policial”. (MONASTA, 2010, p. 23-4).

De tais colocações depreendemos, portanto, que a formação de um grupo capaz de ocupar espaço de poder exige investimento intelectual, sendo o sistema educacional uma possibilidade viável para essa preparação. O pensamento gramsciano pode ser aplicado à educação na perspectiva de transformar a concepção de mundo abordada pelos grupos sociais. Para tanto, é necessário admitir a filosofia da práxis, pela construção de uma nova forma de pensar que negará a manutenção das estruturas estabelecidas no sistema educacional. O desafio será produzir condições de elevação cultural, tendo a escola como *locus* privilegiado desse processo revolucionário.

A leitura da obra de Gramsci no plano temático aborda a produção do autor no período que antecede sua prisão, de real cerceamento da liberdade. O conceito de hegemonia construído neste contexto é fundamental para direcionar a formulação teórica que permite verificar determinado objeto de pesquisa.

O conceito de hegemonia em Gramsci não é encontrado como teoria ou pensamento definido, mas aparece de forma conjuntural nos *Cadernos do Cárcere* e toma forma no processo de independência da Itália denominado Risorgimento. A esse respeito, assim nos diz Joseph A. Buttigieg:

[...] Gradualmente, no decorrer da pesquisa e da redação, Gramsci elabora seu conceito de hegemonia; mas é importante observar que esta elaboração nunca toma a forma de uma abstrata, sistemática e abrangente exposição teórica do conceito de hegemonia como tal. O desenvolvimento do conceito de hegemonia, por parte de Gramsci, sempre ocorre em conexão com seu tratamento dos temas e fenômenos cada vez mais diversos que ele se esforça por analisar, no seu campo de pesquisa sempre em expansão. Assim, o conceito gramsciano de hegemonia é enriquecido, ampliado e reforçado pelo seu exame crítico de uma ampla variedade de questões e problemas, enquanto, ao mesmo tempo, ajuda a iluminar sua compreensão destas mesmas questões e problemas e lhe possibilita obter *insights* a respeito deles. (BUTTIGIEG, 2003, p. 41).

Nesse sentido, o conceito de hegemonia em Gramsci refuta a compreensão de uma construção ideológica na sua forma singular. Comparada à concepção de ideologia, a hegemonia é muito mais alargada, não devendo jamais uma ser tomada pela outra. Hegemonia é conceito composto por aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos. Para Gramsci, a formação de uma consciência crítica requer o reconhecimento de “hegemonias contrastantes”, um processo que ocorre no campo filosófico [...] implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (GRAMSCI, 1978a, p. 21).

Para Gramsci, estar em condição subordinação em relação a um grupo tido como superior retira a capacidade de análise desse processo do grupo submetido, que passa a adotar o ponto de vista do grupo superior, mesmo se autodestituindo da capacidade de reconhecer a realidade que o cerca e o constitui. Para Gramsci, os dois modos de manifestação de supremacia de um grupo são:

[...] como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve, ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o

poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também [dirigente]. (GRAMSCI, 2002, p. 62-3).

Dessa forma, é necessário reconhecer que as condições econômicas, em paralelo às condições ideológica, jurídica, religiosa, intelectual e filosófica, são fatores que determinam o desenvolvimento de uma classe. (GRAMSCI, 1989). O desenvolvimento de uma classe, nesse sentido, é marcado por uma guerra de posições hegemônicas, sendo a hegemonia reconhecida como um processo contraditório. Para Maria das Graças de Almeida Baptista, “[...] Compreender a concepção do mundo dos sujeitos, no conjunto das relações sociais, entre elas a educação, possibilita compreender o movimento do real, suas contradições, e abrir espaço para a superação dessas contradições e do próprio real”. (BAPTISTA, 2010, p. 187).

Gramsci elabora o conceito de hegemonia à medida que trata dos temas e fenômenos pertinentes ao seu contexto. Sendo assim, verificar a existência de temas e fenômenos pautados pelo filósofo italiano em comparação a eventos presentes na sociedade brasileira é tarefa possível. Nesse sentido, observemos o que afirma José Antônio Marçal sobre a existência de uma hegemonia racial branca no Brasil: “[...] pode-se dizer que a desigualdade entre brancos e negros é resultado de um histórico processo hegemônico cujo objetivo não era só excluir, mas convencer da justa necessidade dessa exclusão e afastar qualquer ameaça a privilégios e posição de poder. (MARÇAL, 2011, p. 12). Destarte, é pertinente debater a existência de uma hegemonia racial branca sobre as demais raças no Brasil a partir do conceito gramsciano de domínio ideológico.

Por fim, abordar o conceito de hegemonia no contexto desta dissertação é pautar, também, a ação do MP-PR numa conjuntura viva, em franco movimento histórico, envolto pela análise da conjuntura socioeconômica, cultural e ideológica sob o clipeo de uma sociedade regida pelo domínio do capital.

1.4 A HUMANIDADE E SEUS DIREITOS

Direitos do homem ou direitos humanos e direitos fundamentais são positivamente dos direitos básicos individuais, políticos, sociais e jurídicos transcritos em forma de normas, sendo o primeiro revestido de caráter universal e o segundo de expressão nacional e derivado do primeiro. Dessa forma, compatíveis com as normas constitucionais do país, os direitos fundamentais abordados no contexto desta dissertação guardam relação com os direitos do homem ou direitos humanos e têm por objetivo resguardar garantias como: o direito à vida, à

liberdade, à igualdade, à educação, à segurança, à moradia, ao trabalho, ao lazer, à assistência aos desamparados e ao voto, dentre outros.

Abordaremos a atuação dos direitos básicos individuais na perspectiva tecida por Norberto Bobbio no livro *A Era dos direitos* (2004): “Direitos do homem, democracia e paz, são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos não há democracia; sem democracia não existem as condições mínimas para a solução dos conflitos”. (BOBBIO, 2004, p. 1).

Portanto, se a edição de tais direitos interfere na condição de cidadania das pessoas, podemos inferir que para se tornar cidadãos é necessário o reconhecimento de alguns direitos fundamentais. Dessa maneira, a democracia é o lastro de uma sociedade formada por cidadãos com direitos reconhecidos e protegidos.

Partindo dessa premissa e discernindo o racismo como manifestação de violência e desrespeito, procuramos identificar, no campo do direito, normas positivadas no campo nacional e internacional que indiquem a incompatibilidade do racismo com um Estado Democrático de Direito. Assim, é a edição da geração de direitos humanos ou direitos do homem que procura garantir a proteção da paz em cada Estado e no sistema internacional:

[...] os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (BOBBIO, 2004, p. 5).

Portanto, os direitos humanos estão inseridos na sociedade como forma de agir ou de fazer cumprir, ou seja, fazer ou deixar de fazer, sempre no sentido de assegurar a dignidade humana, pautando a organização da sociedade no plano da liberdade, igualdade e da solidariedade.

Nessa direção, ao discorrer sobre as razões da tolerância, Bobbio (2004, p. 180) defende que tal conceito possa ser percebido de duas formas distintas: uma diante da prática de diferentes crenças, podendo ser relativa à religião ou convicção política, e outra relativa ao preconceito e à discriminação, ocorrendo em razão de motivos físicos ou sociais:

A primeira deriva da convicção de possuir a verdade; a segunda deriva de um preconceito, entendido como uma opinião ou conjunto de opiniões que são acolhidos de modo acrítico passivo pela tradição, pelo costume ou por uma autoridade cujos ditames são aceitos sem discussão. (BOBBIO, 2004, p. 180-1).

Pois bem, o direito positivado procurou proteger os direitos dos seres humanos mediante a edição das chamadas gerações de direitos humanos. Para alguns legisladores, é possível apresentar até a nona geração de direitos humanos; aqui, abordaremos a tradicional edição, que apresenta três gerações: a primeira, que trata das liberdades públicas e direitos políticos; a segunda, abordando direitos sociais, econômicos e culturais e a terceira, que apresenta os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Por outro lado, os direitos fundamentais, aqueles decorrentes da Constituição Federal, podem ser subdivididos da seguinte maneira: direitos individuais e coletivos, direitos sociais e da nacionalidade e direitos políticos.

No decorrer deste trabalho, ocupamo-nos da terceira geração dos direitos dos homens ou humanos, que trata dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos fundamentais individuais e coletivos como uma conquista da sociedade para proteger todo cidadão, considerando o MP, instituição que protagoniza a presente dissertação, responsável pela guarda dos referidos direitos.

1.4.1 Conceituando: direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos

Com a evolução da sociedade transformando as relações de âmbito econômico e de consumo, surge a necessidade da formulação de normas de alcance mais abrangente com o objetivo de proteger o cidadão, via de regra, considerado a parte mais vulnerável quando em uma relação jurídica. Pois bem, embora os conceitos necessários a este trabalho sejam extraídos do Código de Defesa do Consumidor – Lei Federal n. 8.078/1990, sua importância empresta sentido à luta contra o preconceito e o racismo na medida em que o atual sistema jurídico brasileiro tem compreendido o sentido mais alargado dos direitos transindividuais, estes com capacidade de proteger os cidadãos em amplas situações e não apenas diante de uma relação de consumo.

Dessa forma, os direitos transindividuais resultantes da evolução da sociedade são os direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos, sendo possível encontrar a conceituação desses direitos no parágrafo único do artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor – Lei Federal n. 8.078/1990 – que dispõe:

- I – interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
- II – interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe

de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;
III – interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum. (BRASIL, Lei Federal n. 8.078/1990).

Destarte, os direitos transindividuais ultrapassam os limites entre direito público e privado, rompendo com a dicotomia entre ambos. Uma vez que não apresentam titularidade, imprimem característica de solidariedade a suas ações, dirigidas a um grupo grande de pessoas, o que lhes dá forma. Por fim, são esses mesmos direitos transindividuais que tratam da coletividade.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 129, III, atribuiu ao MP a responsabilidade de agir em favor da coletividade para proteger o patrimônio público e social e, de forma deliberada e irrestrita, “[...] de outros interesses difusos e coletivos”. (BRASIL, CF de 1988, art.129, III). Ou seja, essa determinação legal dá ao MP alcance para também atuar em questões raciais, como ocorre no estado do Paraná, onde o MP-PR interveio em 2014 no sentido de exigir o cumprimento da Lei Federal n. 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira em estabelecimentos de ensino.

CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: DESIGUALDADES CONSTRUÍDAS

Neste capítulo analisamos indicadores sociais desagregados pelos grupos de cor ou raça, verificando os impactos destes nas condições de vida da população negra. Os estudos considerados demonstram que há de fato prejuízo socioeconômico, cultural e educacional envolvendo a população negra e denunciam a existência de uma hierarquia racial com hegemonia branca no Brasil desde o período colonial. Disso decorre que “Convivem, no Brasil, de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu”. (BRASIL, 2004, p. 14).

Também discutimos a trajetória do MP no Brasil e sua atuação em prol dos Direitos Fundamentais para melhor compreensão dos limites e possibilidades dessa instituição. O propósito dessa discussão é compreender a atuação do MP-PR, que em 2014 interveio no sistema de ensino no sentido de exigir o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação alterada pela Lei Federal n. 10.639/2003¹² e 11.645/2008 – objeto dessa dissertação.

Dessa forma, iniciamos o debate sobre a hierarquia social que se revela na hierarquia racial, tendo como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001–2012, considerando os seguintes dados levantados por aquela pesquisa: características das famílias, escolaridade, trabalho e renda e seguridade social. Tal análise permitiu verificar que houve no período uma melhora na situação social da população brasileira, com aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em 29%, sendo observada ainda a redução da pobreza, a prosperidade do mercado de trabalho, da educação, da saúde e a ampliação do acesso a bens e serviços.

Na mesma direção, no que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH¹³) de 2013, que leva em conta a expectativa de vida, a educação e a renda *per capita* do brasileiro, o país superou a média da América Latina e do Caribe:

[...] o brasileiro tinha 73,9 anos de esperança de vida (73,8 em 2012), 15,2 anos de expectativa de anos de estudo (14,2 em 2012), 7,2 anos de média efetiva de estudo (igual a 2012) e renda *per capita* anual de 14,275 mil dólares (14,081 mil dólares em 2012). Essa combinação deu ao país um IDH de 0,744. Na versão 2012, o índice do país era de 0,742. (BRASIL, 2013).

¹² O MP-PR em seus documentos se refere à alteração da LDB em seu art. 26-A, como Lei Federal n. 10.639/2003. Atualmente o art. 26-A é regido pela Lei Federal n. 11.645/2008. Sabedores que o Movimento Negro e pesquisadores da educação para as relações étnico-raciais também consideram a Lei Federal n. 10.639/2003 para tratar da cultura afro-brasileira e africana no currículo, seguimos essa cultura, pautada em atitude política e não em norma restritiva.

¹³ O IDH vai de 0 a 1; quanto mais próximo de 0, pior é o desenvolvimento humano, quanto mais próximo de 1, melhor é o índice: “muito baixo” 0.000 até 0.499, “baixo” 0.500 até 0.599, “médio” 0.600 até 0.699, “alto” 0.700 até 0.799 e “muito alto” acima de 0.800, tal índice considera indicadores de saúde, renda e educação. (Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais).

Portanto, a partir da análise dos dados da PNAD e do IDH, podemos inferir que entre 2001 e 2013 o Brasil atravessou um importante momento de prosperidade social. Tais índices, no entanto, foram formados sem desagregar dados como cor e raça, os quais, em nossa concepção, influenciam e modificam tais índices.

Para Paixão (2013), os conceitos de raça e etnia são importantes para debater a realidade social do brasileiro. Segundo o autor:

Como etnia [...] compreende-se um conjunto de fatores de natureza sociocultural, aqui com especial menção à dimensão linguística, que sejam causa eficiente de uso por cada (sic) pessoa, tanto do processo de constituição de suas afinidades eletivas para com outras pessoas portadoras de hábitos, crenças e valores semelhantes, como de sua caracterização coletiva distinta perante os demais membros da sociedade. (PAIXÃO, 2013, p. 31).

[...] o termo raça dialoga primeiramente com a variabilidade dos seres humanos em termos físicos. Ou seja, a base dessa compreensão reside no fato de que os seres humanos possuem uma grande variabilidade de tipos em termos de suas respectivas aparências, especialmente quando se leva em consideração o grau de intensidade de pigmentação de suas peles, os tipos faciais, as cores dos olhos, o formato dos cabelos e, em alguns casos, a forma corporal (altura, peso, tipo corpóreo) [...]. Contudo, a redução do termo raça ao seu aspecto físico igualmente não esgota a problemática tendo em vista que, dentro do campo de estudos das relações raciais às distintas formas físicas podemos identificar associações correspondentes em termos antropológicos e políticos. (PAIXÃO, 2013, p. 32).

Entendemos, assim, que o conceito de etnia é mais adequado para fazer referência ao grupo sociocultural indígena, uma vez que informa dimensões linguísticas, hábitos, crenças e valores comuns, características timbradas à constituição da cultura indígena. De outro lado, o conceito de raça informa dimensões sobre a variabilidade física de determinado grupo racial: cor da pele, aparência. Nesta pesquisa optamos por utilizar o termo raça, considerado mais adequado à análise do objeto aqui em questão.

Na mesma direção que Paixão (2013), Sales Augusto dos Santos (2007) também analisou os dados do IDH brasileiro desagregando cor/raça. Para este autor, essa verificação revela a sociedade brasileira partida entre duas cidadanias: a dos brancos, que têm elevados índices de escolaridade, trabalho e renda, e a dos pretos e pardos, cujos índices se igualam aos dos países mais pobres do mundo, divergindo do quadro de prosperidade do país quando os índices se encontram na forma agregada, ou seja, sem distinção cor/raça. Nesse sentido, para Santos (2007), o fenômeno do racismo é o responsável pela partição entre “[...] o Brasil branco, não discriminado racialmente, e o Brasil negro, discriminado racialmente, que acumula desvantagens em praticamente todas as esferas sociais, especialmente na educação e no

mercado de trabalho, em função do racismo”. (SANTOS, 2007, p. 15). O que passaremos a observar são os índices a partir da variável cor/raça, utilizando os dados do sistema estatístico brasileiro e a análise produzida por Paixão (2013).

A população negra brasileira apresenta IDH menor em todas as regiões e Estados do país, segundo o *site* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação João Pinheiro. Soma-se a isso o fato de que o IDH da população negra não chegou a alcançar os índices da população branca em 1991, quando esta apresentava IDH “muito baixo”.

Assim, o IDH brasileiro por região, considerando a diferença entre grupos de raça/cor, tem sido observado por diversos pesquisadores. Em estudo acerca das desigualdades raciais no Brasil no ano de 2000, Paixão (2013) constata que brancos e amarelos apresentam IDH “alto” em praticamente todas as regiões brasileiras, exceto no Nordeste, que mantém IDH “baixo”; amarelos, na região Sudeste apresentam “alto” índice de IDH.

Os IDHs da população preta (0,717) e da parda (0,725) são convergentes em âmbito nacional, apresentando diferenças mínimas, podendo ser analisados em um único grupo.

Paixão (2013) utiliza termos como: “quase alto”, “médio baixo” em uma tentativa de precisar de forma mais aproximada os índices que variam de 0 a 1. Dessa forma, concluímos que o IDH da população negra (preta e parda), quando desagregado, é sempre inferior ao da população branca, ainda que o Nordeste apresente a maior variação, ou seja, a população branca alcance o índice “quase alto” e a preta e parda “médio baixa”.

A junção do grupo racial denominado população negra como resultado de pretos e pardos justifica-se também na produção de Santos (2002), na ocasião em que comenta acerca dos dados estatísticos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Indicam que se justifica agregarmos pretos e pardos para formarmos, tecnicamente, o grupo racial negro, visto que a situação destes dois últimos grupos raciais é, de um lado, bem semelhante e, de outro lado, bem distante ou desigual quando comparada com a situação do grupo racial branco. [...] a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum. (SANTOS, 2002, p. 13).

Mantendo o sentido da análise, agora observando não mais por região, mas os índices do país, sem subdivisão, Paixão (2013, p. 66) apresenta o IDH considerando os grupos: brancos, negros (pretos e pardos) amarelos e indígenas:

TABELA 1 – DADOS DO IDH BRASILEIRO DO ANO DE 2000, DE ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO POR GRUPOS ÉTNICOS

Raça/Cor	Valor IDH	IDH
Branca	0,845	Alto
Preta e Parda	0,724	Médio
Amarela	0,937	Alto
Indígena	0,683	Médio baixo
Total	0,79	Quase alto

FONTE: Adaptado de Paixão, (2013).

Os índices decorrentes do IDH (2000) brasileiro não deixam dúvida de que a situação social da população branca e amarela é superior quando comparada com os índices da população negra (preta e parda), sendo ainda mais alarmante a situação dos indígenas. O IDH “quase alto” decorrente de análise dos índices não desagregados não se mantém quando é feita a separação de acordo com cor/raça.

Ainda na direção de observar o fenômeno do racismo por meio dos índices sociais do Brasil, está a produção de Miguel Gonzáles Arroyo (2015). Segundo o autor, a situação de pobreza extrema, de menor acesso a serviços públicos e de vulnerabilidade quanto à violência, tem relação com o racismo: “[...] segregação social é inseparável da segregação étnico-racial [...]”. (ARROYO, 2015, p. 54).

Podemos observar que há um tipo de racismo um tanto quanto específico, aquele que, para Silva (2006), é formulado no plano estrutural da sociedade brasileira e atinge especialmente a situação de moradia, saúde e educação, reiterando, portanto, a constatação de Arroyo (2015), conforme os dados apresentados por Paixão (2013), de que a raça/cor da população guarda nexos com a situação social dos grupos étnicos e raciais brasileiros.

É importante destacar que para mensurar o IDH do país são utilizados os seguintes indicadores: renda *per capita*, expectativa de vida ao nascer, alfabetização e escolaridade da população. Para esta análise, no entanto, elegemos a educação (alfabetização e escolaridade) por traçar em liame com o tema da pesquisa e a possibilidade de combater o racismo da e na educação. A título de compor um quadro para auxiliar nossa reflexão, passaremos a adotar tal recorte sobre a educação no Brasil, tratando o tema com informações mais detalhadas, recorrendo, mais uma vez, à análise proposta por Paixão (2013, p. 66):

TABELA 2 – DADOS DO IDH BRASILEIRO DE 2000

Raça/Cor	Taxa de alfabetização	Taxa de escolarização
Branca	91,70%	98,30%
Preta e Parda	81,30%	83,00%
Amarela	95,10%	125,70%
Indígena	73,90%	69,20%

FONTE: Adaptado de Paixão (2013)¹⁴.

Ao observar os dados referentes às taxas de alfabetização e de escolarização, podemos concluir que o grupo racial formado pela população branca e amarela apresenta índices superiores ao da população negra (preta e parda) e uma diferença ainda maior em relação aos indígenas. Esse fato demonstra que existe forte prejuízo educacional sofrido pela população negra (preta/parda) e pela indígena no sistema nacional de educação.

Para Paixão (2003), observar os indicadores que compõem o IDH permite eleger prioridades em termos de políticas públicas, estabelecer um espaço de diálogo com instrumentos de mensuração de desigualdades sociais, além de favorecer a análise a partir dos grupos raciais, negros e brancos, sendo estes, em termos percentuais, os dois grupos mais representativos na composição populacional brasileira.

Observamos que mais da metade da população brasileira pertence ao grupo racial negro (composto por pretos e pardos). A respeito desse grupo percentualmente majoritário, informa Chagas (2014):

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgada em setembro de do ano passado [2013], 104,2 milhões de brasileiros são pretos e pardos, o que corresponde a mais da metade da população do país (52,9%). A diferença não é apenas numérica: a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior do que a de um branco, de acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (CHAGAS, 2014, s/p).

Fica evidente, portanto, que não é mais possível abordar a situação do Brasil sem considerar que há uma hierarquia racial prejudicial ao desenvolvimento do país. O racismo e o preconceito são fenômenos sociais capazes de modificar as condições materiais de indivíduos pertencentes a um mesmo espaço geográfico e tempo histórico, produzindo condições desiguais de inserção social em função da origem racial da pessoa e da cor de sua pele. Por fim, observa-se que os negros brasileiros sofrem danos e prejuízos em razão de, pelo menos, duas formas de injustiça: socioeconômica e cultural ou simbólica.

¹⁴ Ver apêndice A.

Assim, importa observar que o racismo e o preconceito estão presentes na organização curricular educacional brasileira. A definição de uma base curricular passou a ser exigida a partir do movimento de expansão da escolarização; a ideia de garantir uma unidade curricular visando à qualidade do ensino surge nesse contexto como exigência para o sistema de ensino. O conjunto de orientações que norteia a Base Nacional Comum Curricular para educação no Brasil propõe a valorização da diversidade:

Preserva e garante como pressuposto o respeito, abertura à pluralidade, a valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, identidades, contra preconceito de origem, etnia, gênero, convicção religiosa ou de qualquer natureza e a promoção dos direitos humanos. (BRASIL, 2017, s/p).

Nessa direção, a definição do currículo escolar vai além da tentativa de garantir conhecimentos. Segundo Dias (2016), a definição do currículo é uma disputa de concepção, na qual está presente a relação de classes sociais e também de raça e gênero, dentre outras. Para a autora:

[...] a educação não pode eliminar e não eliminará as desigualdades de base estrutural socioeconômica. Pode, no entanto, colaborar na construção do que chamamos de percepção da igualdade entre os seres humanos, o que eleva a possibilidade de mais pessoas se insurgirem contra as desigualdades. (DIAS, 2006, s/p).

A constituição do currículo escolar é ainda tratada por Arroyo (2015) como um resgate histórico da identidade racial de negros e indígenas, vítimas do processo de dominação econômica e cultural efetivado pelo branco. Para o autor, o caminho para a superação passa necessariamente por uma revisão dos modos pelos quais os conteúdos sobre essas populações são disseminados. Segundo ele,

A raça é ainda determinante da negativa visão histórica das identidades raciais, na medida em que, ao implicar no despojo dos povos de cor, indígenas, negros de seu lugar na história na produção intelectual, cultural da humanidade, condenou-os como irracionais, incultos, ineducáveis até hoje. Seu direito à educação foi igualmente despojado ao serem despojados de um lugar na história da produção intelectual, cultural da humanidade. (ARROYO, 2015, p. 55).

Sendo assim, o tratamento curricular da questão racial não é algo menor no contexto de desconstrução de uma hierarquia racial com hegemonia branca como a presente na sociedade brasileira, sendo parte intrínseca e fundamental desse processo. De acordo com Jurema Werneck (2013), o racismo é uma forma de ideologia que se faz presente no espaço das relações, podendo ocorrer entre pessoas e também entre grupos, e sua inserção pode ser observada na

cultura, na política e na ética. A intenção de tal manifestação é obter e manter privilégios de uns em detrimento de outros em razão da raça, da cor da pele, o que é facilmente compreendido quando analisamos os currículos com foco central nos conhecimentos de origem europeia, inviabilizando a produção de conhecimento de origem africana e indígena. Segundo a autora, esse tipo de fenômeno pode ser identificado em um dos níveis ou em todos. Esses três níveis¹⁵ estão assim organizados pela autora (WERNECK, 2013, p. 11):

QUADRO 1 – NÍVEIS DE RACISMO OBSERVADO NA SOCIEDADE.

Pessoal/Internalizado	Interpessoal	Institucional
- Sentimentos * inferioridade * superioridade	- Ações * respeito * desconfiança	- Material * Indisponibilidade e/ou acesso reduzido a políticas de qualidade
- Conduta * passividade * proatividade * aceitação * recusa	- Omissões * negligência ao lidar com o racismo e seus impactos	- Acesso ao Poder * menor acesso a informação * menor participação * controle social * escassez de recursos

FONTE: Modificada de WERNECK (2013).

Para a autora, é o racismo *institucional* que favorece e fortalece os níveis *pessoal/internalizado* e *interpessoal*, em razão da capacidade daquele de subordinar o direito e a democracia aos interesses de grupos étnicos/raciais dominantes, que por vezes deslegitimam e negligenciam as necessidades dos grupos raciais não dominantes, produzindo o que Sales (2011) denomina racismo em três dimensões: do preconceito, da discriminação e da desigualdade étnico-racial.

A escola como instituição social, por sua vez, deve criar condições que possibilitem “[...] um ambiente educacional igualitário na sua concretude” [...] (Dias, 2006, p. 6), constituindo uma referência social capaz de estabelecer relações com maior igualdade étnico-racial, rompendo com as características do racismo institucional que é perverso tanto quanto o pessoal e interpessoal, no entanto, com maior extensão, pois, quase sempre está legitimado pelo poder exercido pelas políticas educacionais, presentes no sistema de ensino, com a intenção de manter relações de privilégio de alguns à custa de outros.

Outra perspectiva importante na luta pela igualdade racial, além da educação, é o direito, mecanismos jurídicos constituídos a partir da construção do conhecimento. Estes estão no contexto social para sugerir a conduta a ser exercida ou para proibi-la. O Brasil é um país que criminaliza a prática do racismo.

¹⁵ É uma adaptação utilizada por Werneck, a partir da conceituação proposta por Camara P. Jones.

2.1 MECANISMOS JURÍDICOS, UMA POSSIBILIDADE DE DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO

Para Roberto Lyra Filho (1986), o direito é compreendido como modelo de organização social da liberdade. Sua construção não advém da reunião de letras e leis, mas como resultado de um processo histórico de libertação, “[...] nasce na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos”. (LYRA FILHO, 1986, p. 312).

Dessa maneira, ao abordarmos a produção legislativa brasileira, pautaremos o processo histórico legislativo que atende a uma demanda da população negra; assim, as normas constitucionais e infraconstitucionais verificadas serão aquelas que tratam da questão racial. A proposta é que a referida abordagem ocorra, como propõe Lyra Filho (1986), ao afirmar que normas costumeiras e legais podem gerar produtos autênticos:

[...] (isto é, atendendo ao ponto atual mais avançado de conscientização dos melhores padrões de liberdade em convivência), quanto produtos falsificados (isto é, a negação do direito do próprio veículo de sua efetivação, que assim se torna um organismo canceroso, como as leis que ainda por aí representam a chancela da iniquidade, a pretexto da consagração do direito). (LYRA FILHO, 1986, p. 312).

Para o autor, o direito não é sinônimo de justiça e sua produção acompanha certa produção histórica que é, em apertada síntese, o produto de determinado momento. Há um movimento produzido nas “ruas” que informa o que é justo em dado momento histórico.

Situada nessa premissa, a manifestação de preconceito racial é crime em dias atuais. Assim, de forma historicamente verificada, encontramos determinação legal acerca da incompatibilidade dessa prática com o texto constitucional de 1967 e 1969, de forma bastante precisa e severa. A Constituição Federal em vigor (Brasil, 1988) prevê punição a qualquer forma de discriminação. A prática de racismo, em particular, é crime inafiançável e, uma vez praticado, não se exaure com o tempo, sendo, portanto, imprescritível. Quem praticar tal ato está sujeito à forma mais severa de pena prevista pelo ordenamento jurídico brasileiro, qual seja, a pena de reclusão.

Na mesma direção, o ordenamento jurídico infraconstitucional criminaliza o preconceito praticado contra a raça e a cor da pessoa. Dessa forma, podemos mencionar dois marcos legais: a Lei Federal n. 7.716/1989 e o Código Penal Brasileiro de 1940.

A Lei Federal n. 7.716 de 1989, em seu art. 1.º, estabelece punições aos crimes que resultam de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, entre outras. No mesmo sentido, o artigo 20 da mencionada Lei Federal ainda prevê punição para quem praticar, induzir ou

incitar à discriminação ou ao preconceito. Na redação dessa mesma lei ainda temos que a forma de preconceito tratada guarda relação com raça, cor e etnia, dentre outras formas de discriminação.

O art. 140 do Código Penal Brasileiro (1940) ainda conceitua injúria como ato de “ofender a dignidade ou o decoro”. Mais adiante, no parágrafo 3.º do referido artigo, observam-se a qualificação e a previsão de pena, agravada quando o crime for praticado em razão da raça, etnia ou religião da pessoa, sendo a pena também de reclusão.

Portanto, conceituar termos como racismo, preconceito e discriminação é condição necessária para abordar o entendimento trazido pela legislação constitucional e infraconstitucional em nosso ordenamento jurídico pátrio. Nesse sentido, cabe indicar aqui uma distinção entre os termos racismo, preconceito e discriminação, proposta por Ferreira (2000).

O racismo é compreendido como uma ideologia que formula uma hierarquia entre grupos humanos étnicos/raciais, ou seja, negros e brancos, sustentando haver superioridade em razão da cor branca. Quanto ao preconceito, a base de sustentação guarda relação com o que Ferreira (2000) chama de indisposição, algo que parte da pessoa e faz referência à outra a partir de concepções formuladas de modo interiorizado com aversão a outras raças ou especificamente à raça negra e às questões que remetem a esta, como práticas religiosas e culturais. Por fim, discriminação racial é a violação de direitos em razão da raça e outras formas que diferenciem as pessoas. Sua manifestação pode dar-se de forma omissiva ou comissiva, e o processo de discriminação ocorre em razão do preconceito.

Outra fonte que acessamos para conceituar as referidas terminologias foi o Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata¹⁶. A Conferência foi motivada pela necessidade de propor medidas eficazes a serem adotadas a nível nacional e internacional para eliminar todas as formas de racismo e discriminação. O relatório de preparação foi composto paritariamente por representantes de órgãos do governo e da sociedade civil organizada, sendo o entendimento acerca dos conceitos apresentados a seguir.

O racismo pode ser conceituado como manifestação ideológica que influenciou o Brasil por meio de sua produção política, suas práticas sociais e produção legislativa, como a Constituição Federal de 1934, o Decreto Lei n. 7.967/45 e o Código Penal da República, segundo o Relatório:

[...] o racismo consiste em um fenômeno histórico cujo substrato ideológico preconiza

¹⁶ A referida Conferência Mundial ocorreu em Durban, África do Sul, entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro de 2001.

a hierarquização dos grupos humanos com base na etnicidade. Diferenças culturais ou fenotípicas são utilizadas como justificações para atribuir desníveis intelectuais e morais a grupos humanos específicos. (BRASIL, 2001, p. 5).

O preconceito aproxima-se da caracterização de determinado grupo e busca desconsiderar o indivíduo “[...] atribuindo a priori aos membros de determinado grupo características estigmatizantes com as quais o grupo, e não o indivíduo, é caracterizado”. (BRASIL, 2001, p. 5).

Em relação à discriminação, o relatório faz distinção entre duas formas, a direta e a indireta:

Por derivação da discriminação direta, aquela que tem por objeto, ou objetivo, a discriminação, deriva a discriminação indireta, isto é, a cujo efeito, independentemente da causa, resulte em discriminação. Note-se que a discriminação pode ser praticada tanto por indivíduos como por instituições – a denominada discriminação institucional. (BRASIL, 2001, p. 13).

De igual forma, a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, em seu art. 1.º, item I, faz menção à discriminação, conceituando-a da seguinte forma:

Nesta Convenção, a expressão “discriminação racial” significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública. (BRASIL, Senado Federal, Decreto n. 65.810/1969).

Na mesma direção, cabe examinar a Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, em seu art. 1.º, sobre o termo discriminação:

Para os fins da presente Convenção, o termo “discriminação” abarca qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, condição econômica ou nascimento, tenha por objeto ou efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento em matéria de ensino e, principalmente:

- a) Privar qualquer pessoa ou grupo de pessoas do acesso aos diversos tipos ou graus de ensino;
- b) Limitar a nível inferior a educação de qualquer pessoa ou grupo;
- c) Sob reserva do disposto no artigo 2 da presente Convenção, instituir ou manter sistemas ou estabelecimentos de ensino separados para pessoas ou grupo de pessoas; ou
- d) De impor a qualquer pessoa ou grupo de pessoas condições incompatíveis com a dignidade do homem. (UNESCO, 2003, p. 2).

Portanto, racismo, preconceito e discriminação são manifestações contrárias aos direitos humanos e aos direitos fundamentais. Encontramos severas prescrições normativas

punitivas a essas formas de agir, somadas a diversas reflexões no campo da educação e da cultura. Dessa forma, o respeito pela dignidade da pessoa humana (princípio inserido no rol dos direitos fundamentais) é uma das características de um Estado Democrático de Direito, cuja responsabilidade é a de intervir, podendo ser por meio da promoção de políticas públicas que reparem, promovam e assegurem a dignidade de grupos étnicos historicamente vitimados pela dominação de uma ideologia branca.

Estando os mecanismos jurídicos disponíveis para desconstruir o racismo e promover a igualdade racial no Brasil assegurados em normas constitucionais, compreender o tratamento histórico constitucional sobre a questão racial é oportunidade de analisar esse processo e aumentar o espaço jurídico capaz de romper com a lógica hegemônica de uma ideologia branca.

2.2 A LUTA PELO DIREITO A TER DIREITO: TRATAMENTO HISTÓRICO CONSTITUCIONAL DA QUESTÃO RACIAL

Ao debater a evolução do tratamento legislativo constitucional brasileiro sobre a questão racial, é possível traçar um paralelo entre o tratamento dispensado ao tema desde a primeira Constituição (1824) e todas as outras até a vigente (1988), bem como a organização da sociedade em diferentes momentos históricos influenciados pelo pensamento no mundo sobre a questão racial. Nessa direção, inferimos que a análise de Paixão (2003) sobre o IDH brasileiro, alertando para a condição desfavorável da população negra, guarda relação com a era colonial, o que se confirma mediante análise do histórico constitucional brasileiro.

A primeira Constituição brasileira (1824), promulgada ainda no período monárquico, ao abordar a igualdade entre as pessoas, assim aduz: “A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um” (Brasil, 1824, art. 179). No entanto, o referido dispositivo constitucional não alcançava os negros no Brasil. Naquele contexto, estes eram tratados como mercadoria e escravizados, embora resistissem a essa condição. Durante o período escravista (1530–1888), os negros no Brasil não recebiam proteção Legislativa Constitucional, tampouco infraconstitucional, da mesma forma que ocorria no país quando ainda era colônia de Portugal.

Entre a primeira constituição brasileira (1824, vigente durante a Monarquia) e a segunda (promulgada em 1891 e vigente até a segunda na República) é que se difunde no país o mito ariano, um dos grandes disseminadores do racismo até a contemporaneidade. O evento que marca esse fato é a publicação do *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas*, pelo conde Arthur de Gobineau, em 1853. Sua obra formulou conceitos como a degeneração da raça

humana a partir da mistura racial e a supremacia do homem branco. De acordo com seu pensamento, as civilizações têm em sua origem a iniciativa de homens brancos. Embora suas ideias tenham contribuído para a formulação do pensamento de superioridade da raça branca no mundo e no Brasil, Gobineau era contrário à escravização do negro pelo branco, negando que suas teorias pudessem justificar a escravidão.

Ao observarmos a segunda Constituição Federal brasileira (1891) é possível constatar que as normas legislativas presentes no texto legal são promotoras de considerável avanço quando comparadas às do período monárquico:

Art. 72, § 2º – Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégio de nascimento, desconhece foros de nobreza, extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho. (BRASIL, 1891).

Ainda que a igualdade tenha sido declarada, o fim do escravismo como modelo econômico vigente pouco ou nada guarda relação com a consciência da igualdade entre os homens independentemente de sua origem racial. Nessa direção, o negro segue sendo vitimado pelo colonizador que intenta transformá-lo em mercadoria. Fernandes (1964) observa que não houve, por parte do Estado, da Igreja ou de qualquer outra instituição, nenhuma assistência aos negros durante a transição do regime escravocrata para inserção deles no sistema de trabalho livre. Por fim, a abolição não está relacionada com a promoção de humanidade, antes imprime caráter de espoliação e crueldade quando deixa os negros sem qualquer forma de assistência por parte da sociedade.

O terceiro texto constitucional (1934) traz em sua redação a palavra “raça”, localizada no art. 133, item I. Tal texto legal aduz que todos são iguais perante a lei, não havendo privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideais políticos (BRASIL, 1934). No entanto, a prescrição normativa constitucional guarda contradições com a organização daquela sociedade. Nesse sentido, Baraviera (2005), quando trata da questão da imigração para o país, lembra que os negros não foram considerados desejáveis para comporem a população brasileira:

De forma quase expressa, o texto constitucional demonstra que os imigrantes seriam bem aceitos somente se pertencessem a etnias ditas “superiores”, com padrões físicos desejáveis, o que novamente excluiria, dentre outros, o negro. Registre-se que, de fato, não há que se falar em correntes migratórias de negros para o Brasil – os negros vieram arrastados em navios, padecendo das piores condições de higiene e vendo suas famílias destruídas, ou seja, desde o início, ocorreu o oposto do sonho de todo imigrante. (BARAVIERA, 2005, p. 4).

O registro do preconceito expresso pelo legislador constitucional é certificado por meio do seguinte artigo:

Art. 121, § 6º – A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

Art. 138 – Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

b) estimular a educação eugênica; [...]. (BRASIL, 1934).

Nessa direção, verificamos que o texto constitucional de 1934 trata da chamada educação eugênica, que imprime influência sobre a imigração no país, devendo, segundo o princípio legislativo, ser estimulada. A eugenia refere-se à pureza racial e ao não-cruzamento de raças. Foi considerada um movimento intelectual com ampla adesão da elite brasileira, para quem fora também um símbolo de modernidade, e contou com a participação de setores representativos de médicos de São Paulo e Rio de Janeiro. O que é possível observar é a imensa contradição do texto constitucional, que trata de igualdade racial, e do estímulo à eugenia em um mesmo texto normativo, sendo flagrante a incompatibilidade de concepções oriundas de conceitos construídos a partir de bases antagônicas e que denunciam a incidência, sobre a sociedade brasileira, de intensas contradições então operantes.

Na sequência, a Constituição Federal de 1937, apelidada de “Polaca” por expressar semelhança à Constituição Polonesa de 1921, porque não teria sido formulada por uma Assembleia Constituinte, mas escritas pelo Ministro da Justiça do governo Getúlio Vargas, representou um retrocesso em relação aos direitos humanos e à construção de uma perspectiva democrática. Em todo seu ordenamento legal não é observada referência alguma ao termo raça, permanecendo apenas referências formais mínimas a esse tema:

Art. 32 – É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

a) criar distinções entre brasileiros natos ou discriminações e desigualdades entre os Estados e Municípios;

Art. 122 – A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

1.º) todos são iguais perante a lei; [...]. (BRASIL, 1937).

Ocorre então que, ao deixar as contradições existentes no texto constitucional de 1934, verificamos um período constitucional de retrocesso ainda maior, afinal o texto de 1937 é omissivo acerca da questão racial, mesmo em uma sociedade formada por diferentes raças. O

tratamento dado à igualdade legal não acompanha aspectos como a inserção do negro na sociedade, sendo este então sujeito de direitos e deveres. Ela também não observa o nível de desigualdade entre as condições do negro e do branco para requerer igualdade legal a todos que já se encontram em condições desiguais na sociedade.

A quinta Constituição Federal é a de 1946. Nesta a influência do pensamento eugenista se atenua, o que foi considerado um avanço para se construir um país sem discriminação.

Quanto à questão da igualdade legal, a referida constituição avança quando, no art. 141, § primeiro, traz para o contexto legislativo a proibição ao preconceito de raça ou de classe: “Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe”. (BRASIL, 1946)

Por fim, outro destaque daquela Constituição guarda relação com a questão racial e a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário.

Art. 166. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art. 167. O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem. (BRASIL, 1946).

Essa medida tem repercussão positiva se considerado o alto índice de analfabetismo entre os negros, herança do período de escravidão, e a restrição à escolarização por questão econômica, ambos resultantes do racismo estrutural da sociedade brasileira.

A sexta Constituição Federal (1967) foi construída em contexto histórico mundial favorável ao combate ao preconceito racial. Sobre aquele momento é oportuno destacar três documentos que foram referência internacional para o Brasil: a Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (1948), a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965) e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966). Dessa forma, a Constituição Federal de 1967 e a Emenda Constitucional n. 1 de 1969¹⁷ dispõem, como nas normas constitucionais de 1934 e 1946, acerca da igualdade perante a lei, sem distinção de raça. A Constituição Federal de 1967 estabelece considerável avanço ao prever que o preconceito de raça seria punido pela lei (art. 150, parágrafo primeiro, bem como a Emenda Constitucional n. 1 (1969) art. 153, parágrafo primeiro).

¹⁷ Desde a independência do Brasil foram editadas sete Constituições: as de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. No entanto, alguns constitucionalistas defendem que foi oito. A emenda à Constituição Federal de 1967, Emenda Constitucional n.1 de 1969 é reconhecida por estes como uma nova Constituição Federal. Adotamos a corrente que defende a existência de sete constituições no Brasil.

Por fim, a Constituição Federal de 1988, tida como um marco para o processo de redemocratização do Brasil, promulgada pós-golpe militar (1964-1985), estabelece como um de seus objetivos: “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 2001) e normatiza a criminalidade do racismo inaugurando um novo quadro legislativo constitucional em relação ao combate à discriminação racial no Brasil.

O artigo 5º, *caput*, da referida constituição traz norma generalizadora de direitos a todos os seres humanos, afirmando componentes relacionados à igualdade e a não discriminação:

Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]. (BRASIL, 1988).

Assim, o texto do artigo 5º, *caput*, trata da igualdade no sentido da não discriminação. A combinarmos o referido artigo com o já mencionado artigo 3º, inciso IV da Constituição Federal de 1988, que trata dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, tem-se que o ato discriminatório, leia-se racismo, no Brasil, não guarda compatibilidade com as normas constitucionais, sendo, portanto, reconhecidamente inconstitucional.

Nesse sentido, ao refutar o racismo, a Constituição de 1988 constrói o conceito de Estado Democrático de Direito que, segundo Silva (2005), é conceito-chave do regime adotado pela sociedade brasileira. A democracia guarda relação com os valores referentes à igualdade, à liberdade e à dignidade da pessoa humana, superando, portanto, o Estado de Direito, que pressupõe a relevância das normas jurídicas sem a relevância da realização da sociedade democrática que “[...] há de ser um processo de convivência social numa sociedade livre, justa e solidária” (Silva Junior, 2005, p. 120). O autor faz ainda referência a uma sociedade que contemple o pluralismo das ideias e as diferentes culturas e etnias/raças como necessárias à democracia. Para Silva Junior (2002), ao abordar a questão racial a questão legislativa normativa no Brasil merece os seguintes destaques:

O Preâmbulo da Constituição Federal consigna o repúdio ao preconceito; o art. 3º, IV, proíbe o preconceito e qualquer outra forma de discriminação (de onde se poderia inferir que preconceito seria espécie do gênero discriminação); o art. 4º, VIII, assinala a repulsa ao racismo no âmbito das relações internacionais; o art. 5º, XLI, prescreve que a lei punirá qualquer forma de discriminação atentatória aos direitos e garantias fundamentais; o mesmo art. 5º, XLII, criminaliza a prática do racismo; o art. 7º, XXX, proíbe a diferença de salários e de critério de admissão por motivo de cor, entre outras motivações, e finalmente o art. 227, que atribui ao Estado o dever de colocar a

criança a salvo de toda forma de discriminação e repudia o preconceito contra portadores de deficiência. (SILVA JUNIOR, 2002, p. 13).

Por fim, a atual Constituição informa dois princípios garantidores de que o racismo não deve ser praticado em uma sociedade democrática de direito: são o pluralismo político e o da dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988). O primeiro é um dos fundamentos da República e guarda relação com a possibilidade de uma sociedade formada por diferentes grupos, permitindo que estes exerçam suas capacidades de emitir opiniões, de se manifestarem e de se expressarem com liberdade. O outro princípio é o da dignidade da pessoa humana, que aborda a proteção da personalidade da pessoa e de sua liberdade individual. Este último é tido como possuidor de caráter absoluto, ou seja, ocorrendo algum ato atentatório contra ele a proporção é a mesma de se atentar em desfavor do Estado Democrático de Direito, o que resulta em severa ameaça à estabilidade dos direitos fundamentais e do valor do homem e da mulher como seres humanos.

Observar o tratamento dado à questão racial nos diferentes textos constitucionais, permite-nos verificar a evolução do papel do Estado brasileiro quanto ao reconhecimento do pertencimento racial e ao direito à igualdade. Ao pautarmos a atuação do Ministério Público como ente estatal com responsabilidade constitucional para agir no sentido de combater o racismo, pois, este fere o princípio da dignidade humana, faz-se necessário observar a situação da população negra na sociedade brasileira. Para que possamos compreender melhor os modos pelos quais a sociedade deve proceder nesse aspecto, optamos por discutir a produção normativa legislativa constitucional de forma cronológica, atribuindo a esse percurso a capacidade de retratar a sociedade quanto ao tratamento dispensado em relação à questão racial, tendo em vista a população negra como objeto principal.

2.3 A TRAJETÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PONTO DE VISTA LEGISLATIVO

A atuação do MP ao longo de sua trajetória social encontra-se situada na esfera de dois dos poderes republicanos exercidos no Brasil: o poder executivo e o judiciário. É com a Constituição Federal de 1988 que a instituição recebe tratamento definido, estável e independente, sendo fortalecida, passando a ter capítulo próprio no conjunto das leis constitucionais, sendo-lhe imputadas as garantias de independência funcional e autonomia administrativa, tendo suas funções são ampliadas (art. 127 e 130), devendo atuar em defesa dos direitos, garantias e prerrogativas da sociedade.

Nesse sentido, a defesa dos direitos dos cidadãos e dos interesses da sociedade é questão primeira atribuída ao Ministério Público brasileiro pela Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 127, aduz:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. (BRASIL, 1988).

A atuação de um órgão auxiliar da justiça nem sempre foi assim organizada e compreendida. Segundo Mazzilli (2008), no período monárquico tal órgão atuava em defesa dos interesses da Coroa, na proteção dos interesses dos agentes do poder, e os procuradores públicos eram mantidos possivelmente para sustentar os arbítrios autocráticos da Monarquia. Para o autor, a atuação mais independente do órgão auxiliar da justiça que dá origem ao MP começa a ser definida somente com o advento da Revolução Francesa (1789-1799), com o liberalismo que se estabelece como anunciador da democracia e defensor dos direitos indisponíveis aos cidadãos.

Especificamente no caso do Brasil, que sofreu a ação colonizadora portuguesa, podemos afirmar que raízes diretas do direito português influenciaram a organização do MP brasileiro:

É através das Ordenações Manuelinas, datada de 1521, e Filipinas, de 1603, que a ingerência do direito português ocorreu no território brasileiro. A primeira foi pioneira a fazer menção ao promotor de justiça no corpo legislativo de Portugal, já através da segunda se cria de maneira sistemática a atuação do Promotor de Justiça junto a Casa da Suplicação. (POLI, 2016, s/p.).

Desse modo, no período colonial sob o domínio lusitano, encontramos menção aos promotores de justiça quando da atuação das chamadas Ordenanças Manuelinas (1521) e Filipinas (1603). Na ocasião, a atribuição dos promotores era de fiscalizadores da lei, em defesa dos governantes, com forte traço monárquico, distantes da defesa dos cidadãos.

A primeira Constituição Federal brasileira, outorgada em 1824, não traz em seu texto legal referência alguma ao MP ou a outros órgãos com atribuições próximas a este, apenas menciona o procurador da Coroa. Ou seja, não há traços de organização funcional com essas características e os procuradores públicos exerciam, por meio das promotorias de justiça, a função de servir o monarca, defender a Coroa e atuar em benefício do fisco¹⁸.

¹⁸ O termo fisco refere-se ao Tesouro Público, ao Estado, especialmente à questão tributária.

A estrutura e atribuições do Ministério Público Federal vêm a ser definidas somente em 1890, pelo Decreto n. 848/1890. Nele definia-se que a indicação do procurador-geral estava a cargo do Presidente da República, e a função daquele era garantir a submissão às ordens do Presidente da República e cuidar dos interesses da União.

Mantendo a análise proposta, na Constituição Federal de 1891, os procuradores seguem sem independência e com atuação subordinada ao poder executivo. Ocorre que o texto legal não menciona o MP, apesar de este já ter sido instituído pelo Decreto n. 848 de 1890.

Outra fonte importante na verificação da mudança na concepção do MP brasileiro são as leis infraconstitucionais, reunidas em códigos e separadas por temas do direito comparado¹⁹:

- 1) Código Civil de 1916, Lei n. 3.071/1916, com 1.807 artigos. O texto menciona a instituição do MP por 20 vezes e suas atribuições foram relacionadas às fundações públicas, ocorrendo uma primeira aproximação com demandas mais próxima aos interesses da sociedade e dos indivíduos;
- 2) Código de Processo Civil de 1939, Decreto-Lei²⁰ n. 1.608/1939. O texto espelhou uma codificação preocupada em dar respaldo à autoridade do estado e procurou evidenciar questões sociais. Nesse contexto, o MP aparece com bastante frequência, sendo mencionado no decorrer do texto 70 vezes. Merece destaque ainda, o Código de Processo Civil de 1973, Lei n. 5.869/73, revogada em 2015. O MP aparece 86 vezes, e observamos às seguintes referências dirigidas a instituição: órgão do poder judiciário e fiscal da lei;
- 3) Código Penal 1940, Lei n. 2.848/1940 e o Código de Processo Penal 1941, Decreto-Lei n. 3.689/4. Nele o MP é mencionado 11 vezes, recebendo atribuições do direito penal e do direito processual penal. Menciona as atribuições do MP 187 vezes, com as seguintes referências: órgão do poder judiciário, fiscal da lei e executor da Lei Processual Penal.

Dessa maneira, verificamos que a atuação do MP trazido pelas produções normativas ora esteve próxima aos interesses da sociedade, ora voltada a atender os interesses do Estado. Em síntese, a definição de sua atuação somente ocorreu com a edição da Constituição Federal de 1988: atender os interesses da sociedade, mesmo em desfavor do Estado. Por fim, em decorrência do longo período em que o MP atuou em defesa do Estado, distante da sociedade, além do texto constitucional que o elege como guardião da democracia, cabe a cada cidadão e aos movimentos sociais organizados acompanhar sua pauta de exercício, exigindo a defesa dos Direitos Fundamentais como prioridade.

Após analisarmos o tratamento dado ao MP pelas normas infraconstitucionais, retomaremos a análise das constituições brasileiras, dessa vez para verificar como ocorreu a inserção do MP no texto normativo constitucional ao longo das suas edições, sendo importante

¹⁹ O direito comparado é uma disciplina jurídica que estuda as semelhanças e também as diferenças entre os direitos, abrangendo o estudo das doutrinas, jurisprudências e das legislações.

²⁰ Decreto-Lei é uma produção normativa produzida pelo executivo atuando em função legislativa. Ocorreu com mais frequência durante a ditadura militar.

informar que diferentemente da análise cronológica da questão racial à luz das Constituições Federais brasileiras, esta não será linear pelo fato de o MP não constar em todas as edições.

Na Constituição Federal de 1934, o MP integra o capítulo denominado: “Dos órgãos de Cooperação nas Atividades Governamentais” (Brasil, CF de 1934, cap. VI), com atuação subordinada ao executivo:

§ 2º – Os Chefes do Ministério Público no Distrito Federal e nos Territórios serão de livre nomeação do Presidente da República dentre juristas de notável saber e reputação ilibada, alistados eleitores e maiores de 30 anos, com os vencimentos dos Desembargadores. (BRASIL, 1934).

Com o advento da Constituição Federal de 1937, fica mantida a atuação do MP em subordinação ao Executivo; no entanto, o texto normativo deixa de dar tratamento às funções da instituição em capítulo próprio e cria o benefício do quinto constitucional²¹.

Art. 105 – Na composição dos Tribunais superiores, um quinto dos lugares será preenchido por advogados ou membros do Ministério Público, de notório merecimento e reputação ilibada, organizando o Tribunal de Apelação uma lista tríplice. (BRASIL, 1937).

Até então podemos observar as idas e vindas que o MP enfrenta, ora subordinado ao poder judiciário, ora ao poder executivo, sendo sua função definida a partir dessa subordinação. É a Constituição Federal de 1946 a primeira a trazer em seu texto a desvinculação dessa instituição dos poderes executivo e judiciário.

Dessa maneira, um marco na trajetória do MP é sua organização legal em 1951, com a Lei Orgânica Federal n. 1.341, que organizou o MP da União, tratou das especificidades da carreira dos seus membros e determinou a atuação independente do MP na Justiça do Trabalho, Militar e Eleitoral. No entanto, a título de organização funcional, o Ministério Público da União é ainda considerado, pela mencionada Lei Orgânica, órgão do poder executivo.

Ao propormos a verificação das mudanças envolvendo a evolução do MP por meio das Constituições e leis brasileiras, importa destacar a influência que cada edição legal sofre. Assim, a Constituição Federal de 1967, legitimadora do golpe de 1964, que formalizou a ditadura e a tomada do poder pelos militares, impõe um ritmo de retrocesso à trajetória de democratização das funções do MP. Dessa forma, determina-se que a instituição seja abordada por lei própria e trata do ingresso na carreira e das garantias de seus membros.

²¹ O Quinto constitucional é uma forma de ingresso nas Cortes de Justiça reservada a advogados e promotores de justiça que não foram submetidos a concurso público de provas de títulos, sendo o percentual para essa forma de ingresso correspondente a vinte por cento das vagas.

Art. 137 – A lei organizará o Ministério Público da União junto aos Juízes e Tribunais Federais.

§ 1º – Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais de carreira, mediante concurso público de provas e títulos. Após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária, ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa; nem removidos, a não ser mediante representação do Procurador-Geral, com fundamento em conveniência do serviço. (BRASIL, 1967).

Portanto, é em razão da conjuntura política e constitucional que o MP retorna ao âmbito do Judiciário brasileiro, mesmo após ter experimentado um período de não-subordinação aos poderes da República.

Passaremos a verificar a Emenda Constitucional de 1969, ou Constituição Federal de 1969, dado haver divergência da doutrina sobre o *status* do texto. Quanto ao MP, cabe destacar que retornava ao âmbito do poder executivo e novamente distanciava-se dos interesses dos cidadãos. É importante também abordarmos a Lei Complementar n. 40 de 1981, por estabelecer garantias ao MP, como: autonomia administrativa aos seus membros e financeira para a instituição, prerrogativas que se mantiveram na Constituição Federal de 1988.

Pudemos assim verificar que o papel do MP teve sua origem no período monárquico, com a atuação dos procuradores em favor da Coroa, depois manteve um percurso de subordinação ao Estado, com sua atuação organizacional oscilando entre o poder executivo e o judiciário. Constituição Federal de 1988 foi a que melhor definiu e firmou prerrogativas para o MP, como autonomia funcional e um total de oito atribuições institucionais (BRASIL, 1988, art.129), sendo duas destas indispensáveis à reparação de situações de desigualdade:

Art. 129. III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; [...].
(BRASIL, 1988).

Para abordar os direitos difusos e coletivos, é necessário esclarecer que os mesmos guardam relação com a Edição da Política Nacional do Meio Ambiente/1981, com a Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85) e com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90). Dessa forma, materializam-se os chamados direitos difusos e coletivos, entendidos como aqueles capazes de dar alcance de algum direito para um indivíduo ou coletividade que possua uma relação jurídica determinada. A edição dos direitos difusos e coletivos são conquistas da sociedade que historicamente os priorizaram em suas pautas reivindicatórias;

assim, o MP tem, desde a Constituição Federal de 1988, a incumbência de protegê-los, sendo estes dirigidos aos cidadãos:

Com efeito, a Constituição de 1988, além de retratar o especial avanço que o Ministério Público vem conhecendo nos últimos anos, representou um enorme crescimento do papel dessa instituição na organização do Estado e na consolidação da democracia. O texto constitucional vigente conferiu ao Ministério Público novas funções e instrumentos que respondem a graves problemas emergentes da sociedade e da democracia contemporâneas. (SALES, 1999, p. 33).

Para Sales (1999), há um indicativo encartado na Constituição Federal de 1988 que redefine a destinação democrática atribuída ao Ministério Público. Dessa forma, há uma ampliação nos objetivos dessa instituição, que passa a atuar no sentido de dar resposta à sociedade em seus anseios, tarefa que não é imediata e nem de fácil assimilação pela instituição dada sua trajetória de atuação ligada à defesa do Estado e não do cidadão.

A atuação do MP em defesa da igualdade racial é também pautada pela edição da Lei Federal n. 7.347/85, que disciplina a Ação Civil Pública. Observando o texto legal podemos perceber a legitimidade atribuída, dentre outras instituições, ao Ministério Público, para atuar inclusive na defesa da honra e da dignidade de grupos raciais:

Art. 4º. Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar dano ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (BRASIL, 1985, grifo nosso).

Outra referência necessária ao tratar do MP é a Lei Complementar n. 75 de 1993, que discorre sobre a organização, atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, às quais faremos alguns apontamentos:

1. Princípios institucionais do MP – são três: unidade, indivisibilidade e independência funcional. *Unidade* significa cada membro do MP, ao se manifestar estará representando a instituição. *Indivisibilidade* guarda estreita relação com a unidade, pois o posicionamento de um membro vincula os demais; a ideia é a reciprocidade na atuação de todos os membros. Por fim a *independência funcional*, significa agir segundo a lei, o entendimento pessoal e a consciência do membro do MP. A atuação deverá ser técnica, motivada pelos ditames legais e, sempre que necessário, deverá ser motivada.
2. Garantias e prerrogativas – os membros do MP gozam das mesmas garantias e prerrogativas dadas aos juízes e declaradas pela Lei e pelo texto constitucional: a)

- vitaliciedade (garantia de que passado o estágio probatório a perda do cargo só ocorrerá após sentença judicial transitada em julgado); b) inamovibilidade (garantia de que o membro do MP não será removido de forma compulsória, exceto quando prevalecer o interesse público); c) independência funcional, (o membro exercerá suas funções com liberdade); d) foro especial, (em razão da função);
3. Irredutibilidade de vencimentos – garantia constitucional de que o subsídio não poderá ser modificado pelo governo como forma de interferência ou retaliação por conta da atuação do MP.
 4. Vedações aos membros do MP – não podem exercer a advocacia, receber honorários sob nenhuma justificativa, exercer atividade de caráter político-partidária e nem participar em sociedade comercial;
 5. Dentre os instrumentos de que o MP pode se valer em sua atuação institucional podemos destacar: a possibilidade de promover inquérito civil público destinado a proteger: direitos constitucionais, direitos e interesses da população indígena, patrimônio público e social, patrimônio cultural, meio ambiente e interesses individuais indisponíveis, homogêneos e sociais e os difusos e coletivos.

2.4 O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF) E SUA ATUAÇÃO PARA FAVORECER A NÃO-DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Compreender as possibilidades de acesso ao Ministério Público Federal pode ser um instrumento eficaz na garantia ao direito à não-discriminação racial. O conhecimento dos limites e possibilidades dessa instituição favorece o acesso de pessoas comuns, das associações da sociedade civil organizada, dos educadores e de todos que desejarem acessar os direitos fundamentais constitucionalmente protegidos.

Dessa maneira, importa informar que a carreira do MPF é composta por membros organizados em três níveis:

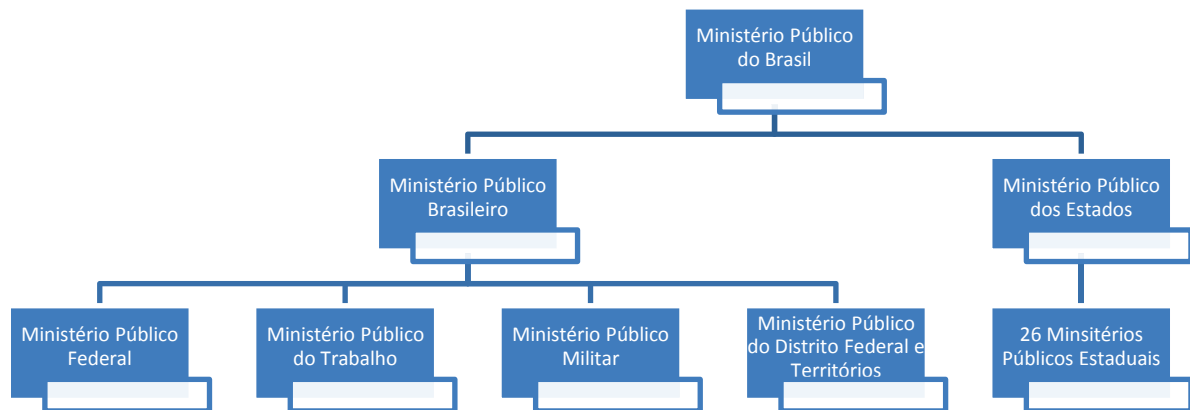
1. O primeiro nível é o de Procurador Geral da República (PGR) – chefe do MPF, cujas funções exerce junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a quem é permitido propor ações diretas de inconstitucionalidade, representações para intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal (DF), além ações penais públicas e cíveis. Sua atuação no Superior Tribunal de Justiça (STJ) abarca ainda representação pela federalização de casos de crimes contra os direitos humanos e ação penal. A atuação do Procurador Geral da República em casos de crime contra os direitos humanos é um mecanismo

que permite a saída processual da seara estadual para a federal, quando aquela mostrar-se inoperante ou comprometida com as partes. Essa possibilidade constitucional (art.109, §5º CF) é utilizada para garantir a prevalência dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana.

2. O segundo nível da carreira é o de Procurador Regional da República, que atua junto aos Tribunais Regionais Federais. (art. 108 da CF).
3. O terceiro nível é o Subprocurador Geral da República, que atua junto aos tribunais e nas Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF. Dentre as funções institucionais exclusivas deste, merece destaque a atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que atua zelando “[...] pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia” (art. 129, inciso II CF). Atua ainda em defesa dos direitos individuais indisponíveis, coletivos e difusos, tais como: dignidade, liberdade, igualdade, saúde, educação, não-discriminação, dentre outros.

A organização do MPF é compreendida da seguinte forma:

FIGURA 1 – ORGANIZAÇÃO DO MPF



FONTE: Adaptado do site do MPF.

A perspectiva que adotamos neste segundo capítulo foi a de analisar a atuação e formação do MPF desde os primórdios constitucionais até seu recente papel em demandas sociais, bem como a frequente interferência em questões relativas à educação, observando em particular a forma de atuar da instituição e a capacidade de alcançar as escolas especialmente

no que se refere à questão curricular trazida pela LDB, Lei Federal n. 9.394/1990 (alterada pela Lei Federal n. 10.639/2003 e pela Lei Federal n. 11.645/2008).

No terceiro e último capítulo trataremos da organização do Ministério Público do Estado do Paraná, analisando sua intervenção nos municípios e nos sistemas de ensino. A estratégia adotada foi analisar os autos processuais, passo a passo, o que motivou essa intervenção, quem são as instituições e movimentos da sociedade civil organizada que atuaram no processo de reivindicação para que a Lei Federal n. 10.639/2003 fosse implementada por meio do currículo escolar. O conhecimento da instituição e desse processo de intervenção pode favorecer a aproximação do cidadão comum, instrumentalizando-o para acessar o MP sempre que for necessário garantir Direitos Fundamentais, como o direito da pessoa de não sofrer discriminação racial, dentre outros.

CAPÍTULO 3 – LEI FEDERAL N. 10.639/2003 (ART.26-A): O MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ E O DESAFIO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI PELO SISTEMA DE ENSINO PARANAENSE

As questões que abordam a atuação do MP-PR em face da implementação da Lei Federal n. 10.369/2003 (Art.26-A) são tratadas neste capítulo sem a pretensão de que se esgotem com essa produção, por não ser definitiva. Nesse sentido, assevera Gramsci:

Não há na história, na vida social, nada de fixo, de enrijecido, de definitivo. E não existirá nunca. Novas verdades aumentam o patrimônio da sabedoria; necessidades novas superiores são suscitadas pelas novas condições de vida; novas curiosidades intelectuais e morais pressionam o espírito e o obrigam a renovar-se, e melhorar. (GRAMSCI, 1918, p. 1).

Ademais pode-se, por meio dessa apuração que verificou as ações do MP-PR, compreender a acessibilidade do Ministério Público, trazer informações sobre essa instituição, sendo uma oportunidade de torná-la mais conhecida, de observar sua atuação, de perceber que qualquer cidadão ou instituição pode solicitar seu trabalho; sempre que sua pretensão for coletiva, o MP atende ao interesse público (coletivo) e não individual; sendo o guardião dos direitos constitucionalizados, pode agir em demandas sociais, como no sentido de garantir o direito à não discriminação racial, tendo a prerrogativa de atuar extra ou judicialmente. O MP-PR atuou extrajudicialmente em 2014 com o objetivo de garantir a implementação do Art.26-A da LDB, alterado pelas Leis Federais n. 10. 369/2003 e 11.645/08.

A atuação do MP-PR ocorreu em setembro de 2014 mediante expedição de ofícios aos promotores de justiça que respondem pelos municípios (Anexo A). O referido ofício informou aos promotores de Estado que o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, atuando na área de Direitos Constitucionais e por seu Núcleo de Promoção de Igualdade Étnico-Racial (NUPIER), a instauração do Procedimento Administrativo MP-PR n. 0046.14.000922-9. O objetivo do instrumento citado foi acompanhar as referidas promotorias no processo de intervenção da Lei Federal n. 10.639/2003, que alterou a Lei Federal n. 9.394/96, para que fosse incluída no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Também fora anexada uma tabela com o número da população residente em vinte municípios do estado do Paraná, seguindo o critério de cor e raça da população.

Segundo o referido ofício, a intervenção ocorreria nesses vinte municípios; na prática, o MP-PR seguiu com o processo interventivo por meio de dois questionários; o primeiro (Anexo

B), foi dirigido à Secretaria de Educação do Estado, às Secretarias Municipais de Educação e ao Conselho Estadual de Educação em setembro de 2014. O segundo questionário foi dirigido às unidades escolares públicas e privadas de todo o estado do Paraná (Anexo C). Assim, foi modificada a intenção inicial do MP-PR do Paraná de intervir em vinte municípios com maior concentração da população negra.

Na sequência, foram efetivadas as seguintes ações que compõem o processo interventivo: a parceria, não oficializada, entre o MP-PR e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) por meio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) em 2015. Em 2017, o MP-PR expediu orientações a serem seguidas pelas unidades escolares (Anexo D) e a previsão de que o não cumprimento dessas orientações poderia implicar sanções²². Trataremos de modo detalhado cada uma dessas ações deflagradas pelo MP-PR.

Diversos setores da sociedade atuaram para que o MP-PR se posicionasse sobre a temática. Nesse sentido, a referência utilizada como justificativa pelo MP-PR para atuar em prol da questão racial é a edição da Lei Federal n. 10.639/2003. A preocupação com sua implementação foi pautada antes pelo Movimento Negro, por representantes da educação e das instituições estaduais e municipais, pelo Fórum Estadual Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial, além de pesquisadores e militantes da questão racial atentos à necessidade de efetivação da referida norma. Cabe retomar que a preocupação com a educação sempre foi uma das principais bandeiras de luta do Movimento Negro antes mesmo de a lei entrar em vigor.

Outro fator motivador para a ação do MP-PR, que interveio no sistema de ensino do Estado, de acordo com os autos, foi a iniciativa do Ministério Público Federal (MPF). Este buscou cumprir a sua função, trazida pelo art. 129, parágrafo III, da Constituição Federal (BRASIL, 1988) em relação aos direitos difusos, compreendidos neste contexto como originários de conquistas sociais, com capacidade de buscar soluções para lesividades sociais ou culturais presentes na sociedade. Desta forma, no ano de 2014, por meio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), foi lançado o Projeto Conhecer para Enfrentar, mobilizando os membros do Ministério Público dos Estados para atuarem segundo o objetivo geral proposto pelo projeto:

O Projeto Conhecer para Enfrentar tem por objetivo contribuir para a máxima eficácia da atuação do Ministério Público Brasileiro no enfrentamento ao racismo, por meio da formação e sensibilização de membros e servidores, interagir com os movimentos sociais e instituições

²² Trataremos do teor deste encaminhamento ao verificarmos a ação da promotora de justiça de Pinhais.

governamentais que atuam em defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais (população negra, indígena, cigana e outras) e o comprometimento dos sistemas federal, estadual e municipal de ensino com a implementação das Leis n. 10.639/03 e 11.645/08, para garantir o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no Ensino Fundamental e Médio.

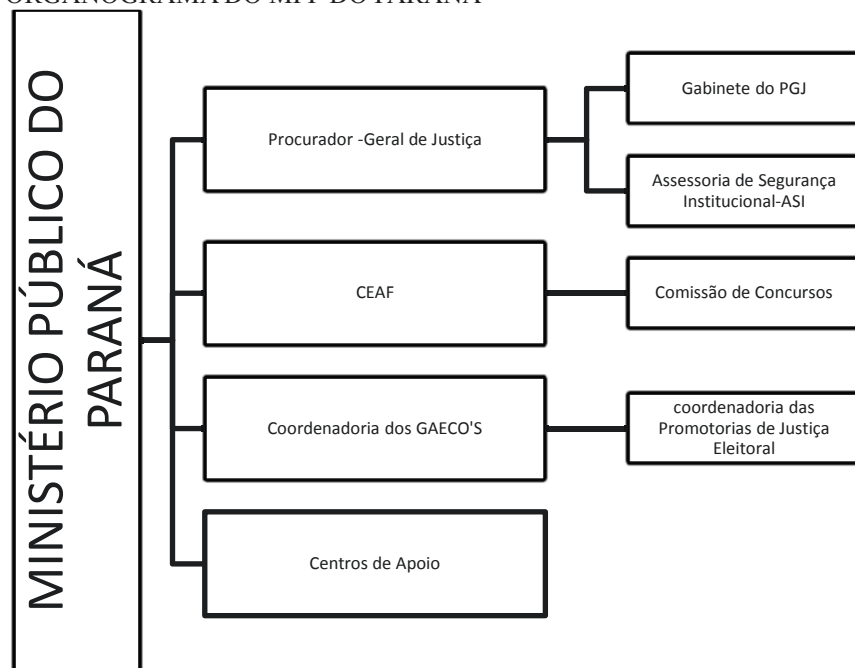
A proposta foi recebida naquele mesmo ano (2014) pelo MP-PR, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Constitucionais (CAOP), sob a responsabilidade do Procurador de Justiça Marcos Bittencourt Fowler e da Promotora Pública Federal Mariana Seifert Bazzo²³, responsável pelo Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NUPIER), que acolheu a recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público (CN-MP), no sentido de solicitar informações ao Conselho Estadual de Educação do Paraná, formular e enviar um questionário com 14 questões às Secretarias de Educação e, ainda, elaborar e enviar outro questionário com 22 questões às unidades escolares públicas e particulares do estado do Paraná. A argumentação dos instrumentos interventivos fora o acompanhamento da implementação da Lei Federal n. 10.639/2003.

3.1 ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DO MP-PR

Para atuar, inclusive na questão racial, o MP-PR segue determinada organização funcional, com Ministério Público Federal e Estadual, não existindo MP municipal. O primeiro atua junto à Justiça Federal e faz parte do MP da União; o segundo é composto por Promotores e Procuradores de Justiça e atuam junto à Justiça Estadual, ou seja, são funcionários do Ministério Público Estadual (BRASIL, 2010). Os Promotores de Justiça atuam no primeiro grau de jurisdição e os Procuradores de Justiça atuam no segundo grau de jurisdição. A chefia do MP-PR está a cargo do Procurador-Geral de Justiça do Paraná, Ivonei Sfoggia, e a Administração Superior do MP-PR é composta pelas Subprocuradorias de Assuntos Jurídicos, de Assuntos Administrativos e de Planejamento Institucional.

²³ Além de ser responsável pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, a Promotora de Justiça Mariana Seifert Bazzo atua também no Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero e no Núcleo de Proteção aos Direitos da População LGBT.

FIGURA 2 – ORGANOGRAMA DO MPF DO PARANÁ



FONTE: *Site* institucional do MP-PR, organização: A autora (2017).

O MP atua como uma espécie de “defensor do povo”; a instituição, por determinação da Constituição Federal de 1988, tem por função defender os direitos de toda a população e da administração pública. Os temas elencados por meio do organograma expresso na Figura 2 demonstram que existe uma organização específica para a população mais vulnerável, atendimento este prestado pelos Centros de Apoio (em destaque na Figura). Qualquer pessoa ou instituição pode elaborar fazer uma denúncia ou pedido de apuração de forma escrita ou oral, podendo ou não se identificar. O Centro de Apoio Operacional das Procuradorias de Justiça do Estado do Paraná atende a dez temas, dentre os quais o de Proteção aos Direitos Humanos, sob a responsabilidade do Procurador de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior. Há também uma divisão nesse Centro que atende as áreas de Direitos Constitucionais, de Comunidades e de Comunidades Indígenas.

QUADRO 2 – CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MP-PR

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL :
de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência
da Criança e do Adolescente e da Educação
Cíveis, Falimentares, de Liquidações Extrajudiciais, das Fundações e do Terceiro Setor
da Proteção à Saúde Pública
de defesa do Consumidor
de Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária
Criminais, do Júri e de Execuções Penais
de Proteção aos Direitos Humanos
de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo.
Centro de Apoio Técnico à Execução.

FONTE: *Site* institucional do MP-PR, organização: A autora (2017).

Dessa maneira, a atuação do MP-PR em ações antirracistas, como a implementação da Lei Federal n. 10.369/2003 no estado do Paraná, partiu do Centro de Apoio Operacional de Proteção aos Direitos Humanos ao tratar da área dos Direitos Constitucionais, onde está localizado o Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NUPIER), o qual “[...] vem atuando nas demandas em prol da igualdade racial, especialmente no que tange à defesa dos direitos coletivos e difusos e à efetivação das respectivas políticas públicas”. (OFÍCIO CAOP/2014).

Outro aspecto que dá legitimidade para a referida intervenção é a função constitucional do MP de “zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia”. (BRASIL, CF art. 129 II).

Em 2014, o MP-PR, composto pela estrutura demonstrada e agindo de acordo com sua função constitucional, iniciou sua ação no sentido de interpelar o sistema de ensino estadual de forma extrajudicial. Nesse sentido, teceu justificativa com respaldo em produções legais do sistema educacional nacional e estadual:

Considerando o Parecer CNE/CP n. 03/04 e a Resolução CNE/CP n. 01/04, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena.

Considerando a Deliberação n. 04/2006 do CEE/PR, que institui normas

complementares às Diretrizes supracitadas.

Orienta-se a direção da escola que zele pela implementação da Lei n. 10.639/03, de forma a garantir à diretora da escola que zele pela implementação da Lei Federal n. 10.639/03, de forma a garantir o estudo da História da África e dos Africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira, e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil (Lei n. 10.639/03, art. 1.º, §1.º, Ofício n. 127/2015 – 1.ª PJ – HCG, Anexo D).

Disso se depreende que a intervenção ocorreu de fato para assegurar o cumprimento da lei em instituições do sistema de ensino do Paraná. Para pautar essa intervenção, identificando quem foram os sujeitos sociais e instituições que fomentaram a demanda de implementar a Lei Federal n. 10.639/2003, procedemos a verificação, página a página, dos autos do Procedimento Administrativo MP-PR n. 0046.14.000.922-9, instaurado pelo MP-PR em 2014. Os fatos citados no referido instrumento estão contidos em cinco volumes, totalizando 855 páginas.

3.2 PROCESSO EXTRAJUDICIAL DE INTERVENÇÃO DO MP-PR: AÇÕES IMPLEMENTADAS

O Procedimento Administrativo MP-PR n. 0046.14.000.922-9 foi instaurado em 8 de fevereiro de 2014 pela Promotora de Justiça Mariana Seifert Bazzo, que atua na área de Direitos Humanos do MP-PR no município de Curitiba/PR. A descrição do fato que originou o procedimento é a “[...] fiscalização do cumprimento da Lei Federal n. 10.639/2003 e da introdução do livro *Africanidades Paranaenses* nas escolas do estado” (Procedimento Administrativo MP-PR n. 0046.14.000.922-9, p.01). Nesse sentido, é necessário notificar que não há uma sequência temporal ou linear dos fatos nas 855 páginas analisadas do Procedimento Administrativo. Dessa forma, procuramos seguir com a verificação e com o relato conforme a sequência dos documentos contidos nos autos. Para análise dos fatos, portanto, desconsideramos a sequência e organizamos por assunto, quando possível.

O referido procedimento informa a participação do MP-PR em ações básicas do estado com o objetivo de pautar a questão da diversidade, o que nos permite inferir que antes de intervir o MP-PR buscou estar aliado com as demandas apontadas pela educação no estado. Essas ações tiveram por objetivo favorecer a implementação da Lei Federal n. 10.369/2003 e contribuíram para que o MP-PR atuasse para garantir o direito à não discriminação no Paraná.

A primeira ação foi o I Seminário Estadual por uma Escola sem Racismo, ocorrido em 1.º de novembro de 2013. Durante o evento, foi pautado o fortalecimento das equipes multidisciplinares para efetivação da Lei Federal n. 10.639/2003, instituídas pela Deliberação

n. 04/06 do Conselho Estadual de Educação do Paraná com a finalidade de orientar o planejamento e a execução das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. A referida deliberação estabelece ainda a formação das equipes multidisciplinares no âmbito das Secretarias de Educação e das Unidades Escolares.

Também durante aquele seminário se discutiu a apresentação da coleção de livros didáticos cuja autoria foi coordenada pela socióloga Marcilene Garcia de Souza, *A África está em nós – História e Cultura Afro-Brasileira – Africanidades Paranaenses*. A referida coleção conta a História do Paraná a partir do protagonismo de pessoas negras que contribuíram para o desenvolvimento do estado e do país por seus empreendimentos nas mais diferentes áreas da economia e da cultura.

Em razão de atender ao cumprimento da Lei Federal n. 10.639/2003 e 11.645/2008, sendo mais um importante instrumento para o ensino a ser utilizado pelos professores com objetivo de ensinar História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, o material didático Africanidades Paranaenses teve sua aquisição recomendada durante o X Encontro do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial (FPEDER-PR), que ocorreu em Toledo-PR e cujo tema foi: *Os dez anos da Lei Federal n. 10.639/2003, os desafios e perspectivas para sua implementação na educação do estado do Paraná*.

A temática sobre a dificuldade de se atribuir credibilidade a livros didáticos quando o assunto é a história dos povos negro e indígena brasileiros tem sido uma realidade no Brasil. Nesse sentido, Paulo Vinicius Baptista da Silva desenvolve pesquisas que apresentam uma análise dos discursos sobre negros e brancos em livros didáticos, sendo dele a indagação: “Por que tem sido tão difícil alterar as representações de negros (as) e brancos (as) nos livros didáticos brasileiros? ”. (SILVA, 2008).

Nesse sentido, pautar o instrumento didático que possibilita acesso às informações em um processo de aprendizagem, de forma que este ocorra livre de estereótipos e construções preconceituosas, é tema que aponta para a necessidade de intensa mobilização educacional. Nesse contexto, a coleção Africanidades Paranaenses é uma oportunidade para professores e alunos acessarem a história do Estado, desprivilegiando a hierarquia branca hegemônica presente na sociedade brasileira.

O Processo Administrativo instaurado pelo MP-PR que seguimos verificando ainda cita como importante referencial sobre a temática a Carta Negra do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Paraná (FPEDER-PR), escrita em novembro de 2013, como resultado de uma audiência pública e divulgada durante o X Encontro do Fórum

Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Paraná (Anexo E).

Nesse documento apresentam-se dezenove itens que apontam ações necessárias a serem desenvolvidas nos âmbitos nacional, estadual e municipal no sentido de favorecer a implementação da Lei Federal n. 10.639/2003 e a inclusão de minorias como indígenas, quilombolas, população LGBT, dentre outros:

[...] avaliar os avanços, retrocessos, as principais dificuldades e perspectivas para implementação da Lei Federal n. 10.639/03, cumpre destacar que essa Lei impacta de forma definitiva a sociedade brasileira e agrega às discussões sobre relações raciais e sua efetivação na interação com outros segmentos sociais historicamente excluídos e marginalizados entre os quais citamos: as comunidades e povos tradicionais, população LGBT, mulheres, jovens e religiões de matriz africana. Nesse quadro, somam-se as demandas inerentes à implementação da Lei com as questões referentes a Lei n. 11.645/08, reforçadas nesse encontro na Audiência Pública: monitoramento da implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Africana, Afro Brasileira e Indígena (Leis Federais n. 10.639/03 e n. 11.645/08) pelos sistemas de educação do Paraná. (CARTA NEGRA, PROC. ADM. MP-PR n. 0046.14.000.922-9, p. 5 a 8, Anexo E).

O referido encontro, voltado para os professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná, teve por objetivo fomentar o debate sobre os limites e os avanços por ocasião dos dez anos de vigência da Lei Federal n. 10.639/2003, bem como as perspectivas para implementação desta.

Nele, foram promovidas atividades como: debates, conferências, oficinas e uma audiência pública sobre o tema do encontro. Entre os organizadores, estiveram a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, a Secretaria Municipal de Educação de Toledo, o Movimento Negro, sindicatos, Central Única dos Trabalhadores do Paraná (CUT-PR), o Núcleo Regional de Educação, além de entidades da sociedade civil organizada, como a Associação Cultural de Negritude e a Ação Popular dos Agentes de Pastoral de Negros (ACNAP).

O texto da denominada Carta Negra, um marco para a luta contra o preconceito e o racismo, aborda ações que são ainda perspectivas a serem trabalhadas, de modo que todos aqueles que se encontram em condições de vulnerabilidade sejam identificados e tenham a oportunidade de reconhecimento social, tarefa em construção, o que faz o conteúdo da referida carta continuar atual.

Por último, o Regimento Interno do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial (FPEDER-PR) foi pautado como referência capaz de subsidiar as ações do MP-PR. De acordo com o documento, o fórum é composto [...] “por entidades que trabalhem com diversidade e relações étnico-raciais no âmbito da educação, cultura, religiosidades,

comunidades remanescentes de quilombos, indígenas, e demais povos e comunidades tradicionais”. (PROC. ADM. MP-PR n. 0046.14.000922-9, VI, p. 37).

O Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial (FPEDER-PR) é reconhecido por suas atividades, como a organização de encontros e a produção de documentos como a Carta Negra, referência para organização de ações sobre a temática no Estado. Merece destaque ainda o apoio do FPEDER-PR à organização e manutenção de fóruns municipais, a exemplo do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Pinhais – PR.

Com base nessas informações, todas retiradas dos autos, verifica-se atividades de mobilização com objetivo de garantir a implementação da Lei Federal n. 10.639/2003 já apareciam no estado do Paraná desde 2003. Outro aspecto importante verificado foi a possibilidade de o MP-PR conhecer os sujeitos sociais que se mobilizam em torno dessa temática, o que nos permite inferir que a intervenção promovida por essa instituição em 2014 poderia ter sido construída de forma coletiva com a participação desses sujeitos sociais dispostos a formular alternativas para implementação da referida lei.

Dentre os temas abordados pelo MP-PR nos autos, observamos que a organização das equipes multidisciplinares, dos Fóruns Municipais de Educação e Diversidade Étnico-Racial e o material didático sobre a questão étnico-racial constituem instrumentos valiosos para garantir a implementação da Lei Federal n.10.639/2003 e 11.645/2008.

Por fim, verificamos nos autos que outra medida adotada pelo MP-PR foi a interpelação do Conselho Estadual de Ensino do Paraná, da Secretaria Estadual de Educação e das instituições de Ensino Superior. A requisição do MP-PR foi para que as instituições prestassem esclarecimentos sobre o tratamento das questões étnico-raciais no estado do Paraná. Das respostas encartadas no referido Procedimento Administrativo MP-PR, as formuladas pelas instituições de Ensino Superior não foram consideradas para esta pesquisa.

Quanto à Secretaria de Estado de Educação do Paraná, esta atendeu à interpelação que requisitou a avaliação das atividades realizadas sobre a temática e a descrição de como o referido órgão agiu para favorecer a implementação do art. 26-A da Lei Federal n. 9.394/96. Tais informações foram prestadas no Relatório de Gestão 2003-2010: ações desenvolvidas sobre a implementação da política de Educação das Relações Étnico-Raciais no Paraná (Art. 26-A, Lei 9.394/96; PROC. ADM. MP-PR n. 0046.14.000.922-9, p. 61 a 99).

Por meio de tal relatório de gestão, a Secretaria de Estado de Educação do Paraná procurou demonstrar que dialoga com o Movimento Negro do Estado e com o movimento sindical na perspectiva de formular e acompanhar a política de Educação das Relações Étnico-Raciais. Dentre muitas ações relevantes, como encontros, seminários, grupos de estudo, a

instituição teve participação indispensável na criação do Fórum Permanente da Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado em agosto de 2005.

Nesse relatório, a Secretaria de Estado de Educação do Paraná informou ainda a criação da seguinte estrutura para garantir o trabalho sobre a temática: Departamento da Diversidade (DEDI) em 2007 e o Núcleo de Educação das Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência (NEREA), que desenvolve seu trabalho de forma articulada às equipes multidisciplinares dos Núcleos Regionais de Educação e dos estabelecimentos de ensino.

Outro marco na atuação dessa instituição é a organização das equipes multidisciplinares, que atingiu mais de 92% das unidades escolares na data da produção do relatório enviado ao MP-PR. Os dados atuais obtidos das respostas do formulário (Anexo C), informam o dado atualizado de 98% das escolas com equipes formadas.

O conceito de equipe multidisciplinar encontra-se no item 1.4 do relatório fornecido pela Secretaria de Estado de Educação (fls. 61):

As Equipes Multidisciplinares são instâncias de organizações do trabalho escolar, preferencialmente coordenadas pela equipe pedagógica, e instituída por Instrução da SUED\SEED de acordo com o disposto no Art. 8.º da Deliberação n. 04\06 – CEE\PR, com a finalidade de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, ao longo do período letivo. As Equipes Multidisciplinares se constituem por meio da articulação das disciplinas da base nacional comum, em consonância com as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com vistas a tratar da História e Cultura da África, dos Africanos, Afrodescendentes e Indígenas no Brasil, na perspectiva de contribuir para que o/a aluno/a negro/a e indígena mire-se positivamente, pela valorização da história de seu povo, da cultura, da contribuição para o país e para humanidade. (PROC. ADM. MP-PR n. 0046.14.0009220-9, fls. 67 e 68).

Apesar da implantação das referidas equipes ser um dado relevante para a Rede Estadual de Ensino, as condições de funcionamento das mesmas, considerando sua composição e agenda de atuação são aspectos que merecem investigação. No tocante a esse aspecto, a pesquisa que aqui se apresenta analisou a composição das referidas equipes no município de Pinhais-PR; os dados estão apresentados no item 3.5 deste trabalho.

Outra estratégia utilizada pelo MP-PR foi a seleção de documentos sobre a temática para subsidiar a ação da instituição. Na verificação detida dos autos identificamos os seguintes documentos:

- Resolução n. 1 do Conselho Nacional de Educação, de 17 de junho de 2004, cujo objetivo é instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das

Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- Art. 2.º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, constituído de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, a execução e a avaliação da Educação, tendo por meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação democrática.

Desde o final da década de 1990, a temática sobre relações étnico-raciais tomou amplitude nas normatizações nacionais. A referida constatação “é, na verdade, um dos sinais mais significativos de um novo lugar político e social conquistado pelos movimentos negros e antirracistas no processo político brasileiro e no campo educacional em especial (ABREU e MATTOS, 2008). A referida norma, com força de lei, estabeleceu um novo marco para o currículo das escolas. Dentre seus objetivos, a correção de desigualdades históricas que inculcam na sociedade brasileira o preconceito e o racismo é um dos mais relevantes. Da possibilidade de dar nova perspectiva para o currículo escolar, espera-se contribuir com o processo de democratização necessário para superar desigualdades – inclusive econômicas, sociais e culturais – presentes na sociedade.

Outro importante documento que respaldou a ação do MP foi a Deliberação n. 4, aprovada em 2 de agosto de 2006 pela Comissão Temporária do Conselho Estadual de Educação do Paraná, portaria n. 8/2006, para tratar das Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Segundo esta resolução:

Art. 2.º O Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino deverá garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular contemple, obrigatoriamente, ao longo do ano letivo, a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica. Parágrafo único. Ao tratar da História da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, devem os professores fazer abordagens positivas, sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno negro-descendente mire-se positivamente, quer pela valorização da história de seu povo, da cultura de matriz africana, da contribuição para o país e para a humanidade.

Art. 3.º As mantenedoras tomarão providências efetivas e sistemáticas no sentido de qualificar os educadores no que diz respeito à temática da presente deliberação, promovendo cursos, seminários, oficinas, durante o período letivo, garantindo-se a participação dos educadores sem nenhum prejuízo funcional ou salarial.

Parágrafo único. O plano de capacitação a que se refere o caput deste artigo deverá constar do Projeto Político Pedagógico da Instituição.

Art. 4.º As mantenedoras deverão, gradativamente, ano a ano, adquirir livros sobre a matéria desta deliberação e dotar as escolas de um acervo que possibilite a consulta, a pesquisa, a leitura, o estudo por parte de alunos, professores, funcionários e comunidade.

As referidas normas complementares têm importância por dar condições de execução às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Trabalhar a produção e a divulgação desse conhecimento não é tarefa fácil, porque requer preparo para enfrentar muito tempo de discriminação e preconceito engendrados na sociedade brasileira. Afinal, modificar valores é uma construção que exige investimento, tempo e muita atenção por parte de diversos setores públicos e privados.

Nesse sentido, garantir o reconhecimento e a valorização da cultura dos afro-brasileiros mediante a normatização das Diretrizes Curriculares Nacionais, determinando que os currículos escolares trabalhem a temática de forma obrigatória, é parte dessa construção.

Outro aspecto é a exigência de que os Projetos Político-Pedagógicos das instituições de ensino contemplem a forma de capacitação que será oferecida aos educadores sem prejuízo de sua vida funcional ou de sua remuneração, bem como a prioridade de investimento em acervo sobre a temática, dando condições de acesso à informação por parte de educadores e educandos.

Ainda para dar suporte aos educadores, os órgãos dirigentes deverão estruturar as equipes multidisciplinares para que estas acompanhem o trabalho docente no sentido que aponta a deliberação que normatiza o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O documento estadual que deliberou sobre as Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2006) esteve em consonância com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). Cabe destacar que o referido plano nacional, segundo o Ministério de Educação (MEC), foi elaborado com o objetivo de favorecer a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), alterada pela Lei Federal n. 10.639/2003 e posteriormente, em 2008, a Lei Federal n. 11.645/2008, que estabelece a mesma orientação para a temática indígena.

Assim, o Plano Nacional para implementação da temática (2004) foi mais um

documento que subsidiou a ação do MP-PR, formulado com a pretensão de criar instrumentos para o enfrentamento de práticas discriminatórias e racistas por vezes institucionalizadas e observadas nos currículos e no cotidiano das escolas, bem como nos sistemas de ensino e no material didático. Essa realidade penaliza alunos negros e compromete um direito encartado na Constituição Federal do Brasil, qual seja, a garantia do direito à educação e que a prestação desta seja de qualidade para todos.

Em breve síntese, o Ministério da Educação informa:

O texto do Plano Nacional foi construído como um documento pedagógico que possa orientar e balizar os sistemas de ensino e as instituições educacionais na implementação das Leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008. A introdução traça um breve histórico do caminho percorrido até aqui pela temática étnico-racial na educação e as ações executadas para atendimento da pauta; a primeira parte é constituída pelas atribuições específicas a cada um dos atores para a operacionalização colaborativa na implementação das Leis n. 10.639/03 e 11.645/08; a segunda parte é composta por orientações gerais referentes aos níveis e modalidades de ensino. A terceira parte foi construída com recomendações para as áreas de remanescentes de quilombos, pois entendemos que os negros brasileiros que aí residem são público específico e demandam ações diferenciadas para implementação da Lei e a conquista plena do direito de aprender. (BRASIL, 2004).

Um aspecto presente no Plano Nacional é a orientação dirigida às Secretarias e Estaduais e Municipais de Educação de que é responsabilidade destas acompanhar a implementação curricular sobre a temática racial nas escolas, além de instituir “[...] equipes técnicas permanentes para os assuntos relacionados à diversidade, incluindo a educação das relações étnico-raciais, dotadas de condições institucionais e recursos orçamentários para o atendimento das recomendações propostas neste Plano”. (BRASIL, 2004, p. 36 38).

Dessa forma, em 2010, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) deliberou a respeito da composição das Equipes Multidisciplinares nos Núcleos Regionais de Educação²⁴ (NREs) e Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual de Educação por meio da Resolução n. 3.399/2010:

Art. 2.º As Equipes Multidisciplinares dos NREs serão compostas por, no mínimo, quatro integrantes: 1(um) do Núcleo de Educação das Relações Étnico-Raciais e Afro-Descendência, que será Coordenador da Equipe, 1 (um) de História e Cultura Indígena, 1 (um) da Equipe Disciplinar e 1 (um) dos Movimentos Sociais afeitos às temáticas que envolvem a população negra e indígena. (PARANÁ, 2010, s/p).

A formação dessas equipes é um mecanismo estratégico para o cumprimento do Plano

²⁴ São espaços de organização administrativa e pedagógica, que tem o objetivo de atender um conjunto de municípios – geograficamente próximos – por região no eestado.

Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). Ao serem formadas atendendo o disposto no referido Plano Nacional, tais equipes reúnem condições de fazer a interlocução sobre a temática entre as Secretarias, Fóruns e até mesmo o Ministério Público e as escolas. Tal resolução foi um dos documentos que subsidiaram a atuação do MP-PR:

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) indicou as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação ser importante “Participar dos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial”. (MEC, 2004, p. 36 e 38).

De acordo com os, dados obtidos por meio dos questionários enviados e organizados em decorrência da parceria celebrada entre o MP-PR com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) da Universidade Federal do Paraná, que tabulou as informações das questões objetivas, apontam que a Rede Estadual possui de fato melhor organização, pois as equipes multidisciplinares atendem à Resolução n. 3.399/2010 da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, indicando a obrigatoriedade da organização das referidas equipes multidisciplinares ou comissão de diversidade, para que atuem no sentido de dar suporte aos professores para inserir a temática no currículo escolar.

QUADRO 3 – EQUIPES MULTIDISCIPLINARES OU COMISSÃO DE DIVERSIDADE

Rede Estadual	1.306 unidades escolares responderam o questionário.	1.218 ou 93% possuem a referida organização.
Rede Municipal	1.243 unidades escolares responderam o questionário.	246 ou 19% possuem a referida organização.
Rede Particular	350 unidades escolares responderam o questionário.	103 ou 29% possuem a referida organização.

FONTE: UFPR (2016)²⁵

OBSERVAÇÃO: não consideramos o item que informa que as equipes estão em processo de organização, apenas as devidamente constituídas

A importância da organização das equipes multidisciplinares ou comissões da diversidade e do investimento na formação adequada de seus membros é verificada no decorrer desta pesquisa pelos resultados apresentados pelo município de Pinhais. A Secretaria Municipal de Educação atendeu em 2011 a esta determinação e cuidou de organizar essas equipes nas escolas públicas municipais.

Observamos, todavia, que a atuação da responsável pela pasta da Educação em Pinhais

²⁵ Ver anexo F.

é uma exceção no contexto da pesquisa, que indica o fraco desempenho das unidades escolares adstritas à responsabilidade da Rede Municipal que não vem atendendo à Deliberação n. 4/2006 do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Ao final da análise do conteúdo do Procedimento Administrativo MP-PR n. 0046.14.0009220-9, verificamos que a maior parte de seu conteúdo são os questionários das escolas estaduais, municipais e particulares que retornaram com as informações solicitadas mediante o processo interventivo.

Por fim, a formação das equipes multidisciplinares no âmbito das Secretarias Estaduais e Municipais e nas Unidades Escolares se constitui em grande possibilidade para garantir a implementação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei Federal n. 9.394/1996, alterada pelas Leis Federais n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008. A referida instância poderá vir a ser o elo capaz de articular as ações do MP-PR com as Secretarias de Educação e com as Unidades Escolares. A articulação com o Fórum Permanente da Educação e Diversidade do Estado e dos Municípios, quando instituídos, com os sindicatos e com o Movimento Negro é fator que amplia a perspectiva de mudança no currículo escolar, porque estes sujeitos sociais representam a sociedade e seus anseios, sem as normas advindas de vínculos institucionais, o que algumas vezes pode favorecer uma avaliação mais próxima da realidade da sociedade.

3.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR), PARCEIRA NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI FEDERAL N. 10.639/2003

Os dados da referida parceria foram obtidos por meio de informações contidas no site do MP-PR e com a colaboração da Professora Dr.^a Carolina dos Anjos de Borba, representante da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e coordenadora dessa parceria, mediante troca de e-mails (Anexo F). Essa ação teve seu início marcado pela reunião realizada no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, no dia 10 de dezembro de 2015. Estiveram presentes na referida reunião a Promotora de Justiça do MP-PR, Mariana Seifert Bazzo, e o Professor Dr. Paulo Vinícius Baptista da Silva, representando o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Naquela ocasião, ambos deliberaram sobre a celebração de um convênio entre as instituições de modo que a UFPR organizasse os dados obtidos com os questionários que retornaram das escolas. O convênio não foi formalizado por questões burocráticas e também pela necessidade de maior empenho por parte do MP-PR, mas o trabalho foi mantido sem a celebração do referido instrumento legal.

Importa observar que aquela foi a primeira vez que a Universidade Federal do Paraná aparece no processo deflagrado pelo MP-PR no sentido de promover a implementação da Lei Federal n. 10.639/2003. Na ocasião, o MP-PR já havia interpelado instituições de ensino, elaborado o questionário dirigido a todo o sistema de ensino do Estado e o enviado há aproximadamente um ano (2014 a 2015).

O objeto do convênio não formalizado, mas colocado em prática versa sobre a obrigação da UFPR em realizar “[...] a sistematização e análise dos dados de questionários elaborados pelo Ministério Público do Estado do Paraná e respondidos pelas unidades de ensino, com fins de efetivar a implementação da Lei Federal n. 10.639/2003 nas escolas públicas e particulares do estado do Paraná” (MINUTA DO TERMO DO CONVÊNIO, 2016, p. 1, Anexo F).

O plano de trabalho anexo à referida minuta justificou a atuação do MP-PR e da UFPR do seguinte modo: “Este Plano de Ação tem como principal fim a atuação conjunta entre o Ministério Público do Paraná e a Universidade Federal do Paraná em prol do desenvolvimento da educação voltada para o respeito à pessoa humana, aos Direitos Humanos e à diversidade”. (PLANO DE TRABALHO NEAB, 2016, p. 2, Anexo F).

A participação da UFPR ocorreu em razão do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) prever a “flexibilização dos modelos de formação; diálogo com os demais segmentos da Sociedade e seus saberes; indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão (BRASIL/UFPR, p. 6). Outros pontos relevantes para atuação da instituição é o compromisso com a formação de profissionais engajados com o desenvolvimento social do país, da democracia, com a multiculturalidade e com o “respeito a todas as instâncias da sociedade organizada”. (BRASIL/UFPR, 2012, p. 7).

Ainda de acordo com a minuta do convênio, os resultados esperados por meio da atuação da UFPR são:

Relatórios por município a serem enviados ao Ministério Público para subsidiar o acompanhamento da implementação do art. 26-A da LDB (Leis n. 10.639/03 e 11.645/08);
Evento de apresentação dos resultados finais da avaliação dos dados coletados ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná (CAOPJDH). (MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO, 2016, p. 4).

Quanto aos recursos investidos, verificamos que não houve por parte do MP-PR previsão de recursos a serem destinados ao tratamento dos dados a ser realizado por esta parceria, que ocorreu mesmo sem o instrumento formal.

A coordenação dos trabalhos ficou a cargo da Professora Dr.^a Carolina dos Anjos de

Borba e atuaram como pesquisadores: Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva, Dr. Josafá Moreira da Cunha, Dr.^a Lucimar Rosa Dias e Dr.^a Claudemira Vieira Gusmão Lopes. Os documentos que deveriam dar forma legal ao convênio entre as instituições e o plano de trabalho foram prontamente disponibilizados pela referida coordenadora, que ainda colaborou respondendo a um questionário enviado por nós no sentido de verificar a análise construída pelo referido grupo de pesquisadores da UFPR sobre a atuação do MP-PR (Anexo F). Uma das questões versou sobre o objeto de trabalho da parceria, o questionário elaborado pelo MP-PR e enviado às escolas do Estado, sobre o qual assim se manifestou a coordenadora: “[...] O questionário traz inúmeras questões relevantes para fiscalização e implementação da Lei Federal n. 10.639/2003, porém a formatação do instrumento em muito dificultou a análise quantiquantitativa dos dados”. (BORBA, 2016).

Por fim, retomando as condições da parceria entre o MP-PR e a UFPR, com base na avaliação da coordenadora representante da UFPR, é possível inferir que o diálogo tardio entre o MP-PR e a UFPR por meio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), por ocasião da elaboração do questionário, é um elemento que influenciou de forma negativa a qualidade dos dados gerados e que, de fato, o processo de intervenção deflagrado pela instituição não apresentou um planejamento concatenado de atos para atingir os objetivos desejados, sendo este um aspecto vulnerável observado na atuação do MP-PR.

As conclusões ora estabelecidas são corroboradas pelas dificuldades em tratar os dados conforme as respostas das escolas em questões abertas. Em razão disso, equipe de pesquisadores optou pela tabulação dos dados quantitativos coletados nas questões fechadas, ao menos para a primeira fase da parceria. (BORBA, 2016).

No próximo item, observamos de forma detida como ocorreu o recebimento dos questionários enviados pelo MP-PR pela promotora de justiça de um município em particular, Pinhais, os motivos dessa escolha e como ocorreu o processo de recebimento do instrumento elaborado pelo Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NUPIER) do MP-PR, a atuação do Fórum Estadual de Educação e Diversidade Étnico-Racial e da Secretaria Municipal de Pinhais.

3.4 A ESCOLHA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO A SER ANALISADA

A escolha de uma Rede Municipal de Ensino para análise de alguns itens da intervenção efetivada pelo MP-PR ocorreu por esta ser mantida pelo poder público e atender

preferencialmente os anos iniciais de escolarização, ou seja, Educação Infantil e Ensino Fundamental, faixa etária estratégica para o investimento no currículo escolar com as adequações provenientes da Lei Federal n. 11.645/2008, que altera as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e a Lei Federal n.10.639/2003.

Dado importante levantado pela UFPR ao verificar os questionários (Anexo C) é que apenas 19,8% da Rede Municipal organizou as Equipes Multidisciplinares ou Comissões da Diversidade, o que revela a ausência de investimento por parte dos municípios sobre a temática, embora as Redes Municipais tenham tido tempo suficiente para criação delas e a instituição das mesmas ter sido tratada pela LDB, Lei Federal n. 9.394/1996, art. 26-A, pela Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná n. 04/2006, pela Instrução da Secretaria Estadual de Educação n. 17/2006, pela Resolução da Secretaria Estadual de Educação n. 3.399/2010 e ainda pela Instrução da Secretaria de Estado de Educação n. 10/2010.

Concebendo que as Equipes Multidisciplinares ou Comissões da Diversidade sejam espaços de debate, troca de experiências e compartilhamento de conhecimento sobre a temática, a ausência de sua organização pode revelar falta de preocupação e cuidado em relação às políticas voltadas à temática da diversidade por parte dos municípios paranaenses, os quais são responsáveis pela Educação Infantil e Ensino Fundamental no Paraná.

Nesse contexto de pouca atuação das Redes Municipais de Ensino para cumprir a determinação de organizar as Equipes Multidisciplinares ou Comissões da Diversidade, os dados levantados pela UFPR apresentam uma exceção: o município de Pinhais, que abordaremos no próximo item.

3.5 O MUNICÍPIO DE PINHAIS NO CONTEXTO DA PESQUISA

De acordo com o site da prefeitura municipal, Pinhais é um dos mais novos municípios emancipados na região do Paraná, fato que ocorreu em 1992, tendo anteriormente pertencido a Piraquara. Localizado na Região Metropolitana de Curitiba, em relação aos outros municípios da mesma, Pinhais apresenta a menor extensão territorial, com área de 60,92 quilômetros quadrados. Pode-se considerar que tem localização privilegiada, uma vez que é o município mais próximo da capital paranaense, estando a 8,9 quilômetros da região central de Curitiba. Conta com vasto polo industrial, tendo a décima segunda maior arrecadação do estado do Paraná.

Quanto aos dados populacionais organizados por cor ou raça pelo MP-PR em 2010 e enviados a todos os promotores de justiça do Estado (Anexo A), o município de Pinhais possui

um contingente de 117.008 habitantes assim distribuídos: 81.898 brancos, 4.170 pretos, 826 amarelos, 29.962 pardos, 34.132 negros e 152 indígenas.

Sendo assim, o município de Pinhais é a 14.^a cidade paranaense em população, com 117.008 mil habitantes e a 16.^a com maior representação de população negra, que é a soma da população preta e parda. Considerando que o estado do Paraná está dividido em 399 municípios, podemos observar que há representação considerável da população negra no Estado.

A atuação partidária²⁶ do executivo municipal de Pinhais pode estar relacionada com o desempenho positivo do município na questão da diversidade racial. Observamos que o investimento em educação para diversidade ocorreu de maneira significativa durante a atuação do Partido dos Trabalhadores (PT), que teve como prefeito Luiz Goulart Alves (2009 a 2016). A origem e formação desse político brasileiro certamente guarda relação com sua maneira de fazer educação. Trabalhador rural no interior do Paraná até os 15 anos, vindo depois a residir em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, atuou como mecânico de automóveis. Depois cursou Filosofia e tornou-se professor de História, sendo ligado ao movimento religioso da Pastoral da Juventude.

Durante a atuação do referido prefeito, Pinhais tornou-se referência no estado do Paraná em educação para diversidade étnico-racial, organizando seminários, cursos de capacitação e o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial, revelando comprometimento da Secretaria Municipal de Educação de Pinhais com a questão da diversidade.

A atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre a temática ocorreu também em nível nacional. Em 2003, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) com o objetivo de instituir políticas e diretrizes para promoção da igualdade racial. A referida Secretaria pautou sua atuação no Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010) e até 2016, quando foi extinta, construiu história na defesa de grupos raciais e étnicos discriminados em razão da hierarquia racial com hegemonia branca que domina a sociedade brasileira.

Para verificar os resultados apresentados por Pinhais sobre a temática, elegemos dois

²⁶ O município de Pinhais foi administrado de 2001 a 2006 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB, visto por analistas políticos como sendo de centro-esquerda), e pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB). O prefeito deixou o mandato para concorrer ao cargo de deputado estadual, no período de 2006 a 2008, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, ideologicamente de centro), e de 2009 a 2016 pelo Partido dos Trabalhadores (PT, partido ideologicamente de esquerda). Em 2017, a prefeita do município de Pinhais, Marli Paulino (PDT, ideologicamente de esquerda), dá continuidade ao trabalho de seu antecessor tendo sido vice-prefeita por oito anos. Também, é a primeira mulher a ocupar o cargo no município. (*Site da Prefeitura de Pinhais*).

segmentos: o primeiro institucional, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e o segundo, representante da sociedade civil organizada, o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Pinhais. O objetivo foi colher informações sobre a atuação destes e a influência de suas ações nas conquistas sobre a temática para o município, que possui um índice de 100% de organização das equipes multidisciplinares, representatividade estadual na organização de seminários, encontros e capacitações, dentre outras ações, como a organização e atuação do referido Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Pinhais.

3.5.1 Secretaria Municipal de Pinhais e a Equipe da Diversidade

Por ocasião da visita à Secretaria Municipal de Pinhais, elaboramos um roteiro com questões que foram respondidas por sua representante (Apêndice C), com o objetivo de conhecermos a atuação dessa Secretaria e a contribuição dela para que o município fosse apontado como referência no processo interventivo do MP-PR.

O Município de Pinhais foi indicado pelo próprio órgão fiscalizador (Ministério Público do Paraná) como melhor exemplo de implementação da Lei Federal n. 10.639/2003. O processo administrativo faz concluir pela dedicação do Município, sobretudo ao compararmos com os dados globais do Estado trazidos na tabela anexada à questão anterior (Anexo F).

A visita previamente agendada ocorreu no dia 11 de novembro de 2015 na sede da Secretaria, onde entrevistamos a professora e pedagoga Solange Rocio Penna (Apêndice C), Coordenadora da Educação de Jovens e Adultos e Diversidade da SEMED.

Para isso, o instrumento desenvolvido por nós foi uma entrevista semiestruturada, uma sequência de oito itens para orientar a conversa, havendo a flexibilidade de inserirmos outros itens ou suprimir, conforme a evolução do diálogo. Dessa forma, os assuntos abordados foram registrados de forma sintetizada e com a aprovação da professora Solange Rocio Penna (Apêndice C).

A equipe de diversidade da SEMED é composta por seis professoras, todas formadas em Pedagogia. Além do trabalho com a diversidade, atuam nas áreas de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Fundamental, dentre outras atribuições administrativas.

Ocorre que se adotarmos o parâmetro estabelecido pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná, pela Resolução n. 3.399/2010 para a composição das equipes disciplinares nos Núcleos Regionais de Educação, estas deveriam ser compostas apenas por profissionais dedicados à questão da diversidade, por representantes da “[...] Educação das Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência, que será Coordenador da Equipe, 1 (um) de História e Cultura

Indígena, 1 (um) da Equipe Multidisciplinar e 1 (um) dos Movimentos Sociais afeitos às temáticas que envolvem a população negra e indígena. (SEED, 2010, s/p).

Dessa forma, a Equipe da Diversidade da Secretaria Municipal de Pinhais, embora tenha apresentado trabalho representativo sobre a temática, certamente possui uma composição bastante ampla, atendendo outras demandas, como Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Fundamental. Ou seja, a composição dessas equipes não pode depender apenas do engajamento de seus gestores sobre a temática, até porque estes são temporários. O adequado certamente seria uma organização institucional voltada apenas para a diversidade.

Outra questão que nos interessava era saber como o Plano de Educação Municipal de Pinhais, Lei n. 1.658, de julho de 2015, tratou sobre o tema da Diversidade Étnico-Racial. Este teria a vigência de 10 anos e atenderia o disposto no art. 8 do Plano Nacional de Educação:

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei. (BRASIL, 2014).

O município de Pinhais atendeu à prescrição do Plano Nacional de Educação e elaborou o Plano Municipal que, por sua vez, estabeleceu em suas diretrizes, no Artigo 3.º, preceitos sobre a temática:

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (PINHAIS, Lei n. 1.658/2015).

Dessa forma, a intervenção do MP-PR ocorreu de forma paralela à construção do Plano Municipal de Educação, oportunidade para que a questão da diversidade e da erradicação da discriminação estivesse em pauta na educação do município de Pinhais.

Passamos agora a pautar o processo de intervenção do MP-PR e as ações desenvolvidas pela SEMED após tal evento. Segundo a gestora, a primeira observação foi em relação à vontade política positiva dos gestores da política municipal, os quais se mobilizaram, podendo ser apontados marcos definidores para o desenvolvimento do trabalho com a Diversidade Étnico-Racial:

2010 – O Fórum Estadual da Diversidade consultou Pinhais, para que o município pudesse sediar o Fórum. O desafio foi aceito pela Secretaria Municipal de Educação, cuja secretária era Rosa Maria de Jesus Colombo;
2010 – Instituição do Conselho Municipal de Ensino de Pinhais;

2011– Instituição do Fórum da Diversidade de Pinhais para atuar junto às escolas particulares e públicas, com poder investigador no sentido de verificar o cumprimento das deliberações sobre a diversidade, ou seja, o Fórum não possui subordinação institucional;
 2015 – o Plano Municipal de Educação contempla a questão da diversidade; realização de seminários;
 2016 – 5.º Seminário Anual sobre Diversidade no Município de Pinhais; [...] (PENNA, 2016 s/p).

Considerando o marco temporal dos eventos relatados pela gestora, ficou certo que o município de Pinhais já vinha construindo desde 2010, ou seja, logo depois do Plano Nacional para implementação da Lei Federal n. 10.639/2003 publicado pelo Governo Federal em 2009, ações para implementação da temática sobre diversidade e quando o MP-PR deflagra o processo interventivo em 2014, a SEMED já atuava no sentido de capacitar seus profissionais de educação e formar equipes multidisciplinares, o que ocorreu em 2011.

Procuramos verificar como ocorreu o recebimento dos questionários enviados pelo MP-PR na Secretaria Municipal e nas escolas municipais de Pinhais. Segundo relato da entrevistada, estes “[...] chegaram sem instrução prévia sobre como encaminhar a questão. A SEMED encaminhou os questionários para as unidades escolares e acompanhou o processo de retorno. Posteriormente tratou do encaminhamento à promotora de justiça que atende o município de Pinhais”. (PENNA, 2016).

Solange salientou ainda a importância da iniciativa do MP-PR, defendendo que o instrumento utilizado, o bloco de questões, foi bom para discutir sobre a diversidade. Quanto às dificuldades encontradas, a gestora observou que a forma como chegou a intervenção e a solicitação de preenchimento do questionário não foi favorável, tendo acontecido sem uma reunião ou explicação prévia. Segundo ela, não havia clareza sobre os objetivos e os passos que o MP pretendia desenvolver, qual seria dinâmica do processo de intervenção, e como seria a conclusão, ou seja, aonde se pretendia chegar, como os questionários seriam avaliados, se haveria uma avaliação pedagógica ou só sobre o encaminhamento técnico do questionário. (PENNA, 2016).

As questões apresentadas pela gestora da SEMED nos permitem avaliar que a intervenção ocorreu sem as orientações necessárias para informar e mobilizar o público alvo da intervenção, o sistema de ensino de Pinhais e as escolas. Também possibilitam perceber que faltou um planejamento das atividades a serem realizadas, até mesmo do envio dos questionários, que foi o grande marco dessa intervenção.

Poderia ter sido utilizada pelo MP-PR uma comunicação prévia, informando sobre a forma de organização da instituição, o que a levou a promover a intervenção e quais os

instrumentos legais conferidos ao MP ao atuar em demandas sociais. Outro aspecto que poderia ter sido alvo de um comunicado prévio seria a apresentação de um planejamento geral do que se estava fazendo e os objetivos a que se pretendia chegar, conferindo à ação um sistema de parcerias para se alcançarem os objetivos propostos.

Dessa forma, a gestora que representa a equipe que atende a questão da diversidade na SEMED de Pinhais observou e apontou instrumentos didáticos e pedagógicos que colaboram com uma possível forma de organização capaz de alcançar os resultados de futuras intervenções no sistema educacional.

Diante das dificuldades levantadas, questionaram quais sugestões a SEMED deixaria ao MP-PR para favorecer o êxito da intervenção: “Espera-se que o MP organize uma estrutura por meio de parcerias para fazer intervenções não apenas esporádicas, mas ao longo do processo, capaz de acompanhar, cobrar e propor”. (PENNA, 2016, s/p).

Pois bem, a atuação da SEMED nos permite concluir que o encaminhamento político do gestor municipal é definidor para organização e manutenção de políticas públicas voltadas para a diversidade étnico-racial. O reconhecimento da atuação do município advém do MP-PR: “O Município de Pinhais foi indicado pelo próprio órgão fiscalizador (Ministério Público do Paraná) como melhor exemplo de implementação da Lei Federal n. 10.639/2003. O processo administrativo faz concluir pela dedicação do Município, sobretudo ao compararmos com os dados globais do estado [...]”. (BORBA, 2017, s/p).

Ademais, como consequência, a atuação da equipe da diversidade da SEMED foi um dos fatores que permitiu ao município de Pinhais ser referência para o MP-PR. Outro sujeito social importante nesse processo foi o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Pinhais, que passaremos a analisar na entrevista realizada com o coordenador.

3.5.2 Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Pinhais – PR

A organização do fórum ocorreu em 2011 por influência do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado do Paraná, sendo composto por 17 membros, incluindo os suplentes. Atualmente é coordenado pelo Professor Valdo de Souza Melo, que se autodeclara negro. A entrevista com esse professor encontra-se no (Apêndice D).

Inquirido sobre sua trajetória profissional até atuar como coordenador do fórum, este informou que trabalhou na cidade do Rio de Janeiro junto a Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas à questão da diversidade e com o Movimento Negro. Dentre outras atividades, o que também lhe possibilitou chegar à coordenação do Fórum Permanente de Educação e

Diversidade Étnico-Racial de Pinhais foi o exercício do cargo de professor da rede municipal e estadual de ensino, sendo formado em Pedagogia. Ademais, os cursos de capacitação oferecidos pela SEMED aos profissionais da educação, como consta no Plano de Trabalho Municipal, foi fator determinante em sua atuação como representante da temática étnico-racial.

O Fórum não possui fins lucrativos tampouco recebe doações em dinheiro. No entanto, se mantém por meio da parceria com a Secretaria Municipal de Educação, que cede o coordenador, o professor concursado da rede municipal e a estrutura física e material para realização dos trabalhos da entidade.

Sobre a questão racial no Brasil, o coordenador do fórum declarou que a perspectiva de avanço está no investimento do acesso ao conhecimento da temática. “A questão racial ainda é um fato, não posso dizer mal divulgado, mas mal interpretado. Quando a gente fala da questão racial, algumas pessoas menos esclarecidas que ainda não tem, não vou falar capacitação, mas o conhecimento da causa, conhecimento do seu pertencimento, na verdade, daí que acho que gera esse conflito, preconceitos, falsos valores”. (MELO, 2016 s/p).

Conforme análise do representante do fórum, a implementação da Lei Federal n. 10.639/2003 ainda encontra resistência por parte de educadores. Na maioria das vezes, há desconhecimento da necessidade do trabalho e outras vezes falta de conhecimento de como o trabalho deveria ser realizado.

Segundo o coordenador, a intervenção do MP-PR gerou surpresa por parte das unidades escolares:

Na verdade, foi um susto para as instituições de ensino, porque até então não se levava muito a sério, vamos dizer assim... Que isso fosse cobrado realmente, teria alguém fora o pessoal do núcleo da SEED ou da Secretaria Municipal, então foi respondido o questionário e só que o pessoal não espera que fosse ter uma devolutiva, pensava que fosse ficar só ali no questionário. Você atendeu aos critérios, sim, não? Tais eventos foram realizados? E aí foi uma surpresa grande, não só com relação ao questionário, mais logo depois uma devolutiva que o MP fez cobrando algumas coisas”. (MELO, 2016 s/p).

A intervenção, segundo o coordenador, foi positiva para mobilizar as escolas no sentido de perceberem que a lei precisa ser de fato cumprida, sendo a atuação da Comissão de Diversidade um referencial na atuação das escolas municipais de Pinhais “[...] na rede municipal, como temos comissão de diversidade, alguns assuntos são bem esclarecidos, e, para todas as unidades sempre vem um profissional da educação fazer as capacitações”. (MELO, 2016 s/p).

As atividades rotineiras da entidade incluem “[...] reuniões, que são mensais, com a

equipe diretiva; [...] eu, como ouvidor, faço visitas aos colégios [...]”. (MELO, 2016 s/p)

A organização das visitas decorre da necessidade de se verificarem denúncias de situações de racismo ou são feitas de forma preventiva. Para que o trabalho ocorra, são mobilizadas na unidade escolar a equipe pedagógica e as equipes multidisciplinares.

Dessa maneira, foi observado que o êxito alcançado com o trabalho sobre a diversidade no município ocorreu em grande parte pela participação da SEMED mediante atuação da equipe da diversidade e do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial Estadual e Municipal, não estando organizado o Movimento Negro à época da intervenção do MP-PR, e também que a organização do fórum e o trabalho desenvolvido por este têm o apoio, inclusive com a estrutura física e material para seu funcionamento, subsidiada pela Prefeitura Municipal pela SEMED.

Todavia, foram apontadas dificuldades advindas da forma inesperada como a intervenção foi feita, e do despreparo de muitos profissionais da educação; mesmo havendo as capacitações, percebe-se que o emprego de uma metodologia para o trabalho com as relações étnico-raciais é um processo em construção. A consciência de que a atuação da educação pode contribuir para a educação das relações étnico-raciais é outro aspecto que demanda maior investimento, de acordo com o coordenador do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Pinhais.

Por fim, considerando o investimento público municipal, podemos inferir que mais uma vez este é definidor para organização e funcionamento da entidade, que conta com a estrutura necessária para que o trabalho de acompanhamento da questão racial seja efetivado.

Retornaremos a seguir à análise dos autos do Procedimento Administrativo, desta vez para verificar a atuação da Rede Municipal de Educação do Município de Pinhais. A organização desta merece ser verificada por ter sido apontada, pelo MP-PR, como destaque em sua atuação no tratamento da temática sobre a diversidade racial por ocasião da intervenção promovida pela instituição.

3.6 PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO MP-PR N. 0108-15 000025-6 – INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO DE PINHAIS – PR

A abordagem a seguir foi realizada com base na verificação detida dos autos referentes ao procedimento administrativo MP-PR n. 0108-15 000025-6, v. I, fls. 1 a 2001.

Verificamos que a Promotora de Justiça do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do MP-PR, Mariana Seifert Bazzo,

encaminhou ofício por meio do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NUPIER) dirigido à Promotora de Justiça Fabia Teixeira Fritegotto Gimenez para que esta promotora, responsável pelo município de Pinhais, procedesse a instauração de procedimento administrativo. O objetivo da ação foi promover o acompanhamento da implementação da Lei Federal n. 10.639/03 em todas as escolas públicas e particulares do município. Nossa análise foi atinente à rede municipal.

O mencionado procedimento demonstra como ocorreram as ações interventivas no município de Pinhais; assim: as folhas (1 até 154) trazem encartadas cópias dos ofícios da promotora de Justiça Fabia Teixeira Fritegotto Gimenez para o sistema de ensino de Pinhais-PR em 11 de setembro de 2014. Verificamos que a Secretaria Municipal enviou o ofício com os questionários no dia 30 de janeiro de 2015 e as escolas municipais iniciaram o processo de resposta, com o preenchimento do questionário, em 10 de março de 2015. A continuidade das fls. 154 a 201 é com os questionários, já com as respostas subscritas das escolas.

Desse modo, em 7 de abril de 2015 foi lavrado o segundo termo de abertura do referido procedimento administrativo. Assim, faremos referência aos documentos que possibilitaram o processo de análise quanto à atuação do MP-PR, da Secretaria Municipal de Pinhais e das Escolas Municipais.

O primeiro documento ao qual faremos referência é o que teve por objetivo acompanhar a implementação da Lei Federal n. 10.639/2003 pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), contendo o questionário padrão elaborado pelo do MP-PR. Em síntese, o referido instrumento contém 14 questões sobre o acompanhamento e implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a Lei Federal n. 10.639/2003. As questões iniciais são para identificação da instituição (questões de 1 a 3); na sequência, questiona se há equipe de diversidade formada e pergunta sobre a estrutura da mesma (questões 4 a 7). O documento buscou averiguar também acerca da formação continuada dos profissionais em relação à temática (questões 8 a 12) e finaliza com indagações sobre o material didático especializado sobre a questão racial (13 a 14).

Das respostas colhidas do questionário da Secretaria Municipal de Pinhais-PR, observamos que esse município possui equipe multidisciplinar instituída por meio de Instrução Normativa n. 1/2011. Ela é composta por 4 funcionários, sendo 2 professores do Ensino Fundamental, 1 educadora da Educação Infantil e 1 psicóloga²⁷. Cabe ressaltar que todos

²⁷ Estas informações são de 2015, em entrevista com a representante da Equipe de Diversidade Solange Rocio Penna em 2016 a composição da equipe da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Diversidade já é outra, ver item 3.2.

possuem outras atribuições além de comporem a referida equipe. Por fim, o documento foi assinado pela Secretária Municipal de Educação de Pinhais, Andréa Franceschini, e encaminhado à promotoria (informações colhidas das páginas 216 a 224 do Procedimento Administrativo MP-PR n. 0108.15.000025-6). Na sequência, a referida Secretaria respondeu as demais questões e anexou a Deliberação n. 1/2010 do Conselho Municipal de Ensino de Pinhais, processo n. 2/2010, estabelecida com o objetivo de instituir normas complementares para implementação curricular das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. O documento também trata da obrigatoriedade das instituições de ensino que pertencem ao Sistema Municipal de Ensino de Pinhais – PR.

A referida deliberação trata de diversas ações no sentido de promover a implementação de normas complementares para tratar da questão racial. Daremos destaque para o artigo 5.º, item X, que aborda a instituição de comissão de diversidade:

X - instituição de uma Comissão Permanente de Diversidade ou um Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI), composto por profissionais do âmbito municipal de ensino e representantes da sociedade civil organizada, com vistas a garantir políticas de formação e valorização de acordo com a legislação vigente. (PROC. ADM. MP-PR, n. 0108.15.000025-6, p. 230-236)
O Conselho Municipal de Ensino de Pinhais trouxe aos autos uma justificativa de sua atuação no sentido de implementar as alterações curriculares provenientes da LDB através das Leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008 e fez referência às ações desenvolvidas no município. (PROC. ADM. MP-PR, n. 0108.15.000025-6, p. 242 e 243).

Além disso, ofertou em 2007, juntamente com o Ministério de Educação e Cultura (MEC), o curso de extensão pedagógica Africanidades na modalidade educação à distância, por meio de um convênio com a Universidade de Brasília. Participaram 70 profissionais das unidades escolares de Pinhais;

Em 2008 e 2009 os profissionais da educação participaram do 1.º e 2.º Seminário Étnico-Racial de Pinhais, sendo a realização do evento uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação, por meio do Núcleo de Educação das Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência do Estado do Paraná;

Em 2009 e 2010 foram ofertadas oficinas aos profissionais da educação, por meio do Programa de Proficiência;

Em 2010 ocorreu a Conferência Municipal de Educação. Durante a realização do evento, por ocasião de debates acerca da diversidade, foram formulados objetivos e metas para comporem o Plano Municipal de Educação.

Outro documento enviado pela Secretaria Municipal de Pinhais e juntado ao

Procedimento Administrativo MP-PR n. 0108.15.000025-6, páginas 247 a 251, foi a Instrução Normativa n. 1/2011 da Secretaria Municipal de Educação de Pinhais, a qual ocupou-se da Comissão Permanente de Diversidade para tratar da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

No Capítulo I, a referida instrução discorre sobre as competências da Secretaria Municipal de Educação de Pinhais em relação à Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena em todas as unidades educacionais do município. Tal Secretaria tem a responsabilidade de assegurar a implantação da comissão permanente de diversidade e também de orientar a construção do Projeto Político-Pedagógico para que contemple tal temática, subsidiando ainda as unidades escolares com materiais didáticos-pedagógicos e acervo bibliográfico, visando promover formação continuada e diálogo com instituições públicas de ensino superior, Movimento Negro e grupos culturais negros e indígenas, dentre outras ações que deverão favorecer à Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

O Capítulo II das competências específicas da comissão permanente de diversidade trata, em síntese, da necessidade da eleição dos membros para comporem a referida comissão; da função de acompanhamento; funcionamento; organização de ações ou experiências em relação à ERER; da promoção da socialização das mesmas; da tarefa de atuar na orientação da construção do Projeto Político-Pedagógico das unidades de ensino para incluírem ERER e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; do encaminhamento ao Conselho Escolar e a outras instâncias de situações de discriminação racial, preconceito e racismo.

Por fim, a Instrução Normativa n. 1/2011 trata da formação da comissão permanente da diversidade nas unidades de ensino, fixando como data limite 31 de março de 2011 para composição da comissão que deveria informar a respeito da mesma à Secretaria Municipal de Pinhais.

Consta ainda das páginas 252 a 289 do Procedimento Administrativo MP-PR n. 0108.15.000025-6, o registro de publicações, anúncio dos eventos já mencionados e registros fotográficos do processo de formação da comissão permanente de diversidade em uma unidade de ensino municipal, de eventos culturais, como feiras e exposição de arte e cópia do plano de ação para ano de 2015 da comissão permanente de diversidade da Secretaria Municipal de Educação.

O que se observou durante a análise das atividades desenvolvidas pela SEMED e pelo Conselho Municipal de Educação é que há um acompanhamento constante da temática sobre

diversidade, com formulação de normas, determinação de prazos a serem cumpridos, capacitações e valorização de entidades parceiras, como o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial. O relato elaborado pelas duas instituições informa que cumprem sua destinação ao dar encaminhamento para as ações sobre educação para diversidade e o acompanhamento da efetividade das mesmas.

Após a verificação das ações da SEMED e do Conselho Municipal de Educação mediante intervenção do MP-PR, passamos a observar a atuação das escolas municipais de Pinhais.

3.7 FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES PERMANENTES DE DIVERSIDADE E OS PLANOS DE AÇÃO DA DIVERSIDADE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Até o momento verificamos a organização funcional e administrativa do MP-PR, como este interpelou a Secretaria Estadual de Educação (SEED), o Conselho Estadual de Educação, acionando a promotora de Justiça responsável por Pinhais para que esta promovesse intervenção na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Pinhais e no Conselho Municipal de Educação. Por fim, as escolas municipais de Pinhais receberam o processo interventivo. O instrumento utilizado para este fim foi um questionário com o título “Acompanhamento da Implementação da Lei Federal n. 10.639 – Escolas”, composto pelo conjunto de 22 questões formuladas. Os temas desenvolvidos pelo referido conjunto de questões foram; a) identificação (1 a 5), b) equipes multidisciplinares ou comissão de diversidade (6 a 8), c) inserção da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (9-14) e d) material didático pedagógico relativo à ERER e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (21-22).

Analisamos as questões de 1 a 8 do Anexo C. Ao realizarmos tal seleção, consideramos relevantes as questões de número 1 a 3, por permitirem identificarmos o nome da escola e o sistema de ensino, para que selecionássemos o sistema municipal e o município, qual seja, Pinhais. As duas outras questões, 4 e 5, indagam sobre quem preencheu o documento e quem é o responsável pela instituição. Tal análise nos permitiu inferir se a Direção da Unidade Escolar acompanhou a intervenção ou delegou a responsabilidade a outro representante dela. As questões 6, 7 e 8 são as mais relevantes no contexto da pesquisa, porque trataram sobre a formação da equipe da diversidade com ênfase no acompanhamento na implementação da lei: a questão 6 – A escola possui Equipe Multidisciplinar ou Comissão de Diversidade? (equipe ou

peçoal responsável por acompanhar a implementação da Lei Federal n. 10.639 na escola) – sendo as alternativas de resposta: sim, não e em processo de formação. A questão 7 indaga sobre número de pessoas que compõem a equipe e a questão 8 solicita caracterização funcional dos membros da equipe.

Com a finalidade de verificar as respostas elaboradas pelas escolas municipais, tabulamos os dados das 42 escolas municipais e centros de educação infantil de Pinhais (Apêndice B). A partir deste material, elaboramos o Quadro 3, que traz uma síntese com conclusões da análise.

QUADRO 4 – SÍNTESE DOS QUESTIONÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS DE PINHAIS

Responsável pela assinatura do questionário	Número de questionários preenchidos por responsáveis	Formação da equipe de diversidade	Representação da equipe de diversidade nas instituições educacionais	Plano de Ação da diversidade – 2015
39 assinados pela diretora	20 questionários preenchidos por funcionários da escola.	41 possuem equipe de diversidade.	21 possuem representantes da comunidade interna e externa.	41 apresentaram o plano.
2 sem identificação da função ocupada pelo responsável pela assinatura	13 questionários preenchidos pela diretora.	1 não preencheu, apresentou justificativa.	17 não possuem representantes da comunidade externa.	1 não preencheu o questionário e não apresentou o plano, justificou.
1 não preencheu o questionário, apresentou justificativa.	9 questionários preenchidos pela pedagoga.	-	2 não informaram quem são seus representantes.	-
-	1 não preencheu, apresentou justificativa.	-	1 CMEI informou que a equipe de diversidade é composta por uma pessoa.	-
-		-	1 não preencheu o questionário, justificou.	-
Total – 42 instituições				

FONTE: A autora (2016)²⁸

Das 42 unidades de ensino, apenas o Centro Municipal de Atendimento Especializado Helen Keller não preencheu o questionário sob a justificativa de prestar atendimento educacional especializado com atividades diversificadas e extracurriculares a alunos com necessidades especiais sensoriais. Assim, os conteúdos desenvolvidos são Braille, Soroban, Libras, Orientação e Mobilidade e atividades da vida diária (fls. 371 e 372 do Procedimento Administrativo MP-PR n. 0108.15.000025-6, volume II). Da referida justificativa, podemos inferir que há flagrante desconhecimento da instituição do trabalho com a diversidade racial, uma vez que, ao trabalhar atividades da vida diária, a temática em questão deveria ser parte desta. Por outro lado, também é necessário considerar que o questionário padrão certamente não contemplou a forma diferenciada de organização da instituição, impedindo-a de perceber que o trabalho com a diversidade poderá ser organizado e efetivado.

Os dados informam ainda que, das 42 unidades escolares do município, 39 deram ciência de que a direção teve conhecimento do conteúdo do questionário e que o preenchimento

²⁸ Ver anexo 7.

ocorreu em sua maioria por um funcionário da instituição, sem identificar ao certo sua função, o que os formuladores do questionário não trataram como informação necessária. Diante dos dados, observamos que houve envolvimento por parte da direção ao assumir a responsabilidade pelos dados fornecidos. Por outro lado, questões que deixam certa dubiedade quanto à forma de serem respondidas podem comprometer a análise dos dados. Assim, o MP-PR poderia ter assumido um papel mais didático ao se propor a levantar as informações, inclusive com acesso a assessoria especializada.

O segundo bloco de questões relaciona-se à formação da equipe de diversidade. Nele verificamos que a maioria contou com a representação de pessoas da comunidade interna e externa, conforme orientação da SEMED. No entanto, um número significativo de 18 escolas públicas de Pinhais não possui representante da comunidade externa, sendo este um aspecto de vulnerabilidade da rede municipal, dado que a existência desse representante, via de regra, revela democratização dos fazeres da instituição, com envolvimento dos familiares ou representantes dos alunos, e a importância que a escola atribui a este fato.

A caracterização funcional dos participantes da equipe multidisciplinar ou comissão da diversidade relativa à comunidade interna evidencia a participação da direção em duas escolas, dos professores ou educadores em 33 destas, dos pedagogos em 25 e dos funcionários em 12. Dois questionários não identificaram os membros, uma escola informa que a equipe é composta por apenas uma pessoa e há ainda uma escola com uma estagiária (função temporária e sem vínculo institucional) na equipe.

Diante dos dados levantados, podemos inferir que algumas unidades escolares precisam seguir as orientações da SEMED para organizar as equipes já formadas, promovendo maior participação da comunidade externa e garantindo a participação de educadores em todas as comissões. Podemos afirmar que, mesmo em secretarias nas quais institucionalmente há uma preocupação com a EREER, a política tem dificuldade para chegar às escolas, seja por conta das adversidades do dia-a-dia da escola, seja porque existe o racismo institucional. Desta forma, incluir o conceito de uma política para a igualdade racial que de fato não se supera apenas com o compromisso formal da Secretaria para trabalhar o tema, impõe-nos pensar sobre quais seriam os outros mecanismos a acionar para que o direito à educação antirracista seja de fato efetivado. Por certo, ao lado da fiscalização dos entes que devem fazê-lo, do estímulo da SEMED, do fornecimento de materiais didáticos e da formação de professores, é necessário empreender outras lógicas de trabalho, tais como campanhas permanentes de combate ao racismo e de estímulo e valorização de trabalho com a diversidade étnico-racial, espaço periódico de debate sobre a temática e divulgação dos trabalhos produzidos que reconheçam e valorizem a

identidade histórica e cultural dos afro-brasileiros.

Quanto ao Plano da Diversidade, todas as unidades, com exceção do Centro Municipal de Atendimento Especializado Helen Keller, cuja justificativa foi trazida aos autos, apresentaram o referido Plano da Diversidade, que em sua maioria é composto pelos seguintes itens: Diagnóstico, Meta, Objetivos, Estratégias de Ação e Cronograma.

Em relação ao Plano de Diversidade, em entrevista com a Coordenadora de Educação de Jovens e Adultos e Diversidade da SEMED, professora Solange Rocio Penna, esta informou que o a elaboração do Plano de Ação é anual e que as unidades, no mês de fevereiro de cada ano, devem participar à SEMED a formação da equipe de diversidade, que será composta por um pedagogo, um professor e um responsável por aluno. Tal equipe participa de uma atividade de formação (incluindo o representante da comunidade externa), retorna para a instituição e formula o Plano de Ação, que deve ser enviado à SEMED, a qual deve avaliá-lo e acompanhá-lo por meio da comissão de diversidade da Secretaria.

Após o preenchimento dos formulários pelas unidades escolares e o retorno dos mesmos à Promotoria de Justiça de Pinhais, observamos que a atuação desta foi de notável agilidade ao reenviar os ofícios às instituições que não responderam os questionários, fato que ocorreu em junho de 2015. Os questionários retornaram para o MP-PR acompanhados de um ofício com a data em que as instituições encaminharam os questionários. Estes foram ordenados por sistema de ensino. Apenas um questionário de escola particular estava na relação de escolas municipais, o qual desconsideramos no decorrer da análise.

Por fim, em março de 2017, o Centro de Apoio Operacional de Promoção aos Direitos Humanos (CAOP/MP-PR) fez uma nova intervenção nas escolas. O município de Pinhais recebeu o ofício expedido pela promotoria de justiça da região para que esta encaminhasse orientações elaboradas a partir da verificação do questionário: “Acompanhamento da Implementação da Lei Federal n. 10.639 – Escolas”. As orientações dirigidas de forma específica e nominal às escolas em síntese requisitaram: a) registro das atividades referentes ao dia 20 de novembro de todos os anos letivos²⁹, b) abordagem da temática da questão racial no Projeto Político-Pedagógico, c) atuação da equipe multidisciplinar por meio da elaboração de diagnóstico discente e d) planejamento de ações relativas à temática.

Da mesma forma, foram feitas as seguintes recomendações às escolas de forma geral:

Recomenda-se que todas as escolas Particulares, Municipais e Estaduais do Município

²⁹ Embora compreensível a preocupação com a valorização simbólica do dia 20 de novembro sendo, ainda, uma previsão legal encartada no art.79-B da LDB é oportuno refletir e debater a melhor forma de alcançar objetivos positivos.

de Pinhais apresentem Atas da formação das Equipes Multidisciplinares e Atas dos encontros regulares dos integrantes periodicamente;
 Que somente a apresentação da lista de materiais didáticos-pedagógicos relacionados à Lei 10.639/2003, não garante, necessariamente, a aplicação da Lei;
 Que todas as escolas Particulares, Municipais e Estaduais do Município de Pinhais, contemplem em seus Projetos Políticos Pedagógicos, Planos de Ensino e Planos de Aula, a inserção da temática Afro e Indígena, conforme Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008;
 Que todas as escolas Particulares, Municipais e Estaduais do Município de Pinhais, através de suas equipes Multidisciplinares, tenham acesso à Orientação n. 001/2016 – DEDI/CERDE/CEIC. (CAOP/MP-PR, 2017, s/p).

A referida orientação destaca os marcos legais que devem ser observados pelas unidades escolares: Lei Federal n. 10.639/2003, Lei n. 11.645/2008, Deliberação n. 4/2006 do Conselho Estadual de Ensino do Paraná, Instrução n. 17/2006 do Conselho Estadual de Ensino do Paraná, Resolução n. 5/2012 do Conselho Nacional de Ensino, Resolução n. 3.399/2010 e Instrução n. 10/2010 da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, as quais tratam da questão da diversidade racial.

Por fim, merece destaque a previsão de sanção caso não sejam seguidas tais orientações, “[...] sendo caracterizado racismo institucional” (CAOP/MP-PR, 2017 s/p), cabendo punição administrativa e judicial.

Seguindo as orientações, a promotora de justiça Fábiana Teixeira Fritegotto Gimenez elaborou ofício em 2017 (Anexo D), encaminhado às escolas do Foro Regional ao qual Pinhais encontra-se adstrito.

No mesmo sentido, a SEMED de Pinhais tomou a iniciativa de encaminhar uma pesquisa em 2017 aos responsáveis dos alunos da rede municipal com o objetivo de formar um banco de dados para subsidiar os trabalhos relativos à questão da diversidade. Tal instrumento é formado de 10 itens e pergunta: a idade e o sexo, quantas pessoas moram na casa, a nacionalidade, a religião, como se classifica quanto a cor ou raça, o que levou a pessoa a definir sua cor ou raça, como se identifica (devendo indicar uma dentre as seguintes alternativas: afrodescendente, indígena, oriental, germânica, outra), orientação sexual, que aspectos produzem mais preconceito ou discriminação (raça ou cor da pele, opção religiosa, condição financeira, orientação sexual, deficiência, outra). Todas as questões apresentam alternativas com opções para assinalar (Anexo G).

O trabalho desencadeado pelo MP-PR nessa segunda intervenção, bem como essa iniciativa de Pinhais, são ações ainda em andamento no momento de encerramento desta pesquisa.

Por fim, como verificado, o MP-PR retornou com orientações específicas, replicando as questões elaboradas no questionário “Acompanhamento da Implementação da Lei Federal

n. 10.639/2003 – Escolas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento dos dados mediante análise dos procedimentos administrativos autuados pelo Centro de Apoio Operacional de Promoção aos Direitos Humanos (CAOP/hhMP-PR) e das entrevistas realizadas possibilitaram verificar a atuação do MP-PR em razão da intervenção ocorrida em 2014 até as ações desenvolvidas no primeiro semestre de 2017. Conforme exposição realizada no decorrer desta pesquisa, o processo de intervenção teve por objetivo verificar o cumprimento da Lei Federal n. 10.639/2003 pelo sistema de ensino do Estado e, de modo detalhado, no município de Pinhais.

O fator motivador que levou MP-PR a agir nesse sentido foi a iniciativa do MPF que solicitou a atuação do MP dos estados. Verificamos então a atuação de uma instituição pública motivada pela sua função constitucional e, principalmente, pela mobilização da sociedade por meio da atuação do Movimento Negro, educadores, pesquisadores e intelectuais brasileiros que pautam incessantemente denúncias sobre a existência de uma hierarquia racial com hegemonia branca no país e os prejuízos sociais advindos dela.

Tratamos das várias formas de racismo na sociedade, em específico o racismo institucional que se manifesta no espaço escolar. Essa manifestação é perversa porque atinge desde crianças da educação infantil até os jovens e adultos das universidades. A iniciativa de intervenção curricular trazida pela Lei Federal n. 10.639/2003 é uma possibilidade de combate a esse tipo de manifestação e garantia do Direito Fundamental à não discriminação racial.

As produções normativas que tratam da temática pautadas nesta pesquisa, importantes referências para construção de uma educação para as relações étnico-raciais, subsidiaram também todo o processo interventivo promovido pelo MP-PR e a atuação do sistema de ensino do Paraná. No entanto, embora o MP-PR tenha atendido às produções normativas sobre a temática, alguns aspectos podem ser considerados vulneráveis.

Nesse sentido, verificamos que o MP-PR desencadeou o processo interventivo sem uma organização prévia das atividades. Como observado, ocorreu previsão inicial dos atos e desenvolvimento destes à medida que a demanda produzida foi exigindo. Prova disso foi a parceria estabelecida com a UFPR para tratamento dos dados obtidos com o retorno dos questionários, um para a Secretaria de Estado da Educação e para as Secretarias dos Municípios, e outro para cada unidade escolar das Redes Estadual, Municipal e Particular. Tal fator gerou dificuldade para atuação da UFPR, que considerou pouco adequada a metodologia para formulação do questionário, invalidando a análise de questões abertas, dificuldade que poderia ter sido evitada com um planejamento prévio por parte do MP-PR.

Por outro lado, a UFPR, instituição que tem como mote o conhecimento e a pesquisa, ao ser convidada a colaborar de modo intempestivo, apresentou dificuldade em cumprir as estimativas de tempo para fornecer os resultados dos trabalhos. No entanto, mesmo atuando em tempo e modo distinto, cada uma das instituições manteve seus trabalhos, dando continuidade ao processo de implementação da lei. A UFPR mantém a organização dos dados e ainda em processo de produção duas dissertações sobre a temática, sendo esta uma delas, com o objetivo de colaborar com o processo desencadeado pelo MP. Este, por sua vez, mantém o diálogo com as Secretarias de Educação, o Fórum e as equipes de diversidade, dirimindo dúvidas e encaminhando orientações.

Outro fator que asseverou a necessidade de melhor desempenho por parte do MP-PR foi a ausência de diálogo no início do processo. Entidades da sociedade civil, representantes de sistemas de ensino e das universidades possuem preparo para tratar a temática e conhecimento didático e metodológico, fatores que, aliados à capacidade de atuação extrajudicial que o MP possui, poderiam ter pautado um desempenho com resultados ainda mais ágeis e relevantes.

A ausência da previsão de recursos financeiros para realização de uma intervenção de tamanha relevância como esta nos permite ainda inferir que a educação e a educação para diversidade continuam a ser tratadas com certo improviso e, de certa forma, a esperar que os profissionais da educação sejam criativos o suficiente para atuarem sem investimento financeiro, realidade há muito presente na sociedade brasileira. A ausência de estrutura material para atuar em demandas ligadas à educação já foi denunciada por Silveira (2016).

No que diz respeito aos resultados dessa intervenção, os dados obtidos são importantes instrumentos, que dão condições ao MP-PR, ao sistema de ensino, ao Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Paraná, ao Movimento Negro e aos pesquisadores da temática atuantes nas universidades para construírem uma pauta de atuação com a finalidade de fortalecer o trabalho das Equipes Multidisciplinares ou Comissões de Diversidade.

Esta organização é certamente a mais adequada para garantir a implementação curricular encartada no Art.26-A (Leis Federais n. 10.639/2003 e n. 11.645/2011), especialmente das normativas decorrentes dele, como apontou o trabalho desenvolvido pelo MP-PR. No entanto, embora estratégica, essa organização é precária em termos percentuais de formação na Rede Municipal de Ensino (19% das escolas possuem) e Particular (29% das escolas possuem).

Cabe ainda observar que a formação nesta área para as escolas particulares precisa ser vista com muita cautela: “a realidade vivida por essas escolas, que atendem as classes de maior poder aquisitivo, estabelece outras prioridades, sendo que a diversidade étnico-racial pouco é

tratada nesses espaços” (GONÇALVES, 2015). Uma possibilidade é a formação ser construída em conjunto com os Sistemas Públicos de Ensino, Fórum de Educação e Diversidade, Movimento Negro e Universidades pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs).

Outro desafio é o fortalecimento das comissões depois de formadas. Na Rede Estadual, 93% das escolas as possuem. Essa perspectiva poderá ser construída com a organização de uma estrutura adequada para o funcionamento das mesmas, o que certamente demanda capacitações continuadas e organização de fórum para troca de experiências e formulações para atuação estratégica. O MP também poderia avançar para exigir do estado e dos municípios que explicitem nos seus documentos orçamentários a instituição de programas que visem dar cumprimento ao que está posto na legislação: Plano Plurianual (PPA): estabelece metas e prioridades para 4 anos (desde o início do 2.º ano do mandato do prefeito, até o fim do 1.º ano do mandato de seu sucessor), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): estabelece metas e prioridades para o ano seguinte (deve ser enviada para a Câmara até 15 de abril), Lei Orçamentária Anual (LOA): estabelece os custos das ações para o ano seguinte (deve ser enviada para a Câmara até 30 de setembro); os municípios tendem a respeitar melhor o que está constituído nestes documentos.

Sobre a organização funcional e administrativa do MP, esta pesquisa procurou trazer a forma de atuação da instituição e sua capacidade de agir para garantir a defesa do direito à não discriminação. Por tratar-se de uma demanda de caráter coletivo e que atinge toda a sociedade, a atuação do MP denunciando situações de preconceito e racismo é necessária para construção de uma pauta que assuma a defesa da temática.

Detalhar os acontecimentos após a intervenção do MP-PR foi uma estratégia necessária para verificação da sequência dos atos da instituição. A Rede Municipal de Ensino de Pinhais foi selecionada para exemplificar esta intervenção pois atende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, primeiros anos de formação dos educandos, portanto estratégicos para garantir a implementação curricular no sentido de contemplar a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

A Prefeitura Municipal de Pinhais, por meio do representante do poder executivo, teve atuação decisiva para que este município pudesse vir a ser referência na eficácia da abordagem da temática sobre diversidade. A SEMED, com uma equipe que atende à Educação de Jovens e Adultos e à Diversidade, é notadamente eficiente e mantém a organização e o funcionamento do Fórum Municipal Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial. Essas duas organizações – a primeira institucional e a segunda da sociedade civil – pautam suas ações pela organização de capacitações, instruções e acompanhamento cotidiano da temática.

Esse modo de organização do poder público de Pinhais merece ser considerado pelos demais municípios do estado, pois há efetivamente um compromisso sistematizado e duradouro da SEMED e também a organização do Fórum Permanente, para responder à demanda da diversidade e à organização do Movimento Negro que, no contexto de intervenção do MP-PR, não estava formalizado, o que ocorreu em 2017.

Essas instâncias de atuação tornaram-se reconhecidas com a intervenção do MP-PR e certamente poderão atuar com respaldo no ordenamento jurídico relativo à temática e com o apoio do MP-PR e do sistema de ensino.

O fato de o Município de Pinhais ter atuação reconhecida expõe a importância na escolha de nossos representantes para assumir funções eletivas, procurar tomar conhecimento e fazer análise cuidadosa sobre a proposta de trabalho em relação à educação e educação para diversidade, dentre outras pautas sociais. Além disso, o acompanhamento das ações desses representantes são fatores que incidem diretamente na possibilidade de avanço ou retrocesso do exercício dos Direitos Fundamentais encartados na Constituição Federal. Percebe-se que a atuação política neste município possibilitou sua organização sobre a temática desde 2011 e que a intervenção do MP-PR foi fator importante para respaldar o trabalho iniciado.

As ações do MP-PR constituem, nesse sentido, um importante momento para essa instituição que se aproxima da sociedade atuando na garantia do Direito Fundamental à não discriminação. Em razão de não haver um projeto com previsão das próximas ações da instituição, encerramos esta pesquisa sem previsão dos atos a serem promovidos. No entanto, de fato, com todos os pontos de vulnerabilidade apontados, a atuação do MP-PR é uma iniciativa sem precedentes e que certamente marca uma nova perspectiva para a instituição atuar em demandas coletivas, aproximando-se da sociedade. Outrossim, a abordagem da temática sobre discriminação racial no âmbito institucional tem colaborado para que o Estado, responsável pela geração de políticas públicas, esteja atento à sua função.

REFERÊNCIAS

ATTÍLIO, Monasta. **Antonio Gramsci**. Coleção Educadores. Recife: Massangana, 2010.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Para uma releitura do PNE a partir da Diversidade** – questões pendentes. CONAE Paraná. Curitiba: Appris, 2015.

BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. **Práxis e educação em Gramsci**. Filosofia e Educação (*on line*). Revista Digital do Paideia. Volume 2, n. 1, abr.-set. 2010, p.181-203.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad.: Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2004.

BRASIL/CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1824.

_____. Constituição (1937). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1937.

_____. Constituição (1946). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1946.

_____. Constituição (1967). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1967.

_____. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei n. 9.394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. **Lei Federal n. 10.639**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

_____. **Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**: Lei Federal n. 10.639/2003. Grupo de trabalho interministerial MEC/MJ/SEPPIR. Brasília, 2008.

_____. **Lei n. 11.645**. Altera a Lei Federal n. 10.639 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, 2008.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

_____. Conselho Nacional de Educação. Relatora, GOMES, Nilma Lino. **Parecer CNE/CEB n. 15/2010, com orientações para que material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista.** Parecer homologado. Despacho do Ministro, publicado no DOU de 29/8/2011, Seção 1, p. 28.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004.

_____. **Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008.** Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei Federal n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréia de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Karina Melissa. **O MP Estadual e a justiciabilidade do direito à qualidade do Ensino Fundamental público no Brasil:** funções e interpretações. 2014.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Prefácio. In: VACCA, Giuseppe. **Vida e Pensamento de Antonio Gramsci: 1926–1937.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, 508p.

CARVALHO, José Murilo de. **Brasileiro:** Cidadão? Revista do Legislativo, jul.-set./1998, p. 32-39.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. **Crítica Marxista.** Roma, Editori Riuniti, n. 5, ano 23, 1985, pp.35- 55.

_____. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Gramsci e a América Latina.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. **Gramsci, estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação:** direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 245-262, julho, 2002.

DAMASCO, Denise Gisele de Britto. **O Direito à Educação:** a atuação das promotorias de justiça e de defesa da educação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, entre 2001 e 2007. 2008.

DIAS, Luciana de Oliveira. **Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania,** Ciclos de Webconferências. Marisa Damas Vieira (Org.). Goiânia: UFG, 2015.

DIAS, Lucimar Rosa. **No fio do horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo.** 321 p. Tese (Doutorado em Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. **Diversidade Étnico-Racial e educação infantil: três escolas, uma questão, muitas respostas.** Dissertação (Mestrado em Educação). Nato Grosso do Sul. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1998.

FLICK, Uwe. **Métodos de pesquisa, Introdução à pesquisa qualitativa.** Trad. Joice Elias Costa. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GRAMSCI, Antonio. La lingua unica e l'esperanto. **Il Grido del Popolo.** Settimanale Socialista, n. 708, 16 fev. 1918.

_____. **Quaderni del carcere.** Edizione critica Dell'Istituto Gramsci di Roma (a cura de V. Gerratana. Einaudi, Torino, 1977.

_____. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 5.

_____. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Groce. 3. ed. v.1.

_____. **O leitor de Gramsci:** escritos escolhidos 1916-1935. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Leitores). 375p.

GONÇALVES, Carmen Regina Teixeira, SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. **A diversidade étnico-racial em escolas privadas confessionais:** a propósito da Lei Federal n. 10.639/03. 2015. UFOP.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

LYRA FILHO, Roberto. **Desordem e processo:** um prefácio explicativo. In: Doreodó Araújo Lyra (Org.). Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. Ministério Público Brasileiro: um novo ator político. In: VIGLIAR, José Marcelo Menezes; MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. (Coord.). **Ministério Público II:** democracia. São Paulo: Atlas, 1999.

MARÇAL, José Antônio. **Política de ação afirmativa na Universidade Federal do Paraná e a formação de intelectuais negros(as).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011. 195 f.

MAY, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processo. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARISA, Damas Vieira (Org.). **Especialização interdisciplinar em patrimônio, direitos culturais e cidadania.** Ciclo de webconferências. Goiânia: UFG, 2015.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania e Classe Social. In: **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PAULA, Benjamim Xavier de. **A educação para as relações étnico-raciais e o estudo de história e cultura da África e afro-brasileira**: formação, saberes e práticas educativas, 2013. 346 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

PAIXÃO, Marcelo. **500 Anos de solidão**: estudos sobre desigualdades raciais no Brasil. Curitiba: Appris, 2013.

RIBEIRO, Marlene. **Universidade brasileira “pós-moderna”**: democratização X competência. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. **Políticas afirmativas e educação**: a Lei Federal n. 10.639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Educação e Trabalho) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

SANTOS, Isabel Passos de Oliveira. **A Lei Federal n. 10.639/03 e sua implementação nas escolas municipais de Campinas**, 2014. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

SANTOS, Sales Augusto dos. (Org.) **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. – Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2005. 394 p. (Coleção Educação para Todos, vol. 5).

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei Federal n. 10.639/2003 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro. In: **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005. 236 p. (Coleção Educação para Todos).

SILVA, Hédio Silva Júnior. **Discriminação racial nas escolas**: entre a lei e as práticas sociais. Brasília: Unesco, 2002. 96 p.

SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone. **Direito à Educação e o Ministério Público**: uma análise da atuação de duas promotorias de justiça da infância e juventude do interior paulista. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. 263 f.

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. **Multiculturalismo**: tolerância ou respeito pelo outro? **Jornal A razão**. 26 jun. 2003.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Relações raciais em livros didáticos de Língua Portuguesa**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2005.

_____. **Racismo em livros didáticos**: estudos sobre negros e brancos em livros didáticos de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **O silêncio como estratégia ideológica no discurso racista brasileiro**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 110-129, jan./abr. 2012.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; TRIGO, Rosa Amália Espejo; DIAS, Lucimar Rosa. **Diversidade, educação e relações étnico-raciais na CONAE-PR**. Curitiba-PR: Appris, 2015.

SOARES, Claudete Gomes. **Raça, classe e cidadania**: a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores. Curitiba-PR: CRV, 2015.

SOUZA, Jessé de. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

_____. A cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais. **Interesse Nacional**. Ano 7, n. 27, outubro-dezembro 2014: p. 35-57.

_____. **A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015.

_____. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. São Paulo: Leya, 2016.

TARTUCE, T. J. A. **Métodos de pesquisa**. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006.

TEODORO, Maria de Lourdes. Elementos básicos das políticas de combate ao racismo brasileiro. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) **Estratégias e Políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciências, 1996.

SITES CONSULTADOS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”: uma conversa com historiadores. **Estud. hist.** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, junho de 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862008000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 8 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862008000100001>.

AMADO, Aécio. **Lei que define crimes de racismo completa 25 anos no Brasil**. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2014-01-05/lei-que-define-crimes-de-racismo-completa-25-anos>>. Acesso em: 20 maio 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 4 maio de 2015.

_____. **Lei n. 12.288 – Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/porta-antigo/lei%2012.288%20-%20estatuto%20da%20igualdade%20racial.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2016.

_____. **Saiba mais sobre o Ministério Público do Brasil.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/01/ministerio-publico>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. **Ministério Público Federal.** Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 2016 e 2017.

_____. **Relatório do comitê nacional para a preparação da participação brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.** Durban, 31 de agosto a 7 de setembro de 2001. Brasília, agosto de 2001. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/discrim/relatorio.htm>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CARVALHO, Ernani; LEITÃO, Natália. **O novo desenho institucional do Ministério Público e o processo de judicialização da política.** Rev. Direito GV [online]. 2010, vol. 6, n. 2, pp. 399-422. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322010000200003>>. Acesso em: 22 out. 2015.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro:** alguns apontamentos históricos. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

MASCARENHAS, Rose Xavier da Costa. **Os planos de ações das equipes multidisciplinares para a implementação da Lei Federal n. 10.639 em escolas estaduais do Paraná:** alguns resultados. Disponível em: <https://dspace.c3sl.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42690/R%20-%20E%20-%20ROSE%20XAVIER%20DA%20COSTA%20MASCARENHAS.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

PARANÁ. Processo n. 880/2006, Deliberação n. 4/2006, aprovada em 02/08/2006 comissão temporária – Portaria n. 08/2006. Interessado: Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Estado do Paraná. Assunto: normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Relatores: Romeu Gomes de Miranda, Marília Pinheiro Machado de Souza, Lygia Lumina Pupatto, Domenico Costella e Maria Tarcisa Silva Bega. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/deliberacoes/deliberacao042006.PDF>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

PINHAIS. **Decreto n. 3.065/2012.** Institui Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Município de Pinhais. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pinhais/decreto/2012/307/3065/decreto-n-3065-2012-institui-forum-permanente-de-educacao-e-diversidade-etnico-racial-do-municipio-de-pinhais>>. Acesso em: 30 jun. 2017

PINHAIS. **Aspectos da história do Município.** Disponível em: <http://www.pinhais.pr.gov.br/historia/FreeComponent830content11743.shtml>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

PNUD. **Sobre o Brasil:** população, pobreza, renda per capita, IDH. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=1990>>. Acesso em: 2 jun. 2016

POLI, Mariana dos Reis André Cruz. **A evolução histórica do Ministério Público e as constituições brasileiras**: aspectos relevantes. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7977>. Acesso em: 2 abr. 2017.

PORTELLA, Tania. **Combate a desigualdades**. Sem data. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/taniaportellla_combate_desigualdades.pdf>. Acesso em: 23 maio 2016.

UOL. **Negros representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos**. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional, uma abordagem conceitual**. Sem data. Disponível em: <<http://www.onumulheres.l'org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2016.

APÊNDICE A – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) REGIÃO BRASIL

Raça/Cor	Renda <i>per capita</i> (em R\$, agosto de 2000)	Indicador de rendimento	Esperança de vida ao nascer (ver nota 2)	Indicador de longevidade	Taxa de alfabetização.	Indicador de Alfabetização	Taxa de escolaridade	Indicador de escolaridade	Indicador de educação	Valor do IDH	IDH	Ranking mundial (200)	País de referência
Branca	460,38	0,779	73,99	0,817	91,70%	0,917	98,30%	0,983	0,939	0,845	Alto	33-34	República Tcheca/ Argentina
Preta	215,13	0,654	67,64	0,711	78,50%	0,785	79,20%	0,792	0,787	0,717	Médio	99	Jordânia
Parda	190,51	0,635	68,03	0,717	81,80%	0,818	83,60%	0,839	0,824	0,725	Médio	96-97	China/Tunísia
Preta e Parda	193,93	0,637	67,87	0,715	81,30%	0,813	83,00%	0,83	0,819	0,724	Médio	96-97	China/Tunísia
Amarela	1052,46	0,913	75,75	0,846	95,10%	0,951	125,70%	1,257	1,053	0,937	Alto	06/jul	Estados Unidos Islândia
Indígenas	187,46	0,632	66,57	0,693	73,90%	0,739	69,20%	0,692	0,724	0,683	Médio baixo	110-111	Indonésia/ Guiné Equatorial
Total	341,11	0,73	70,4	0,757	87,10%	0,871	90,70%	0,907	0,883	0,79	Quase alto	55-56	Cuba/ Bielorrússia

FONTE: IBGE censo demográfico 2000 (microdados da amostra).

- Dados relativos ao Brasil
- Nota 1 Para metodologia de cálculo do IDH desagregado pelos grupos de raça/cor ver Paixão 2003.
- Nota 2 Metodologia de cálculo de esperança de vida ao nascer pelos grupos de raça/cor por Juarez C. Oliveira e Leila Ervatti, in: Paixão (2004).
- Nota 3 Assumimos que a esperança de vida ao nascer da população amarela nas regiões Norte e Nordeste foi equivalente ao observado para o mesmo indicador dos amarelos residentes na região Centro-Oeste.
- Nota 4 Assumimos que a esperança de vida ao nascer da população indígena residente nas regiões Sudeste e Sul foi equivalente ao observado para o mesmo indicador dos indígenas de todo o Brasil.
- Nota 5 A posição do Brasil no *ranking* PNUD-IDH em 2000 foi a 73ª posição; IDH=0,757. (PAIXÃO, 2013, p.66).

APÊNDICE B – QUADRO SÍNTESE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PINHAIS

Instituição educacional	Responsáveis pelo preenchimento do relatório	Composição da Equipe Permanente de Diversidade	Outros documentos
1.Escola Municipal 31 de março	Uma pedagoga, com a assinatura da diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 5 membros, 02 pedagogos, 02 representantes da comunidade e a 01 diretora da instituição.	Plano de Ação – diversidade
2.Escola Municipal Antonio Alceu Zielonka.	Uma pedagoga, com a assinatura da diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 3 membros, 01 pedagoga, 01 professora e uma estagiária que representa a comunidade.	Projeto Diversidade – Diferenças e Igualdades – 2015
3. Escola Municipal Antônio Andrade	Informações prestadas por uma funcionária sem identificação da função e com assinatura da diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 02 pessoas, um funcionário(a) da escola e uma professora de ensino religioso e desenvolvimento cultural, embora conste que são duas pessoas na equipe aparece a informação de mais que seria uma pedagoga.	Plano de ação da diversidade.
4.CMEI – Aprendendo e Crescendo	Uma pedagoga, com a assinatura da diretora.	O relatório afirma que há comissão de diversidade, no entanto informa que é composta por uma única pessoa.	Plano de ação –Valorização e Trabalho com a Diversidade 2015.
5.Escola Municipal Aroldo de Freitas	Uma funcionária sem identificação da função foi responsável pelas informações e não há assinatura da diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 pessoas, 01 funcionários(a), professor(a) e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015.
6.Escola Municipal Candido Portinari	Uma funcionária sem identificação da função foi responsável pelas informações, está assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 3 membros, 01 funcionário(a), 01 professora(o) da área de linguagem, 01 professora da área de ciências humanas, embora conste que são duas pessoas na equipe aparece a informação de mais que seria uma pedagoga.	Plano de ação diversidade – 2015
7.Centro Municipal de Atendimento Especializado Helen Keller	Há a identificação da instituição e a justificativa do não preenchimento do relatório sob o argumento de que o trabalho realizado é específico e não contempla o	Não há.	Não Há

	roteiro do relatório.		
8.Escola Municipal Chafic Smaka	Uma funcionária sem identificação da função foi responsável pelas informações, está assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 3 membros, 01 professora(o) da área de ciências da natureza e 01 pedagoga.	Plano de ação diversidade – 2015
9.Escola Municipal Clementina Cruz	Uma funcionária sem identificação da função foi responsável pelas informações, está assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 04 membros, 02 professores e 02 pedagogos.	Plano de ação da diversidade – 2015
10.Centro Municipal de Educação Infantil Cora Coralina.	Uma funcionária sem identificação da função foi responsável pelas informações, está assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 04 membros, 01 funcionário(a), 01 professora(o) da área de ciências da natureza, 01 representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015 Projeto Diversidade
11.CMEI Dedo Mágico	Uma funcionária sem identificação da função foi responsável pelas informações, está assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, 01 pedagoga, 01 educadora e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
12.Escola Municipal Frei Egidio Carloto.	Uma funcionária sem identificação da função foi responsável pelas informações, está assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, funcionário(a), professor(a) da área de ciências humanas e pedagoga.	
13.Escola Municipal Elis de Fátima Zem	O questionário foi preenchido e assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, não consta a identificação funcional dos membros.	Plano de ação da diversidade – 2015
14.Escola Municipal Felipe Zeni.	Três funcionárias sem identificação da função foram responsáveis pelas informações, está assinado, não está identificada a assinatura.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, funcionário(a) administrativo e professor(a) da área de linguagem.	Plano de ação da diversidade – 2015
15.Escola Municipal Guilherme Ceolin	Duas funcionárias sem identificação da função foram responsáveis pelas informações, está assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, funcionário(a), diretora e pedagoga e professor(a) da área de linguagem.	Plano de ação Afro-indígena – 2015
16.CMEI Helena Kolody	Duas funcionárias sem identificação da função foram responsáveis pelas informações, está assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, funcionário(a), educadora, professora e mãe de aluno.	
17.CMEI Jane Ana	Uma funcionária sem identificação da função foi responsável pelas informações, está assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, educador e pedagoga.	Plano de ação da diversidade – 2015
18.CEMEI Jaqueline Batista de Paula	Uma pedagoga foi responsável pelas	Possui equipe de diversidade e é composta	Plano de ação da diversidade –

	informações e a assinatura está assinado pela diretora.	por 03 membros, funcionário(a), pedagoga e educadora.	2015
19.CMEI João Batista Costa	O questionário foi preenchido e assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade – no entanto, nos autos processuais não constam as questões de nº 7 a 18, onde deveria estar a identificação da equipe.	Plano de ação da diversidade – 2015
20.Escola Municipal João Leal	O questionário foi preenchido e assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, funcionário(a), professor(a) e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
21.Escola Municipal João Leopoldo Jacomel.	O questionário foi preenchido e assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 04 membros, funcionário(a), professor(a) da área de ciências humanas, pedagoga e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
22. Municipal José Brunetti Gugelmim	O questionário foi preenchido e assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 04 membros, no entanto constam 05 membros: funcionário(a), professor(a) da área de ciências humanas, de linguagem e ciências da natureza, e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
23.Escola Municipal Lirio Jacomel.	O questionário foi preenchido e assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, funcionário(a), professor(a) e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
24.CMEI Marcelino Champagnat.	Uma pedagoga foi responsável pelas informações e a assinatura é da diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, educadores e pedagoga.	Plano de ação da diversidade – 2015
25.Escola Municipal Maria Cappellari	Um pedagogo foi responsável pelas informações e a assinatura é da diretora	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, pedagogo, professora de ciências humanas e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
26.Escola Municipal Dona Maria Chalcoski.	O questionário foi preenchido e assinado pela diretora	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, funcionário(a) e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
27.Escola Municipal Marins de Souza Santos.	Duas pedagogas foram responsáveis pelas informações e a assinatura é da diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 05 membros, 02 professores e 02 pedagogos e 01 representante da	Plano de ação da diversidade – 2015

		comunidade.	
28.CMEI Monteiro Lobato.	O questionário foi preenchido e assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 02 membros, professoras e pedagogas.	Plano de ação da diversidade – 2015
29.CMEI Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.	O questionário foi preenchido e assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, educadoras e pedagoga.	Plano de ação da diversidade – 2015
30.Escola Municipal Odile Charlotte Bruinjé.	O questionário foi preenchido pela diretora e por uma funcionária sem identificação da função e assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, professor(a) da área de ciências humanas, pedagoga e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
31.CMEI Pequeno Príncipe.	O questionário foi preenchido pela diretora e por uma funcionária sem identificação da função e assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, educadora, pedagoga e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
32.Escola Municipal Poty Lazzarotto.	Uma funcionária sem identificação da função foi responsável pelas informações, está assinado pela diretora da escola.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, professores(as) da área de Linguagem e Ciências Humanas e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
33.CMEI Preparando o Futuro.	O questionário foi preenchido e assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, educadora, pedagoga e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
34.CMEI Raimunda Boeng Gorges.	Uma funcionária sem identificação da função foi responsável pelas informações, está assinado pela diretora da escola.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, educadora, pedagoga e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
35.CMEI Rosi Galvão	O questionário foi preenchido e assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, educadora, pedagoga e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
36.Escola Municipal Severino Massignan.	Uma funcionária sem identificação da função foi responsável pelas informações, não está assinado pelo responsável pela instituição.	Possui equipe de diversidade e é composta por 02 membros, professor(a) da área de ciências humanas.	Plano de ação da diversidade – 2015
37.CMEI Tarsila do Amaral.	Uma pedagoga foi responsável pelas informações e a assinatura é da diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, educadora, pedagoga e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
38.CMEI Tia Marlene	Uma pedagoga foi responsável pelas informações e a assinatura é da diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 02 membros, educadora, pedagoga.	Plano de ação da diversidade – 2015
39.Escola Municipal Thereza Correia Machado.	O questionário foi preenchido e assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, 02 professoras e 01	Plano de ação da diversidade – 2015

		pedagoga.	
40.CMEI Vinicius de Moraes.	O questionário foi preenchido e assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, educadora, pedagoga e representante da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
41.CMEI Enedina Alves Marques.	Uma funcionária sem identificação da função foi responsável pelas informações, está assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, funcionário(a) e 02 representantes da comunidade.	Plano de ação da diversidade – 2015
42.CMEI Vó Margarida.	Uma funcionária sem identificação da função foi responsável pelas informações, está assinado pela diretora.	Possui equipe de diversidade e é composta por 03 membros, 02 educadoras e 01 pedagoga.	Plano de ação da diversidade – 2015

APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM REPRESENTANTE DA SEMED PINHAIS

A entrevista ocorreu no dia 11 de novembro de 2016. A dinâmica utilizada foi o agendamento prévio, via telefonema à Secretaria Municipal de Pinhais para uma visita, informei que faria uma entrevista semiestruturada sobre o trabalho da Equipe de Diversidade da SEMED. O Departamento de Ensino da SEMED indicou a professora Solange Rocio Penna para me atender. Entreguei um documento declarando ser aluna da Universidade Federal do Paraná e com minha identificação. Ao ser recebida pela professora Solange perguntei-lhe se gostaria de responder as perguntas ou se preferisse eu poderia ir respondendo à medida que conversávamos, a mesma preferiu que eu respondesse. Desta forma passamos um tempo considerável, cerca de 4 horas para perguntar, redigir e ver a concordância da entrevistada com a redação.

1 - Dados de Identificação da pessoa entrevistada

Professora Solange Rocio Penna, coordenadora da Educação de Jovens e Adultos- EJA e Diversidade da Secretaria Municipal de Educação de Pinhais, SEMED.

2 - Quantas pessoas trabalham com a questão da Diversidade na SED?

A equipe é composta por seis professoras, todas concursadas e graduadas em pedagogia, com pós-graduação em diversas áreas da educação. Não atuam especificamente com a diversidade, atendem as demandas de Jovens Adultos em relação a sua política. Ainda, atuam em diversas áreas além do trabalho com a diversidade, sendo, educação infantil, educação de jovens e adultos, ensino fundamental dentre outras atribuições administrativas.

3 – O Plano de Educação Municipal aborda o tema da Diversidade Étnico-racial?

Segundo a professora Solange, a reelaboração do Plano Municipal de Educação a luz do Plano Nacional da Educação ocorreu em 2015 através da organização conjunta do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Estadual de Educação. Na ocasião a entrevistada nos apresentou o documento relativo ao Plano Base, solicitamos uma cópia das partes indicadas pela entrevistada da qual selecionamos as seguintes informações:

Meta 50 Viabilizar a compreensão da diversidade como construção histórica, cultural, social e política das diferenças, instituídas no processo histórico-cultural, com vistas a promover a inclusão, a diversidade e a igualdade social.

Programa VI - Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação. P.

146

Diretriz: Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à

diversidade e à sustentabilidade socioambiental. **Problema** Despreparo dos profissionais com especificidades da educação inclusiva. **Objetivo** Assegurar que a concepção de educação inclusiva esteja sempre presente na formação continuada. 165 **Meta 61** Fortalecer e ampliar o programa de formação continuada com a temática de educação inclusiva. **Público-alvo** Profissionais da Educação Justificativa Necessidade de formação específica com a temática da educação inclusiva. Indicadores Nº de formações oferecidas. Percentual de participação de público-alvo. **Estratégias 61.1** Promover formações relacionadas às temáticas de: educação ambiental, estudo de Libras, direitos humanos e diversidades, enfrentamento aos diversos tipos de violência, discriminação sexual, relações étnico-raciais e ensino de história e cultura indígena, afro-brasileira e africana. **61.2** Manter programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas de literatura, de dicionários e programas específicos de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais em tecnologia, Libras e em Braille, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura. (Programa VII - Formação e Valorização dos Profissionais da Educação, p. 164 e 165).

4 - Ao receber a intervenção do MP-PR do Paraná, no sentido da verificação do cumprimento da Lei Federal n. 10.639/2003 quais foram as ações desenvolvidas pela SEMED?

A primeira observação foi quanto à vontade política dos gestores da política municipal para promover ações no sentido de favorecer o tema sobre diversidade, sendo alguns marcos definidores do trabalho com a diversidade étnico-racial:

Em 2010 através da iniciativa do Fórum Estadual da Diversidade que consultou o Município de Pinhais no sentido de sediar o Fórum, o desafio foi aceito pela então secretária de Educação Municipal Rosa Maria de Jesus Colombo. As mobilizações para o Fórum trouxe inúmeras contribuições para o tema no âmbito da educação municipal como: Ocorreu a instituição do Conselho Municipal de Ensino de Pinhais (2010), instituição do Fórum da Diversidade de Pinhais que atua junto as escolas particulares e públicas, com poder investigador no sentido de verificar o cumprimento das deliberações sobre a diversidade, não possui subordinação institucional (2011). O Plano Municipal de Educação que contempla a questão da diversidade (2015), por fim, a realização de seminários, em 2016 ocorreu o 5º Seminário anual sobre Diversidade no Município de Pinhais;

Quanto aos questionários enviados pelo MP-PR, os mesmos chegaram sem instrução prévia de como encaminhar a questão, a SEMED encaminhou para todas as escolas municipais e acompanhou o processo de retorno do instrumento enviado pela promotora de justiça.

5 - Qual a avaliação da SEMED sobre o questionário enviado pelo MP-PR?

Que a iniciativa foi muito importante havia dificuldade no cumprimento das deliberações sobre diversidade por parte da educação como um todo no município. A equipe avaliou que o bloco de questões por assunto proposto pelo MP foi bom para discutir o tema da Diversidade.

Quanto às dificuldades encontradas: a forma como chegou à intervenção e a solicitação de preenchimento do questionário não foi favorável, veio sem uma reunião ou explicação prévia, não havia clareza sobre os objetivos, os passos que o MP pretende desenvolver, qual a dinâmica do processo de intervenção, como será a conclusão, ou seja, onde se pretende chegar? Como os questionários serão avaliados, haverá uma avaliação pedagógica ou só sobre o encaminhamento técnico do questionário?

6 - Quantas Escolas e Centros de Educação Infantil possui a Rede Municipal de Ensino de Pinhais?

Na época da intervenção, em 2015, eram 42 unidades de educação municipal em Pinhais.

7 - Como a SEMED avalia a intervenção do MP-PR para verificar o cumprimento da Lei Federal n.10.639/2003?

Não fiz a pergunta, a questão cinco já contempla as informações pretendidas pela questão sete.

8 - A SEMED faria alguma sugestão ao MP-PR no sentido de favorecer a implementação da Lei Federal n.10. 639/2003?

Que o MP organize uma estrutura através de parcerias para fazer intervenções não apenas esporádica, mas ao longo do processo, capaz de acompanhar, cobrar, propor.

Agradecimentos

Agradeço a atenção e disponibilidade da professora Solange em me receber e contribuir com o a pesquisa, também ao Departamento de Ensino que gentilmente me encaminhou para tratar com a pessoa que responde pela diversidade.


AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE ENTREVISTA

Assunto: Autorização para divulgação de entrevista.

Solange Rocio Penna, Coordenadora da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Diversidade da Secretaria Municipal de Pinhais - SEMED, autoriza a divulgação de entrevista realizada pela mestrandia da Universidade Federal do Paraná, Elba Cristina Ferreira da Silva, sobre: O papel do Ministério Público na efetivação das políticas educacionais antirracistas no estado do Paraná. A entrevista foi realizada no dia 11 de novembro de 2016.

Curitiba, de maio de 2017.

Autorização:



APÊNDICE D – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM REPRESENTANTE DO FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE DE PINHAIS PARANÁ

Dinâmica da entrevista: O contato inicial foi feito por email dirigido ao referido Fórum, o retorno foi dado pelo coordenador que se dispôs a realizar a entrevista. As questões foram enviadas (com dois dias de antecedência). A entrevista ocorreu no dia 10 de maio na sede do Fórum da Diversidade, localizado em uma sala da Secretaria Municipal de Educação de Pinhais, localizada na Avenida Iraí, nº696, Weissópolis, Pinhais/PR. Na oportunidade estavam presentes o coordenador do Fórum da Diversidade, professor Valdo de Souza Melo (V), a mestrandia Elba Cristina Ferreira da Silva (E.C) e a colaboradora doutoranda Maysa Ferreira da Silva (M). A autorização para divulgação da entrevista está anexa.

- Para identificar os interlocutores foi utilizada a letra inicial dos nomes.

E.C. A pesquisa desenvolvida é sobre a atuação do Ministério Público do Paraná na efetivação das políticas educacionais antirracistas. O MP-PR fez intervenção no sistema de ensino estadual, municipal e particular, esta pesquisa abordou a intervenção ocorrida na Rede Municipal, tal recorte se justifica pelo fato da Rede Municipal atender a educação infantil e o ensino fundamental, crianças e adolescentes que estão no início de sua formação educacional. Foram verificados os questionários enviados para as escolas municipais de Pinhais, os questionários fazem parte dos processos administrativos da promotoria de Pinhais, sendo que Pinhais é município que merece destaque, 100% das escolas responderam ou deram retorno sobre o questionário, também apresentaram Plano de Ação em 2015. Outro aspecto é que Pinhais é apontado pela Universidade Federal do Paraná como referência em organização na participação da pesquisa. Por fim a pesquisa é encerrada com a apresentação de dados sobre a Rede Municipal de Educação de Pinhais, com um questionário respondido pela professora Solange Rocio representante da Equipe da Diversidade da SEMED e com essa entrevista.

E.C. Qual o seu nome, idade e formação?

V. Valdo de Souza Melo, tenho 49 anos, minha formação: a primeira graduação é em ciências biológicas. Trabalhei como professor CLT trabalhei também em escolas particulares, rodei o litoral bastante, trabalhei em Praia de Leste, ainda enquanto professor de ciências e biologia, trabalhei também em Paranaguá um tempo. Essa formação começou no Rio de Janeiro, eu tinha outra atividade, na verdade era bombeiro militar guarda-vidas, mas eu já fazia mergulho, era

instrutor de mergulho lá, aí comecei a me interessar pela biologia, pela preservação ambiental. Fiz parte de algumas ONGS e acabei vindo pra cá, pro Paraná, e aí chegando aqui eu como eu disse comecei a trabalhar na Secretaria Estadual de Educação como professor e fazer estágio na Secretaria do Meio Ambiente com educação ambiental.

Daí pra mudança, uma outra graduação, pedagogia, o que me impulsionou foi que passado um tempo as agendas dos colégios com um projeto que tinha na época, isso a 15 anos passados, era chamado de visitas orientadas, onde os colégios levavam as turmas, naquela época turmas de sétimo e oitavos anos, então já tem uma linguagem, entendem melhor, digamos assim, então até pelo conhecimento da disciplina tem um entendimento maior, mas com o passar do tempo essa idade e os convênios feitos com a prefeitura foram diminuindo a série... sexto ano, quarta série que é o quinto ano hoje e as vezes até o pré-escolar, então eu precisava de uma linguagem mais adequada, então veio a ideia de começar pedagogia pra ter um respaldo com relação a linguagem utilizada e a metodologia também, que muda bastante. Comecei a trabalhar com as crianças e na época fiz os estágios obrigatórios de pedagogia, comecei a trabalhar no município, passei no concurso, e desde então eu sempre gostei, trabalhei como professor regente gostava de trabalhar com educação pouco menos formal e daí “caiu no meu colo” um projeto de diversidade, na verdade não era diversidade... Era o ensino religioso, mais nos tratávamos, até hoje a prefeitura faz questão de não trabalhar religiões, mais trabalhar valores, valores esses que eu já estava envolvido desde a época do Rio de Janeiro, que eu já estava envolvido com alguns grupos que atuam com militância étnico-racial, e daí pra cá a coisa foi tomando corpo, as ideias, minhas capacitações também.

M. Então, no Rio estas ONGS que você participava tinha ligação com a questão racial?

V. Tinha, sempre tiveram, lá tem grupos GLDS, tem o Movimento Negro que no Rio é bem forte, tem integrantes da UERG, Universidade que na época fiz parte.

E.C. Seu vínculo com a Rede Municipal é de quantas horas?

V. Vinte horas com a Rede Municipal.

E.C. Você tem vínculo com a Rede Estadual?

V. Tenho vínculo de vinte horas aulas extraordinárias no noturno, ao todo sessenta horas.

V. Mas enfim, eu comecei a trabalhar com a diversidade propriamente dita, quando ofertaram cursos da Comissão da Diversidade, o município dá esse respaldo para os professores, pelo menos para aqueles que se interessam tá na grade, tá no Plano Pedagógico, no qual eu fiz parte também da comissão que trabalhou alguns temas transversais, comecei a trabalhar com diversidade daí por diante não parei mais como militante, a minha entrada no Fórum da Diversidade tem dois anos que eu faço parte e seis meses que estou na coordenação do Fórum

Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial e sempre atuando uma vez que eu fiz concurso e passei para o Estado nas Equipes Multidisciplinares que sempre diz questão de participar.

E.C. Como se identifica quanto a sua raça/cor? Preta, parda, branca, indígena, asiática ou outra:

V. Segundo o IBGE eu sou preto, negro e autodeclaro negro, afrodescendente e com relação ao perfil da equipe do Fórum temos uma equipe multicultural e multirracial temos pessoas que se autodeclararam negras.

E.C São quantas pessoas no total da equipe do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial?

V. São dezessete integrantes, nós nos revezamos mais nem sempre os 17 estão nas reuniões por estarem em suas atividades.

E.C. O número de dezessete inclui os suplentes?

V. Isso, exatamente.

E.C. Como vocês se organizam na divisão de funções?

V. Nos temos uma equipe diretiva com quatro pessoas, esta equipe delibera algumas ações, e como coordenador...

E.C. Não se usa presidente e sim coordenador?

V. Na verdade nos decidimos por coordenação.

V. Coordenador, vice coordenadora a professora Salete, diretora e dona da Universidade de Pinhais. Nós temos uma secretária que é a Ana Paula, ela trabalha na educação na área infantil, pré-escola. Nos temos como tesoureira a suplente da Ana Paula, diretora de uma colégio Estadual, professora Ana Olímpia que já é militante há bastante tempo, também faz parte do Fórum Permanente Estadual de Educação Étnico-Racial. Temos as comissões, temos três comissões: uma equipe de divulgação e eventos; temos a equipe de estudos que traz pra gente e participa de eventos, nos nós revessamos para fazer as participações, essa equipe traz assuntos e temas, digamos, que sejam coerentes, digamos ligados a etnia, não só a etnia negra, mas aos ciganos, indígenas, nos trabalhamos com eles; temos uma equipe pedagógica que faz a estruturação e trabalha também com as escolas. A gente atende todas as instituições de educação seja: estadual, municipal, privada. Essa equipe que nos orienta nos dá direcionamento e traz ansiedades principalmente das escolas que não estão ligadas a rede municipal e estadual, então, trabalhamos dessa forma sempre nos revessando. Os questionários do MP foram para todas as escolas municipais, estaduais e particulares, então, já houve algumas ligações pra tirar algumas dúvidas, outras, que nos marcamos que ainda não entraram em contato até porque temos professores que tem filhos nessas escolas, sempre estão comentando com a gente, porque

o que mais se destaca é a Prefeitura com a Equipe da Diversidade, realmente é uma equipe bem atuante. São oferecidas também nossas capacitações para um público externo, escolas estaduais, particulares e até de outros municípios, nossos seminários...Vai acontecer um seminário internacional, também temos o seminário ambiental, isso é oferecido não só para o município de Pinhais, mais para todas as instituições que queiram participar de outros municípios, tanto que, vem gente ligada a diversidade de vários municípios e até outros estados para inscreverem trabalhos está aberto...

E.C. Qual o regime de trabalho da equipe do Fórum?

V. Na verdade eu estou cedido da Rede Municipal para o Fórum, vinte horas de professor da rede, trabalho todas as manhãs e as tardes no estado, sou da Equipe Multidisciplinar do Colégio Arnaldo Busato e normalmente a gente faz trocas quando eu tenho que visitar, tem uma flexibilidade.

E.C. Tem mais alguém da equipe do Fórum com disponibilidade exclusiva?

V. Não, pro Fórum só eu.

E.C. O que pensa sobre a questão racial no Brasil?

V. A questão racial ainda é um fato, não posso dizer mal divulgado, é mal interpretado. Quando a gente fala da questão racial, algumas pessoas menos esclarecidas e ainda não tem, não vou falar capacitação, mas o conhecimento da causa, conhecimento do seu pertencimento, na verdade então, daí que acho que gera esse conflito, preconceitos falsos valores. Estamos em um país onde o preconceito é velado, cruel, se a gente pega literatura, publicações, dá pra fazer algumas comparações e fica bem clara essa discrepância de conhecimento, ou melhor, da falta de conhecimento, que as pessoas têm do quê que é, qual é o seu pertencimento étnico-racial, de onde vem esse preconceito e até resiliência de algumas pessoas de não se declararem, terem vergonha de se declararem como negras, pardas e assim por diante. E tem alguns artigos que foram escritos e descritos que falam a respeito do IBGE, que tratam da auto declaração, que contam essa história, mas são fatos que ficam muitas vezes entre grupos acadêmicos e talvez seja até uma falha, até me incluo, faço meia culpa, mas, não consigo atingir as pessoas da forma como eu gostaria, muito tempo de capacitação de conversa não para o convencimento, mais que estas pessoas tenham conhecimento a qual grupo pertence... Qual sua genealogia eu acredito.

E.C. Como é o trabalho sobre a Lei Federal nº 10.639/2003 no município de Pinhais/PR?

V. Nos ainda temos algumas resistências com relação a lei, por ser colocada... Não de forma incorreta... As pessoas se apegam muito a denominações... Então é trabalhada no ensino fundamental. No ensino médio deve ser trabalhada... É... Vamos dizer assim... De forma

indisciplinar. Entre alguns professores se perguntam: Será que preciso trabalhar na educação infantil? Será que eu preciso trabalhar essa lei com alunos de terceiro, segundo ano? Será que isso tem efeito com essas crianças? São uns dos questionamentos assim. Outro dia eu estava conversando com uma professora que me questionou isso: A lei está colocada, é só o estado que tem que trabalhar, as crianças pequenas não entendem, essa lei precisa ser trabalhada com crianças que entendem. Esquece na verdade que são os valores que precisam ser trabalhados, isso não só no município de Pinhais, eu vejo, também, quando vou a alguns encontros, algumas falas, colocações que nem parecem ser de pessoas esclarecidas que trabalham com educação. Então eu falo: Professoras a lei está colocada, mas é pra dar um suporte um embasamento não é pra punir quem não vai trabalhar. Então questionamentos são colocados: Não quero trabalhar, não tenho tempo para trabalhar. Mas no momento que a gente trabalha com alunos que são de diversos seguimentos e diversas etnias... Nosso município tem uma população que se auto declara parda e negra, bem expressiva também. Então como não trabalhar essa lei, as pessoas falam em obrigação de trabalhar senão serão punidas, processadas. Não... É um assunto que precisa ser trabalhado no dia a dia, como: Escovar os dentes, a letreirinha tem que ser bonitinha pra gente entender, meu amiguinho ele tem a cor diferente, o cabelinho é diferente, mas ele sempre vai ser meu amiguinho, não tem que fazer essa separação. Digamos assim... Que muitas vezes são trazidas pela família... Então quando se fala em lei ainda assim existe uma certa resistência que está sendo quebrada com as capacitações que estão sendo feitas e isso esta sendo feito a muito tempo.

E.C. Qual a forma de criação do Fórum?

V. Na verdade não posso dizer que o Fórum tenha sido apadrinhado pelo Fórum estadual, mas alguns professores que já faziam parte, que são da rede estadual, e ainda tem ligação com a rede municipal, começaram a pensar, a trazer ideias, e fizeram algumas reuniões com a equipe pedagógica da rede, tínhamos uma professora, na verdade ainda temos, nossa secretária, que faz parte da rede estadual, tem uns oito anos... Sete anos... Vamos dizer assim... E a secretária fazia parte de um colégio estadual do município, essa, quando ela assumiu a secretaria municipal e quando ela veio para rede estadual, outros professores também cogitaram a ideia de trazer para o município, fazer uma ligação mais sólida com relação as etnias e aí veio a ideia de fazer o Fórum municipal.

E.C. O movimento negro participou desse processo?

O movimento negro na verdade foi uma iniciativa que partiu dessa nossa última gestão, o movimento negro tem seis meses, ainda é recente. Então nos queremos fazer uma apresentação formal, não existe uma apresentação formal, não existe um momento... De primeira mão vocês

estão sabendo disso, nos temos esse Seminário Internacional de Educação onde será proposta essa apresentação formal do movimento negro, uma vez que temos vários seguimentos da educação que fazem parte, que há na verdade os organizadores e nos queremos levar para eles a ideia da apresentação do: Movimento Negro UGUNTU de Pinhais, depois, nos vamos ter a participação efetiva desse movimento já no Seminário da Diversidade, mas antes nos queremos apresentar, uma vez que vem representante de outros municípios nos queremos fazer essa apresentação formal.

E.C. Há disputa política, há formação de chapas para disputa do Fórum... Como é a concorrência?

V. Nos fazemos questão, isso já deixei bem claro, desde a última gestão... Nos não termos cunho político, então é um movimento que fica muito tendencioso quando se torna algo...

E.C. Mas, como ocorre o processo de escolha dos membros do Fórum?

V. Na verdade é feita uma assembleia, é enviado e-mail pra praticamente todas as instituições de ensino, inclusive da rede privada e enfim para todos os seguimentos da prefeitura. Nos temos professores que são da prefeitura mas trabalham em outras secretarias, na secretaria de meio ambiente na secretaria da parte do serviço social na secretaria de saúde e também nos temos integrantes da rede privada.

E.C. Durante a assembleia, como é a organização? É por chapas? As pessoas vão se inscrevendo?

V. Isso, é feita a inscrição, nos ainda não temos essa...

E.C. A inscrição é feita durante a assembleia?

V. Isso, a inscrição é feita durante a assembleia.

E.C. Por exemplo, para coordenação do Fórum como foi feito? Quem concorreu? Você? Mais pessoas? Como foi?

V. Na verdade a coordenadora pediu desligamento e automaticamente eu fui empossado como coordenador, porque era vice coordenador. Nos fazemos uma divulgação... As pessoas se candidatam. Nessas assembleias a inscrição é aberta a todo o município, a integrantes de todos os seguimentos do município, é feita uma votação ali, mais, sem vínculo político.

E.C. Então, por exemplo: uma pessoa da rede privada se candidata a coordenadora do Fórum, outros candidatos da rede estadual, outros da rede municipal, há uma disputa, é a assembleia quem decide?

V. É, é claro que essas pessoas tem que ter o mínimo de conhecimento.

E.C. Há critérios?

V. Exatamente... Tem critérios, que são colocados no nosso regimento, então as pessoas tem

que ter... Não ligações... Digamos assim, com os movimentos, mas tem que ter certo conhecimento daquilo que se propõe.

E.C. As assembleias tem uma adesão grande de participantes?

V. Essa última reunião que tivemos teve a participação de dez integrantes do Fórum os outros não puderam, houve justificativa, mais, tivemos dez pessoas do Fórum que participaram. A não ser as assembleias que são abertas, aí nos fazemos uma divulgação maior para que saibam o que nos estamos fazendo.

E.C. ...Não estou compreendendo... A assembleia para escolha das funções do Fórum ocorre só com membros do próprio Fórum?

V. Isso.

E.C. Então não é aberta para todos os interessados, toda a comunidade?... E se, por exemplo... Ahan... Para próxima eleição só participarem essas dezessete pessoas do Fórum, os membros de hoje?

V. Essas dezessete pessoas elas são, nós, eu me incluí também, nos levamos para os vários seguimentos da nossa sociedade e essas assembleias são abertas para, por exemplo... Nossa gestão vai 2020 começou em 2016 e são quatro anos.

E.C. Então quando chegar em 2020 como será o processo de eleição?

V. Nos faremos essas dezessete pessoas ou menos, se tiverem saído. Nos levamos a todo o público em geral, nos fazemos uma convocação pública e as pessoas que quiserem participar e estiver dentro de alguns critérios, a gente sempre observa: que sejam proativas, tenha disponibilidade para participar não só de eventos, tenha facilidade de comunicação, tenha conhecimento da tema, digamos assim, étnico-racial.

E.C. Então... Em 2020 essas dezessete pessoas podem ser substituídas?

V. Com certeza, como também nos podemos fazer uma mudança nessa equipe, pois há um item em nosso regulamento que diz que três faltas sem justificativa... Assim, a gente fala: “vestir a camisa”, “arregaçar as mangas”. Ir pro trabalho é complicado tem funcionários da prefeitura com outras funções, mas uma vez que se comprometeram então nos temos algumas cláusulas: três faltas consecutivas, sem justificativa, essas pessoas são chamadas e aí nos vemos e se a justificativa não for plausível nos fazemos essa modificação, por isso que nos temos aqueles suplentes. Cada comissão possui quatro ou cinco pessoas que nos fazemos questão que pelo menos duas dessas pessoas estejam nas reuniões e façam os repasses.

E.C. O estatuto prevê recondução aos cargos? Exemplo: Em 2020 se você, como coordenador, quiser permanecer no cargo, o estatuto permite?

V. Permite.

E.C. A recondução é indeterminada ou há limitação?

V. Na verdade, nós não colocamos uma limitação, mas... É bom que haja essa troca, que haja mudança para que todos tenham conhecimento, não só dos problemas, mas, da responsabilidade que nos tratamos no Fórum.

E.C. Quando foi criado o Fórum?

V. Vou consultar...não tenho certeza...2011 que foi criado.

E.C. O Fórum possui sede própria?

V. Não, não possui. Essa sala que estamos aqui é cedida pela Secretaria de Educação de Pinhais

E.C. Qual a estrutura física disponível?

V. Um computador com acesso a rede, uma linha telefônica com ramal próprio do Fórum da Diversidade, uma linha de celular que conseguimos: serve para ouvidoria.

E.C. A sala é compartilhada com alguém?

V. Compartilho com uma professora que trabalha com processos administrativos.

E.C. O Fórum recebe algum recurso financeiro?

V. Não. Não recebemos, na verdade como você falou sobre tesouraria nos não temos recursos financeiros. Somos subsidiados pela Secretaria de Educação com a estrutura, papel...

E.C. Mas há doações para o Fórum?

V. Há doações.

E.C. Em dinheiro?

V. Em dinheiro não, só estrutura.

E.C. Algumas atividades que são rotina para o Fórum, você poderia relatar?

V. Nós temos nossas reuniões que são mensais, com a equipe diretiva, nos temos na verdade, eu, como ouvidor, faço visitas aos colégios, as vezes, encaminho alguns pessoas.

E.C. Como ocorrem essas visitas em unidades escolares? Como as escolas são selecionadas?

V. É... na verdade nos temos uma listagem de CMEI e escolas, colégios estaduais, colégios particulares, que, encaminham casos esporádicos de denúncias, nos vamos lá, mas normalmente estamos indo a dois, três colégios por semana, para ver como estão atuando as Equipes Multidisciplinares.

E.C. O trabalho ocorre também independente de denúncias? De forma preventiva?

V. Sim independentes de denúncia, e escolas municipais também, eles tem um calendário, eu procuro pegar o calendário para que não haja nenhum entrave, para que não atrapalhe o cotidiano da escola do colégio, e às vezes faço até umas surpresas, assim... Umas visitas surpresas, porque há necessidade, eles acham que estão esquecidos, assim.

M. Lá você fala com a direção, coordenação, professores...

V. Isso, normalmente eu busco, por ser funcionário do estado, o pessoal me conhece... Por ser pedagogo. Então me dirijo... Claro com autorização da direção converso diretamente com a equipe pedagógica e procuro as Equipes Multidisciplinares para ver como está o funcionamento, para ver com que regularidade está se reunindo e se aquele calendário está sendo cumprido e se é algo sério na verdade.

E.C. O que o Fórum tem feito para colaborar com a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003?

V. Sim, nos estamos trabalhando essa lei no sentido de capacitações, no sentido de orientações, como eu citei antes quando se fala em leis principalmente na área de educação então alguns profissionais querem seguir a risca, então a lei vai ser trabalhada com história, arte e geografia e na verdade a gente procura desvincular isso de apenas algumas disciplinas, pra que isso seja trabalhado no dia a dia... Pra que isso seja trabalhado de forma interdisciplinar... Até indicamos literatura, por exemplo: a professora de matemática... “Ai meu Deus” eu coloquei no meu, existe uma obrigação agora de segundo a lei de colocar no plano de trabalho do docente. Então, como habitual em todos os colégios estaduais e municipais, principalmente nos estaduais, é colocado no plano de trabalho do docente de cada professor, isso no início do ano, mas daí para eles trabalharem, é... Existe assim algumas resistências, então nos mostramos que existe a possibilidade de trabalharmos, inclusive duas disciplinas, três disciplinas... Trabalharemos esse assunto de forma a dar um entendimento melhor da lei, a lei pela lei nos temos a lei de trânsito que muitas vezes não é cumprida, agora tratando de educação nos levamos bem a sério.

E.C. O Fórum acompanhou a ação do MP quando enviou questionário sobre a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 ? Como?

V. Na verdade foi um susto para as instituições de ensino, porque até então não se levava muito a sério, vamos disser assim... Que isso fosse cobrado realmente teria alguém fora o pessoal do núcleo da SEED ou da secretaria municipal, então, foi respondido o questionário e só que o pessoal não espera que fosse ter uma devolutiva, pensava que fosse ficar só ali no questionário. Você atendeu aos critérios, sim, não? Tais eventos foram realizados? E aí foi uma surpresa grande, não só com relação ao questionário, mais logo depois uma devolutiva que o MP fez cobrando algumas coisas.

E.C. O MP fez algum diálogo com o Fórum nesse processo?

V. Não na minha gestão.

E.C. Isso ocorreu em 2015...

V. Sempre foi feito algum diálogo da última gestão do Fórum diretamente com a promotoria

com relação a algumas escolas que foram denunciadas.

E.C. A promotora procurou o Fórum pra informar que estava sendo elaborado um questionário e que estes seriam enviados as escolas?

V. Isso foi comunicado para presidente da outra gestão, houve um comunicado... Até porque o fórum estadual nos sempre estamos em contato, pra gente trocar algumas ideias, assim, ver o que está acontecendo, porque eles tem bem mais tempo atuando e até um respaldo deste, não que o MP não nos de, mais... assim... É interessante trocar com outros Fóruns principalmente com o pessoal da Universidade Federal.

E.C Você conhece o questionário enviado pelo MP-PR sobre a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003?

V. É, na verdade eu tenho até uma cópia desse questionário... Em 2015 me foi apresentado algumas questões que não sei se ficaram bem claras para aquelas pessoas que, como eu falei a lei foi implantada mais tiveram algumas dúvidas assim primárias com relação a como, como não, por que... Às vezes não estava sendo trabalhado o assunto, não estava sendo trabalhado de maneira adequada, então, vieram questões bem simplistas com relação ao questionário e coisas simples que já era para estar implantadas a bastante tempo, essa é a realidade, tanto que, logo depois na devolutiva algumas coisas como por exemplo: o portfólio em todos os eventos que acontecem nas escolas é feito, são feitos registros e esses registros são guardados de uma gestão pra outra, por exemplo. Com relação a lei aos registros a maneira de se tratar o assunto não houve assim o arquivamento do que foi feito de como tem sido trabalhado.

E.C. O Fórum pautou o assunto em reuniões? Os questionários, os problemas trazidos pelas escolas foram abordados?

V. Sim, foi principalmente quando vieram essas questões, é... Quase que absurdas, por falta de conhecimento da lei.

E.C. Você percebeu alguma diferença na atuação da rede municipal, estadual e particular para responder o questionário? Tipo amadurecimento... Preparo... Para responder o questionário?

V. Sim, na rede municipal como temos Comissão de Diversidade alguns assuntos são bem esclarecidos, e, pra todas as unidades sempre vem um profissional da educação fazer as capacitações. Isso ocorre na semana pedagógica que esse ano não teve, mas, assim... No começo do primeiro semestre e no começo do segundo semestre tratam de temas e esses temas são colocados insistentemente, algumas leis e alguns tópicos, agora isso no município. Agora, na rede estadual, quando se fala da 10.639 e da 11.645 ainda existe ainda por parte das Equipes Multidisciplinares e de alguns profissionais um certo desconhecimento ou uma falta de vontade, uma vez que, essa lei foi colocada e precisa constar no plano de trabalho pedagógico

docente. Dá-se muito mais ênfase ao currículo propriamente dito, a matéria, do que a implementação dessa lei de forma gradativa e que com os temas com os capítulos dos livros. Enfim, e com relação à rede privada, tivemos excelentes trabalhos, por exemplo, temos: posso citar como exemplo o Colégio Suíço, fomos ao local e isso já era trabalhado e infelizmente, diferente das escolas estaduais que os professores têm capacitações e às vezes estadual e municipal, voltada pra diversidade.

E.C. Você considera produtiva a intervenção do MP para implementação da lei? Em que medida?

V. Essencial, e talvez eu acredito que a intervenção entre aspas do MP, uma vez que nos estamos ligados diretamente ao MP por isso eu digo que é essencial. Porque, isso nos respalda muito para implementação da lei para que se leve a sério, digamos assim, e às vezes isso vem naturalmente com alguns docentes, com a equipe diretiva, mas em alguns casos existe a necessidade de se fazer uma fiscalização para que ocorra de forma efetiva a implementação e a divulgação e a aplicação de ações afirmativas.

E.C. A partir de 2015 com a intervenção do MP mudou algo no trabalho das escolas municipais e também na SEMED?

V. Sim. Embora a SEMED já tenha Comissão de Diversidade que oferece capacitação para profissionais de educação, quando existe uma cobrança maior por parte do MP, então até mesmo as equipes diretivas a gestão do colégio se vê... Não obrigada, mas num processo de reconhecimento que é algo que precisa acontecer que esse é o processo de realmente de inclusão que acontece a partir da cobrança do MP.

E.C - Tem algumas ações que poderia citar na atuação da SEMED e das escolas municipais a partir da atuação do MP?

Interesse de alguns professores. Ficou bem claro que essa lei vem pra somar. Porque em relação à educação não só a rede municipal, mas a rede privada a rede estadual quando se fala em lei, em implementação de alguns projetos, algumas ações é... Não é para sacrificar o profissional de educação, mas é pra esclarecer para ele que algumas coisas devem ser feitas, devem ser levadas mais em consideração.

E.C. E o Fórum considera a forma como o MP tem atuado adequada?

Sim. Nós sempre estamos em contato com o MP, eles tem nos dado um amparo legal, nos temos uma comissão, a prefeitura tem uma Comissão de Diversidade, mas o Fórum de Diversidade

tem função diferente da Comissão de Diversidade, enquanto a Comissão de Diversidade oferta, promove capacitações o Fórum está realmente fiscalizando, fazendo aquele papel também de capacitação porque as vezes vem dúvidas para nos... É que vem do município... Mas, nos procuramos trabalhar juntos da Comissão, mais também fiscalizando e, por exemplo: casos que não são levados pra Comissão da Diversidade são trazidos pra nos. Então... Eu recebo algumas ligações, pedidos de visita, pra fazer como uma vistoria... Dar uma orientação... E, também olhar o que está acontecendo no geral, assim, fato que talvez não seja inerente a Comissão de Diversidade e, pra ser bem prático, algumas denúncias que acontecem e aí, nos vamos ver ou às vezes algumas resistências, que a Comissão da Diversidade do município não tem conhecimento, não são levados pra eles... É, então existem denúncias que são anônimas, as vezes a pessoa se identifica, mais resguardamos a identidade dessas pessoas, para ver o que esta acontecendo. O MP nos dá... Bem embasamento... Um respaldo muito grande... É bom trabalhar com o pessoal do MP, mas, o efeito infelizmente, não deveria ser assim, deveria ser trabalhado de forma mais suave, os discursos que às vezes temos um discurso inflamado de alguns profissionais que...

E.C. Você está se referindo aos profissionais do MP ou da Educação?

V. Da educação.

E.C. Como coordenador do Fórum existe medidas previstas para atender a rede municipal em função da intervenção do MP?

V. Já existe um dialogo entre Comissão da Diversidade e Fórum, mas de 2015 pra cá nos aproximamos mais o trabalho... Realmente acontece... Eu acredito que visitas mais regular, nos enquanto Fórum fazemos e levamos ao MP, de vez em quando, assim visitas periódicas

C. Visita de quem?

V. Do MP.

E.C. Do MP ao Fórum ou as escolas

V. As escolas.

E.C. As questões são essas, fica aberto se você quiser fazer alguma abordagem.

V. Eu acho que o trabalho de vocês tem uma importância muito grande, eu sempre questioneei o trabalho acadêmico que cria uma lacuna muito grande, ainda existe uma lacuna muito grande entre as Universidades, o que é feito, o que é produzido, o que esta ainda... Como trabalho de ponta que são feitos pelas equipes da universidade e a outra ponta que está no chão da escola. Ainda existe, eu já fui bem incisivo em relação a essa lacuna... Coisas que acontecem e deveriam ser trazidas com mais frequências para o Fórum... As Equipes Multidisciplinares e que traria uma mudança grande em relação ao conhecimento e a resistência de algumas pessoas

em trabalhar alguns assuntos.

E.C. Agradeço ao Fórum da Diversidade na pessoa do coordenador a gentileza de nós atender e contribuir com a pesquisa. Grata.

ESPAÇO PARA DIVULGAÇÃO DA ENTREVISTA

Assunto: Autorização para divulgação de entrevista.

Valdo de Souza Melo, Coordenador do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Município de Pinhais-Pr, autoriza a divulgação de entrevista realizada pela mestranda da Universidade Federal do Paraná, Elba Cristina Ferreira da Silva, sobre: O papel do Ministério Público na efetivação das políticas educacionais antirracistas no estado do Paraná.

Curitiba, de maio de 2017.

Autorização:

Valdo de Souza Melo

ANEXO A – OFÍCIO PROMOTORES PÚBLICOS

Ofício nº 000/2014

Curitiba, 05 de setembro de 2014.

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Promotor (a):

Este Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, na área de Direitos Constitucionais e através do seu Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial – NUPIER, vem atuando nas demandas em prol da igualdade racial, especialmente no que tange à defesa dos direitos coletivos e difusos e à efetivação das respectivas políticas públicas.

Considerando a Lei nº 10.639/03, que altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências, este Centro de Apoio instaurou o Procedimento Administrativo nº MPPR – 0046.14.000922-9, para acompanhar e orientar as Promotorias de Justiça do Estado do Paraná no processo de implementação da Lei nº 10.639/03.

Considerando as Ações nº 5 e 6 do Planejamento Estratégico do CNMP 2011-2015, que implementou o Projeto "Conhecer para Enfrentar", elaborado e aprovado no Encontro da Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais: Enfrentamento ao Racismo, ocorrido nos dias 8 e 9 de maio de 2014, na cidade de Recife, em Pernambuco.

Excelentíssimo (a) Senhor (a)

Doutor (a) **RODNEY ANDRÉ CESSEL**

Promotor de Justiça - 9ª Promotoria de Justiça de Foz do Iguaçu

Foz do Iguaçu - PR

Considerando que o Projeto "Conhecer para Enfrentar", tem por objetivo: contribuir para a máxima eficácia da atuação do Ministério Público Brasileiro no enfrentamento ao racismo, por meio da formação e sensibilização de membros e servidores, interação com os movimentos sociais e instituições governamentais que atuam em defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais (população negra, indígena, cigana e outras) e o comprometimento dos sistemas federal, estadual e municipal de ensino com a implementação das Leis n. 10.639/03 e 11.645/08, para garantir o ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Indígena no Ensino Fundamental e Médio.

Considerando que o município de XXXXXXXX, foi priorizado para a adesão ao Projeto "Conhecer para Enfrentar", com fundamento em estudo realizado por este Centro de Apoio, que identificou os vinte (20) municípios do Estado do Paraná com maior percentual de população negra (tabela em anexo).

Orienta-se às Promotorias de Justiça que instaurem Procedimento Administrativo visando acompanhar a implementação da Lei nº 10.639/03, e que sejam enviados esforços à Prefeitura Municipal de XXXXXX, por meio da Secretaria de Educação, de forma a garantir a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afrobrasileira" no currículo oficial da Rede de Ensino fundamental e médio, das escolas oficiais e particulares.

Encaminha-se em anexo as minutas de Ofícios e os Questionários de Acompanhamento da Implementação da Lei 10.639/03, a serem enviados por esta Promotoria de Justiça para a Secretaria Municipal de Educação e às escolas municipais, estaduais e particulares do Município XXXXXXXX (Anexo II), com vistas a obter informações mais precisas acerca da aplicação da lei supracitada, bem como para subsidiar o Procedimento Administrativo nº MPPR – 0046.14.000922-9.

Ressalta que este Centro de Apoio está à disposição para prestar auxílio técnico que se entenda necessário.

Aproveita-se a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto
Procurador de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional
das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos

Mariana Seifert Bazzo
Promotora de Justiça
Centro de Apoio Operacional
das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos

Tabela 176 - População residente por cor ou raça

Variável = População residente (Pessoas)

Situação do domicílio = Total

Ano = 2010

Unidade da Federação e Município	Cor ou raça							
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Negros	Indígena	Sem declaração
41 - Paraná	10.444.526	7.344.122	330.830	123.205	2.620.378	2.951.208	25.915	76
4106902 - Curitiba - PR 1	1.751.907	1.381.938	49.978	23.138	294.127	344.105	2.693	33
4113700 - Londrina - PR 2	506.701	356.542	21.791	17.448	110.305	132.096	610	5
4115200 - Maringá - PR 3	357.077	252.951	12.127	13.066	78.542	90.669	391	-
4108304 - Foz do Iguaçu - PR 4	256.088	162.593	9.170	3.550	80.366	89.536	406	3
4104808 - Cascavel - PR 5	286.205	200.776	7.411	2.516	75.131	82.542	368	3
4105805 - Colombo - PR 6	212.967	139.635	8.275	1.160	63.443	71.718	447	7
4125506 - São José dos Pinhais - PR 7	264.210	193.901	8.007	1.739	60.222	68.229	335	6
4119905 - Ponta Grossa - PR 8	311.611	244.813	8.629	1.514	56.099	64.728	555	1
4109401 - Guarapuava - PR 9	167.328	116.204	4.780	1.102	44.789	49.569	453	-
4118204 - Paranaguá - PR 10	140.469	91.159	4.228	1.104	43.762	47.990	215	1
4101408 - Apucarana - PR 11	120.919	81.256	4.497	1.886	33.115	37.612	165	-
4100400 - Almirante Tamandaré - PR 12	103.204	66.865	4.064	402	31.687	35.751	186	-
4127700 - Toledo - PR 13	119.313	82.467	3.474	1.029	32.269	35.743	74	-
4126256 - Sarandi - PR 14	82.847	46.245	4.201	802	31.527	35.728	72	-
4101804 - Araucária - PR 15	119.123	83.200	3.863	865	31.022	34.885	172	1
4119152 - Pinhais - PR 16	(117.008)	(81.898)	(4.170)	(826)	(29.962)	(34.132)	(152)	-
4128104 - Umuarama - PR	100.676	65.857	3.801	1.771	29.149	32.950	98	-
4103701 - Cambé - PR	96.733	63.697	4.213	879	27.845	32.058	99	-
4118402 - Paranavaí - PR	81.590	49.157	3.722	1.669	26.969	30.691	73	-
4119509 - Piraquara - PR	93.207	63.656	3.592	365	25.366	28.958	226	2

**ANEXO B – OFÍCIO QUESTIONÁRIO SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO
DO PARANÁ**

Acompanhamento da Implementação da Lei Nº 10.639/2003 - Secretaria Municipal de Educação

IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL

*Obrigatório

1. MUNICÍPIO *

2. RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO *

Nome da pessoa responsável pelo preenchimento do questionário

3. ASSINATURA DA/O SECRETARIA/O MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO *

Equipes da Diversidade

Descrever situação da equipe responsável pelas implementação da Lei Nº 10639/03 na Secretaria Municipal de Educação conforme disposto na Deliberação 04/06 do Conselho Estadual de Educação

4. A Secretaria Municipal de Educação possui equipe responsável pelas implementação da Lei Nº 10639/03? *

(equipe ou pessoal responsável por acompanhar a implementação da Lei 10639 na escola)

Marcar apenas uma oval:

☐

Sim

☐

Não

☐

Em processo de composição

5. Quantas pessoas compõem a equipe responsável pelas implementação da Lei Nº 10639/03 na Secretaria Municipal de Educação? *

6. Caracterização funcional da equipe responsável pela implementação da Lei Nº 10639/03 na Secretaria Municipal de Educação

se necessário marque mais de uma alternativa

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Funcionária/o administrativo/a
- ☐ Professora/o da área de Linguagem
- ☐ Professora/o da área de Ciências Humanas
- ☐ Professora/o da área de Ciências da Natureza
- ☐ Representantes da Comunidade
- ☐ Outro:

7. Essa equipe é responsável por outras atribuições além de fomentar a implementação da Lei nº 10639/03? Quais?

Formação continuada e Capacitação

Informações sobre formações e capacitações relativas à ERE e ao Ensino de História e Cultura Afro

8. A Secretaria Municipal realiza formação continuada ou capacitação para professores e funcionários sobre a temática em questão? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não

9. Número de professores que participaram de atividades de formação e capacitação nos termos das diretrizes curriculares nacionais para implementação das Leis 10.639 durante o ano de 2014 *

10. Número de funcionários que participaram de atividades de formação e capacitação nos termos das diretrizes curriculares nacionais para implementação das Leis 10.639 durante o ano de 2014. *

Normativas para Implementação da Educação das Relações

Afrobrasileira e Africana

11. A Secretaria possui algum ato normativo (portaria, resolução, etc) que orienta a Implementação da Educação das Relações Étnico-raciais (ERER) e do Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana no município? *

Em caso positivo anexe ao questionário

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

12. O município possui orientações para a Inserção dos conteúdos relativos à Implementação da Educação das Relações Étnico-raciais (ERER) e do Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana nas disciplinas que compõem o referencial (grade ou matriz) curricular da Rede Municipal de Educação? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

Material Didático Pedagógico relativo à ERER e ao Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana

13. A Secretaria Municipal de Educação disponibiliza às escolas materiais didático-pedagógicos para implementar a ERER e o Ensino de História e Cultura Afro? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

14. Listagens de Materiais Didático Pedagógicos relativos à temática disponibilizado às escolas municipais

ANEXO C – OFÍCIO QUESTIONÁRIO DIRETORES DAS ESCOLAS DO PARANÁ



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO FORO REGIONAL DE PINHAIS DA COMARCA
DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Ofício nº 127/2015 - 1ª PJ – HCG

Ref: Procedimento Administrativo n.º MPPR-0108.15.000025-6

Pinhais, 30 de janeiro de 2015.

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Diretor(a):

Considerando a Lei nº 10.639/03, que altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências, essa Promotoria de Justiça da Educação instaurou o Procedimento Administrativo n.º MPPR-0108.15.000025-6, para verificar a implementação da referida lei no Município de Pinhais.

Considerando o Parecer CNE/CP nº 03/04 e a Resolução CNE/CP nº 01/04, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena.

Considerando a Deliberação nº 04/2006 do CEE/PR, que institui normas complementares às Diretrizes supracitadas.

Orienta-se à diretoria da escola que zele pela implementação da Lei nº 10.639/03, de forma a garantir o estudo da História da África e dos Africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira, e o negro na formação da sociedade



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO FORO REGIONAL DE PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil (Lei 10.639/03, art. 1º, § 1º).

Encaminha-se em anexo o "Questionário de Acompanhamento da Implementação da Lei 10.639/03", a ser preenchido e enviado a esta Promotoria de Justiça, com vistas a obter informações mais precisas acerca da aplicação da lei supracitada.

Aproveita-se a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


FÁBIA TEIXEIRA FRITEGOTTO GIMENEZ
Promotora de Justiça

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Diretor(a)

VO-CHARLOTE, C M E I

Rua Manoel Lucas Evangelista Neto, 245
Pinhais/PR

Acompanhamento da Implementação da Lei Nº 10.639/2003 - Escolas

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

*Obrigatório

1. Nome da Escola *

2. Sistema de Ensino *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Estadual
- ☐ Municipal
- ☐ Particular

3. Município *

4. Responsável pelo preenchimento *

5. Assinatura do responsável pelo estabelecimento escolar *

Equipes Multidisciplinares ou Comissão de Diversidade

Descrever situação da Equipe Multidisciplinar ou Comissão da Escola

6. A escola possui Equipe Multidisciplinar ou Comissão de Diversidade? *

(equipe ou pessoal responsável por acompanhar a implementação da Lei 10639 na escola)

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Em processo de composição

7. Quantas pessoas compõem a Equipe Multidisciplinar da Escola? *

8. caracterização funcional dos participantes da Equipe Multidisciplinar ou Comissão de Diversidade

se necessário marque mais de uma alternativa

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Funcionária/o de escola
- ☐ Professora/o da área de Linguagem
- ☐ Professora/o da área de Ciências Humanas
- ☐ Professora/o da área de Ciências da Natureza
- ☐ Representantes da Comunidade
- ☐ Outro: _____

Inserção da Educação das Relações Étnico-raciais (ERER) e do Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana

Informações sobre a inclusão da Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana no Projeto Político Pedagógico e na Proposta Curricular da Escola

9. O Projeto Político Pedagógico da Escola faz menção à ERER e ao Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

10. Em quais áreas do conhecimento os conteúdos de ERER e de Ensino de História e Cultura Afro estão inseridos na escola?

Marque mais de uma alternativa caso seja necessário

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Área de Linguagens
- ☐ Área de Matemática
- ☐ Área de Ciências Humanas
- ☐ Área de Ciências da Natureza

11. Descreva os conteúdos relativos à ERER e ao Ensino de História e Cultura Afro que são abordados na Área de Linguagens

(Conteúdos das disciplinas de LP, LEM, Artes e Educação Física)

12. **Descreva os conteúdos relativos à EREER e ao Ensino de História e Cultura Afro abordados na Área de Matemática**
(Conteúdos das disciplinas de Matemática e Física)

.....

.....

.....

.....

.....

13. **Descreva os conteúdos relativos à EREER e ao Ensino de História e Cultura Afro abordados na Área de Ciências Humanas**
(Conteúdos das disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia)

.....

.....

.....

.....

.....

14. **Descreva os conteúdos relativos à EREER e ao Ensino de História e Cultura Afro abordados na Área de Ciências da Natureza**
(Conteúdos das disciplinas de Ciências, Química e Biologia)

.....

.....

.....

.....

.....

Formação e eventos

Informações sobre formações e eventos relativos à EREER e ao Ensino de História e Cultura Afro

15. **A equipe da escola participa de formação continuada relativa à temática em questão? ***
Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

16. As formações continuadas são ofertadas por quais instituições/orgãos?

(Responda caso a equipe da escola participe de formações continuadas relativas à temática)

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Secretaria de Estado da Educação do Paraná
- ☐ Secretaria Municipal de Educação
- ☐ Organizações do Movimento Social Negro
- ☐ Instituições de Ensino Superior
- ☐ Outro:

17. A escola realiza eventos relativos à ERE e ao Ensino de História e Cultura Afro *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

18. Descreva os eventos relativos à ERE e ao Ensino de História e Cultura Afro

(Feiras, Seminários, Palestras, Amostras, etc)

.....

.....

.....

.....

.....

19. Número de professores que participaram de atividades de formação e capacitação nos termos das diretrizes curriculares nacionais para implementação das Leis 10.639. *

.....

20. Número de funcionários que participaram de atividades de formação e capacitação nos termos das diretrizes curriculares nacionais para implementação das Leis 10.639. *

.....

Material Didático Pedagógico relativo à ERE e ao Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**21. A escola possui material didático pedagógico para implementar à ERE e o Ensino de História e Cultura Afro? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

22. Listagens de Materiais Didático Pedagógicos relativos à temática disponíveis na escola

ANEXO D – OFÍCIO ESCOLAS DE PINHAIS



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO FORO REGIONAL DE PINHAIS DA
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Ofício nº 130/2017 - 1ª PJ – HCG

Ref: Procedimento Administrativo n.º MPRR-0108.16.000142-7

Pinhais, 22 de março de 2017.

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Diretor(a):

Conforme recomendação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos (documento anexo), solicito os bons préstimos de Vossa Senhoria para que:

1. Passe a efetuar registro das atividades referentes ao dia 20 de novembro de todos os anos letivos;
2. Contemple em seus Projetos Político Pedagógicos, Planos de ensino e Planos de Aula, a inserção da temática Afro e Indígena, conforme Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2011;
3. Cumpra as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2011, fazendo constar no Projeto Político Pedagógico da escola a atuação da equipe multidisciplinar, e que os integrantes reúnam-se para elaborar um diagnóstico dos alunos e planejamento das ações visando melhor resultado nas abordagens da temática em discussão.

Esclareça-se que a Equipe Multidisciplinar deverá seguir a instrução de formação e se reunir para discutir a melhor estratégia de atuação na escola,

Rua 22 de Abril, s/nº, Estância Pinhais, CEP 83.323-240, Pinhais/PR, tel. (41) 3667-3231



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO FORO REGIONAL DE PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

conforme a Orientação nº 001/2016 – DEDI/CERDE/CEI, a qual destaca os seguintes marcos legais:

- Lei 10.639/2003, a Lei 11.645/2008 que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, estaduais e particulares.

- Deliberação nº 04/06 da CEE/PR, que institui Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, e Africana;

- Instrução nº 017/2006 – SUED/SEED, que instrui sobre a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todos os níveis e modalidades dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual de Educação Básica;

- Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica;

- Resolução nº 3399/2010 - GS/SEED, que regulamenta a composição e o funcionamento das Equipes Multidisciplinares no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Paraná/SEED, nos Núcleos Regionais de Educação/NRE, nos estabelecimentos da Rede Estadual da Educação Básica e nas Escolas Conveniadas;

- Instrução nº 010/2010 — SUED/SEED, que regulamenta as Equipes Multidisciplinares para tratar da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, conforme encaminhado em anexo nesse procedimento.

Advirto que a não implementação Lei nº 10.639/2003 caracteriza racismo institucional, ficando as escolas, o Estado ou o Município sujeitos às sanções administrativas e judiciais cabíveis, e que a apresentação da lista de materiais

Rua 22 de Abril, s/nº, Estância Pinhais, CEP 83.323-240, Pinhais/PR, tel. (41) 3667-3231



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO FORO REGIONAL DE PINHAIS DA
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

didático-pedagógicos relacionados à Lei nº 10.639/2003 não garante, necessariamente, a
aplicação da lei.

Atenciosamente,


FÁBILA TEIXEIRA FRITEGOTTO GIMENEZ

Promotora de Justiça

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Diretor(a)

ESCOLA MUNICIPAL JOÃO LEOPOLDO JACOMEL

Rua Rio Paraná nº 518, Weissópolis

CEP 83.322-000, Pinhais/PR

Rua 22 de Abril, s/nº, Estância Pinhais, CEP 83.323-240, Pinhais/PR, tel. (41) 3667-3231



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

CAOP
FLS. 167
BDA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos

Procedimento Administrativo nº MPPR-0108.16.000142-7

Origem: 1ª Promotoria da Comarca de Pinhais/PR.

Descrição do Fato: Procedimento para acompanhamento da implementação da lei nº 10.639/03, para garantir o ensino da histórica e cultura afrobrasileira e indígena no ensino fundamental e médio das escolas públicas e particulares do município de Pinhais.

Trata-se de Procedimento Administrativo nº MPPR-0108.16.000142-7 instaurado em 13 de maio de 2016 pela Promotoria de Justiça da Comarca de Pinhais/PR, para acompanhar a implementação da Lei nº 10.639/2003 no currículo oficial da rede de ensino fundamental e médio, das escolas públicas e particulares do município de Pinhais/PR, e encaminhado em 06 de dezembro de 2016 ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, por meio do Ofício nº 690/2016, para análise dos questionários elaborados pelo Centro de apoio Operacional, e respondidos pelas unidades de ensino de Pinhais/PR.

No que se refere a cada estabelecimento, de forma específica, seguem orientações:

1. Colégio Estadual Amyntas de Barros:

a) Recomenda-se a apresentação dos registros de atividades referentes ao Dia 20 de Novembro de todos os anos letivos;

b) Para o cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2011 recomenda-se que conste no Projeto Político Pedagógico da escola a atuação da equipe Multidisciplinar e que os integrantes reúnam-se para elaborar um diagnóstico dos alunos e planejamento das ações visando melhor resultado nas abordagens da temática em discussão;

Observação: Faz-se necessário e urgente que a Equipe Multidisciplinar siga a



Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos

que os integrantes reúnam-se para elaborar um diagnóstico dos alunos e planejamento das ações visando melhor resultado nas abordagens da temática em discussão;

Observação: Faz-se necessário e urgente que a Equipe Multidisciplinar siga a instrução de formação e possa se reunir para discutir a melhor estratégia de atuação na escola, conforme Legislação, Regimentos e Instruções citados ao final desse parecer.

27. Escola Municipal João Leopoldo Jacomel:

a) Recomenda-se a apresentação dos registros de atividades referentes ao Dia 20 de Novembro de todos os anos letivos;

b) Para o cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2011 recomenda-se que conste no Projeto Político Pedagógico da escola a atuação da equipe Multidisciplinar e que os integrantes reúnam-se para elaborar um diagnóstico dos alunos e planejamento das ações visando melhor resultado nas abordagens da temática em discussão;

Observação: Faz-se necessário e urgente que a Equipe Multidisciplinar siga a instrução de formação e possa se reunir para discutir a melhor estratégia de atuação na escola, conforme Legislação, Regimentos e Instruções citados ao final desse parecer.

28. Escola Municipal José Brunettu Gugelmin:

a) Recomenda-se a apresentação dos registros de atividades referentes ao Dia 20 de Novembro de todos os anos letivos;

b) Para o cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2011 recomenda-se que conste no Projeto Político Pedagógico da escola a atuação da equipe Multidisciplinar e que os integrantes reúnam-se para elaborar um diagnóstico dos alunos e planejamento das ações visando melhor resultado nas abordagens da temática em discussão;

Observação: Faz-se necessário e urgente que a Equipe Multidisciplinar siga a instrução de formação e possa se reunir para discutir a melhor estratégia de atuação na escola, conforme Legislação, Regimentos e Instruções citados ao final desse parecer.

29. Escola Municipal Lirio Jacomel:

a) Recomenda-se a apresentação dos registros de atividades referente ao Dia 20 de Novembro de todos os anos letivos;



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos

conste no Projeto Político Pedagógico da escola a atuação da equipe Multidisciplinar e que os integrantes reúnam-se para elaborar um diagnóstico dos alunos e planejamento das ações visando melhor resultado nas abordagens da temática em discussão;

Observação: Faz-se necessário e urgente que a Equipe Multidisciplinar siga a instrução de formação e possa se reunir para discutir a melhor estratégia de atuação na escola, conforme Legislação, Regimentos e Instruções citados ao final desse parecer.

Destarte, para uma análise mais aprofundada e completa das respostas enviadas pelas instituições de ensino, está sendo estabelecido convênio entre o Ministério Público do Estado do Paraná e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná. Contudo, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, com fundamento nas Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008; no art. 11 da Lei nº 12.288/2010; no Parecer Normativo nº 003/2004 e na Resolução nº 01/2004, ambos do Conselho Nacional da Educação; e no recém publicado guia de atuação ministerial "O Ministério Público e a Igualdade-Racial na Educação – Contribuições para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003", do Conselho Nacional do Ministério Público; desde já, orienta haja determinação de cumprimento das seguintes obrigações por parte das escolas analisadas:

1. Recomenda-se que todas as escolas Particulares, Municipais e Estaduais do Município de Pinhais apresentem Atas da formação das Equipes Multidisciplinares e Atas dos encontros regulares dos integrantes periodicamente;
3. Que somente a apresentação da lista de materiais didático-pedagógicos relacionados à Lei 10.639/2003, não garante, necessariamente, a aplicação da Lei.
4. Que todas as escolas Particulares, Municipais e Estaduais do Município de Pinhais, contemplem em seus **Projetos Políticos Pedagógicos, Planos de Ensino e Planos de Aula**, a inserção da temática Afro e Indígena, conforme Leis 10.639/2003 e 11.645/2008;



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

CAOP
FLS. 1494
AUT
B

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos

5. Que todas as escolas Particulares, Municipais e Estaduais do Município de Pinhais através de suas equipes Multidisciplinares, tenham acesso a **Orientação nº 001/2016 – DEDI/CERDE/CEIC**, a qual destaca os marcos legais que seguem:

- **Lei 10.639/2003, a Lei 11.645/2008** que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, estaduais e particulares.

- **Deliberação nº 04/06 do CEE/PR**, que institui Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, e Africana;

- **Instrução nº 017/2006- SUED/SEED**, que instrui sobre a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todos os níveis e modalidades dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual de Educação Básica;

- **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012**, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica;

- **Resolução nº 3399/2010 – GS/SEED**, que regulamenta a composição e o funcionamento das Equipes Multidisciplinares no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Paraná/SEED, nos Núcleos Regionais de Educação/NRE, nos estabelecimentos da Rede Estadual da Educação Básica e nas Escolas Conveniadas;

- **Instrução Nº 010/2010 – SUED/SEED**, que regulamenta as Equipes Multidisciplinares para tratar da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, conforme encaminhado em anexo nesse procedimento.

Por fim, ressalta-se que a não implementação da Lei nº 10.639/2003 caracteriza racismo institucional, ficando as escolas, o Estado ou o Município sujeitos às sanções administrativas e judiciais cabíveis, sendo que esse Centro de Apoio está à disposição para oferecer qualquer apoio técnico às Promotorias de Justiça, quando do



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

FLS. 1495
Bols

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos

cumprimento de tais funções de fiscalização e cobrança.

É o parecer.

Curitiba, 07 de março de 2017.

Claudia Cristina Hoffmann
Assessora Técnica/ Historiadora
Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras
Centro de Apoio Operacional de Promoção aos Direitos Humanos
CAOP/MPPR

ANEXO E – CARTA NEGRA DO FPEDER-PR

A Carta Negra do FPEDER-PR

Resultado das Discussões da Audiência Pública – X Encontro em Toledo.

O Décimo Encontro do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Paraná-FPEDER-PR, realizado em Toledo, nos dias 15, 16 e 17 de 2013, teve como tema os **“10 anos da Lei 10639: desafios e perspectivas em sua implementação na educação do Paraná”**.

Atividades realizadas no décimo encontro:

Nessa conjuntura, em que o FPEDER-PR se constitui como instância de interlocução entre sociedade e Estado, esse Décimo Encontro, além de proporcionar momentos de formação e reflexão sobre o fazer educativo na educação paranaense, se apresenta como espaço de proposição, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas para promoção da igualdade racial.

Ao considerar que após nove encontros há um acúmulo histórico que proporciona ao FPEDER-PR condições de avaliar os avanços, retrocessos, as principais dificuldades e perspectivas para implementação da Lei 10639/03, cumpre destacar que essa Lei impacta de forma definitiva a sociedade brasileira e agrega às discussões sobre relações raciais e sua efetivação na interação com outros segmentos sociais historicamente excluídos e marginalizados entre os quais citamos: as comunidades e povos tradicionais, população LGBT, mulheres, jovens e religiões de matriz africana. Nesse quadro, somam-se as demandas inerentes a implementação da Lei com as questões referentes a Lei 11645/08, reforçadas nesse encontro na Audiência Pública: monitoramento da implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Africana, Afro Brasileira e Indígena (Leis Federais 10639/03 e 11645/08) pelos sistemas de educação do Paraná.

- 1) Garantir, no âmbito do PNE-Plano Nacional de Educação, marcos legais para a efetivação da Educação das Relações Étnico Raciais-ERER em toda a educação brasileira;
- 2) Organizar uma intervenção na II CONAE, que se realizará em 2014, cujas conferências municipais e estaduais ocorrerão em 2013, de modo que a ERER é

o Ensino de História e Cultura Africana, Afro Brasileira e Indígena não seja visto como apêndice, mas como eixo principal para construção de uma educação cidadã, sem preconceitos e discriminações;

- 3) Fortalecer a aliança do movimento negro que faz parte do FPEDER-PR, com os grupos historicamente excluídos (ciganos, indígenas, quilombolas, movimento LGBT e demais povos e comunidades tradicionais), visando assegurar no âmbito estadual e municipal, orçamentos e espaços institucionais para consolidação das demandas dessa política;
- 4) Exigir, das instituições de Ensino Superior, existentes no Paraná, a efetiva implementação da ERER e o Ensino de História e Cultura Africana, Afro brasileira e Indígena, nos currículos de todos os cursos em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 1º da Resolução 01/2004 CNE/CP;
- 5) Fomentar a criação de um Conselho Estadual e de Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial, com espaço destacado para a Educação e com a participação do FPEDER-PR, como espaço privilegiado de formulação e monitoramento dessas políticas;
- 6) Cobrar, por parte do poder público, a aquisição de livros e demais materiais didáticos para subsidiar professores e demais alunos na Educação das Relações Étnico raciais no Ensino de História e Cultura Africana, Afro brasileira e Indígena, articulado com a realidade do Estado do Paraná, com prioridade ao material didático “Africanidades Paranaenses”.
- 7) Articular as IES, SEED, SETI, Secretarias Municipais de Educação, Povos e Comunidades Tradicionais, no âmbito do FPEDER-PR para construção de um Plano Estadual e Planos Municipais de implementação das DCNs de ERER;
- 8) Assegurar as condições humanas, financeiras, e estruturais, em particular com disponibilidade de horário para sua atuação, das equipes multidisciplinares, consolidando as já existentes, constituindo ou reformulando as que se encontram em funcionamento precário e estimulando a criação. No âmbito municipal, a criação de equipes similares, em cumprimento ao disposto na deliberação de 06/08 da CEE/PR; Dialogar com MEC/SECADI para garantir a criação de equipes multidisciplinares como política educacional nacional;
- 9) Cobrar do MEC o apoio financeiro, logístico, didático e pedagógico, para consolidação dessa política, fortalecimento da SECADI, da coordenação da

ERER, bem como da CADARA e dos Fóruns Estaduais Permanentes da ERER, para que, de forma integrada, haja efetivação dessa política;

- 10) Gestionar a realização de campanhas publicitárias, estadual e municipais, voltadas para promoção da ERER, da Igualdade Racial, e do combate ao Racismo, Machismo e Homofobia;
- 11) Fortalecer o FPEDER-PR, assegurando a disponibilidade de seus integrantes e condições estruturais para seu funcionamento, tendo em vista sua institucionalização como estrutura de formulação e funcionamento das políticas públicas de ERER implantadas no âmbito da SEED, bem como das Redes Municipais de Educação;
- 12) Manutenção e ampliação dos espaços de formação continuada em ERER e de promoção da igualdade racial, a exemplo do encontro de educadores negros e negras, dos encontros anuais do FPEDER-PR, dos cursos, seminários e grupos de estudos, ampliando a atuação para direção de escolas, gestores funcionários da educação, equipes pedagógicas em conjunto com professores/as da educação básica;
- 13) Monitorar a implementação das DCNs da Educação Escolar Quilombola, no âmbito estadual e municipal; garantir a construção das escolas quilombolas nas comunidades que já possuem certificação e dialogar com as instâncias responsáveis pela titulação das terras quilombolas;
- 14) Fomentar uma política de aquisição e produção de materiais didáticos, paradidáticos artigos, documentários em conjunto com os sujeitos envolvidos (quilombolas, indígenas, ciganos, população negra e demais grupos historicamente excluídos) de forma a valorizar e disseminar conhecimentos, tradições e tecnologias existentes nos vários segmentos;
- 15) Cobrar a ampliação das políticas de ações afirmativas no âmbito do Ensino Superior, que assegure o ingresso por cotas raciais, e a existência de programas de permanência e conclusão de cursos para cotistas (negros, indígenas, quilombolas);
- 16) Moção de apoio ao Decreto Federal 4887/2003 que é objeto, junto ao STF, de ação direta de Inconstitucionalidade movido pelo DEM, para que haja a sensibilização dos ministros para que assegurem sua constitucionalidade sob pena de uma instabilidade geral na política de identificação reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das

comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Contraditórias Transitórias;

- 17) Fortalecer o DEDI/CERDE no âmbito da SEED e estimular a criação de espaços institucionais semelhantes ao âmbito das Secretarias Municipais de Educação, inclusive instrumentalizando-os para acompanhamento de denúncias de preconceito e atitudes racistas ocorridas no âmbito da Educação;
- 18) Criação de órgão específico de acompanhamento jurídico e psicológico para as pessoas que sofrem preconceito e discriminação de forma a criar subsídios ao enfrentamento destes eventos.
- 19) Institucionalização do dia 20 de novembro como feriado estadual, a exemplo do que ocorre em diversos municípios brasileiros.

ANEXO F – PARCERIA DO MP-PR COM UFPR

Questões

- 1- Quais os termos da parceria entre o Ministério Público do Paraná (MP-PR) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), se houver documento formalizando os termos da parceria solicito a gentileza de anexar uma cópia. (o objetivo é saber o papel desempenhado pela UFPR).

Envio em anexo os termos de parceria.

Compromissos da UFPR: “O presente Termo de Convênio tem por objeto a sistematização e análise dos dados de questionários elaborados pelo Ministério Público do Estado do Paraná e respondidos pelas unidades de ensino, com fins de efetivar a implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas públicas do Estado do Paraná.”

- 2- Há uma data prevista para o início e o término da parceria?

Sim (X) não ()

Em caso positivo:

Início: Março/2016

Término: A parceria não tem término previsto, mas há um plano de trabalho a ser cumprido.

Ocorre que por conta de formalidades, documentos exigidos pela UFPR, o processo administrativo tem passado por inúmeras instâncias sem concluir a assinatura do termo.

- 3- Qual a avaliação da UFPR sobre o material (questionário) produzido pelo MP-PR no sentido de promover uma intervenção no Sistema de Ensino do Paraná?

O questionário traz inúmeras questões relevantes para fiscalização e implementação da Lei 10.639/2003, porém a formatação do instrumento em muito dificultou a análise quanti-qualitativa dos dados.

- 4- As questões de 4 a 7 são referentes a formação e a atuação da equipe de diversidade,

assim, seria possível verificar pelo material analisado (caso esteja dentro dos objetivos da parceria) a situação das referidas equipes no âmbito das escolas públicas municipais do Paraná?

Pelas dificuldades em tratar os dados respondidos pelas escolas em questões abertas, a equipe científica optou pela tabulação dos dados quantitativos coletados em questões fechadas, ao menos para a primeira fase da parceria.

Sendo assim, encaminho tabela produzida pela equipe organizada pelo professor Josafá Cunha quanto à questão número 04.

A escola possui Equipe Multidisciplinar ou Comissão de Diversidade?

				Count	Column Valid N %
Q2_SisEn_rec	Conveniada	Q6_EqMulti_rec	Em processo de composição	19	7,4%
			Não	59	23,0%
			Sim	178	69,5%
	Estadual	Q6_EqMulti_rec	Em processo de composição	44	3,4%
			Não	44	3,4%
			Sim	1218	93,3%
	Municipal	Q6_EqMulti_rec	Em processo de composição	79	6,4%
			Não	918	73,9%
			Sim	246	19,8%
	Particular	Q6_EqMulti_rec	Em processo de composição	63	18,0%
			Não	184	52,6%
			Sim	103	29,4%
	Total	Q6_EqMulti_rec	Em processo de composição	205	6,5%
			Não	1205	38,2%
			Sim	1745	55,3%

5- Verificando o Procedimento Administrativo MP-PR nº 0046.14.000.922-9 instaurado pelo MP-PR é possível observar que 99% das Escolas municipais de Pinhais/PR possuem equipe de diversidade formada e em atuação, assim, podemos inferir que existe um diferencial quanto a atuação municipal no sentido de implementar a Lei Federal nº 10.639/2003?

O Município de Pinhais foi indicado pelo próprio órgão fiscalizador (Ministério Público do Paraná) como melhor exemplo de implementação da Lei 10.639/2003. O processo administrativo faz concluir pela dedicação do Município, sobretudo ao compararmos com os dados globais do estado trazidos na tabela anexada à questão anterior.

A escola possui Equipe Multidisciplinar ou Comissão de Diversidade?

			Count	Column Valid N %	
Q2_SisEn_rec	Conveniada	Q6_EqMulti_rec	Em processo de composição	19	7,4%
			Não	59	23,0%
			Sim	178	69,5%
	Estadual	Q6_EqMulti_rec	Em processo de composição	44	3,4%
			Não	44	3,4%
			Sim	1218	93,3%
	Municipal	Q6_EqMulti_rec	Em processo de composição	79	6,4%
			Não	918	73,9%
			Sim	246	19,8%
	Particular	Q6_EqMulti_rec	Em processo de composição	63	18,0%
			Não	184	52,6%
			Sim	103	29,4%
	Total	Q6_EqMulti_rec	Em processo de composição	205	6,5%
			Não	1205	38,2%
			Sim	1745	55,3%

Tabela 1

Perfil de escolas respondentes por município

Q3_Munic_rec	Q2 SisEn_rec									
	Conveniada		Estadual		Municipal		Particular		Total	
	Count	Row Valid N %	Count	Row Valid N %	Count	Row Valid N %	Count	Row Valid N %	Count	Row Valid N %
Abatiá	1	16,7%	2	33,3%	2	33,3%	1	16,7%	6	100,0%
ADRIANÓPOLIS	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
ALMIRANTE TAMANDARÉ	0	0,0%	4	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
ALTAMIRA DO PARANÁ	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Alto Paraiso	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Alto Paraná	1	10,0%	4	40,0%	5	50,0%	0	0,0%	10	100,0%
Alto Piquiri	1	14,3%	5	71,4%	1	14,3%	0	0,0%	7	100,0%
Allônia	1	10,0%	5	50,0%	1	10,0%	3	30,0%	10	100,0%
Alvorada do Sul	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Amaporã	0	0,0%	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	3	100,0%
Ampére	1	8,3%	7	58,3%	0	0,0%	4	33,3%	12	100,0%
ANAHY	0	0,0%	1	25,0%	3	75,0%	0	0,0%	4	100,0%
Andirá	1	10,0%	3	30,0%	6	60,0%	0	0,0%	10	100,0%
Ângulo	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Anônimo Olindo	1	11,1%	3	33,3%	5	55,6%	0	0,0%	9	100,0%
APUCARANA	0	0,0%	18	27,7%	34	52,3%	13	20,0%	65	100,0%
ARAPONGAS	1	2,2%	14	30,4%	24	52,2%	7	15,2%	46	100,0%
Arapoti	1	3,8%	7	26,9%	11	42,3%	7	26,9%	26	100,0%
ARAPUÁ	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
ARARUNA	1	20,0%	3	60,0%	0	0,0%	1	20,0%	5	100,0%
ARACUCÁRIA	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	1	100,0%
Ariranha do Ivaí	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
Assai	1	9,1%	3	27,3%	6	54,5%	1	9,1%	11	100,0%
ASSIS CHATEAUBRIAND	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%
ASSIS CHATEAUBRIAND	1	5,3%	8	42,1%	9	47,4%	1	5,3%	19	100,0%
Astorga	1	11,1%	0	0,0%	8	88,9%	0	0,0%	9	100,0%
Atalaia	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
BALSA NOVA	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	2	100,0%
Bandeirantes	1	4,3%	9	39,1%	10	43,5%	3	13,0%	23	100,0%

BARBOSA FERRAZ	1	7,1%	5	35,7%	7	50,0%	1	7,1%	14	100,0%
Barra do Jacaré	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Barracão	0	0,0%	7	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	7	100,0%
Bela Vista	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Bela Vista da Caroba	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Bela Vista do Paraíso	1	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	2	66,7%	3	100,0%
Bituruna	1	7,7%	5	38,5%	7	53,8%	0	0,0%	13	100,0%
Boa Esperança	0	0,0%	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
Boa Esperança do Iguaçu	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Boa Ventura de São Roque	0	0,0%	2	66,7%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
BOA VISTA DA APARECIDA	0	0,0%	5	50,0%	5	50,0%	0	0,0%	10	100,0%
Bom Jesus do Sul	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
BOM SUCESSO	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Bom Sucesso do Sul	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
BORRAZÓPOLIS	1	20,0%	2	40,0%	2	40,0%	0	0,0%	5	100,0%
BRAGANEY	0	0,0%	2	33,3%	3	50,0%	1	16,7%	6	100,0%
BRASILÂNDIA DO SUL	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Cafeara	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
CAFELÂNDIA	0	0,0%	3	30,0%	6	60,0%	1	10,0%	10	100,0%
Cafetal do Sul	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
CAFEZAL DO SUL	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%
CALIFÓRNIA	1	20,0%	1	20,0%	2	40,0%	1	20,0%	5	100,0%
Cambará	1	5,6%	8	44,4%	6	33,3%	3	16,7%	18	100,0%
Cambé	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	1	100,0%
CAMBIRA	1	20,0%	2	40,0%	2	40,0%	0	0,0%	5	100,0%
CAMPINA DA LAGOA	1	6,7%	6	40,0%	7	46,7%	1	6,7%	15	100,0%
Campina do Simão	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
CAMPINA GRANDE DO SUL	1	20,0%	4	80,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	100,0%
CAMPO BONITO	1	16,7%	2	33,3%	3	50,0%	0	0,0%	6	100,0%
CAMPO DO TENENTE	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	2	100,0%
CAMPO LARGO	0	0,0%	0	0,0%	17	89,5%	2	10,5%	19	100,0%
CAMPO MAGRO	0	0,0%	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
CAMPO MOURÃO	1	2,2%	15	33,3%	21	46,7%	8	17,8%	45	100,0%
Cândido de Abreu	0	0,0%	2	66,7%	0	0,0%	1	33,3%	3	100,0%
Cândido de Abreu.	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%

CANDÓI	1	14,3%	6	85,7%	0	0,0%	0	0,0%	7	100,0%
CANTAGALO	1	7,7%	3	23,1%	9	69,2%	0	0,0%	13	100,0%
CAPANEMA	1	7,7%	12	92,3%	0	0,0%	0	0,0%	13	100,0%
CAPTÃO LEÔNIDAS MARQUES	0	0,0%	5	33,3%	6	40,0%	4	26,7%	15	100,0%
Carambei	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	1	33,3%	3	100,0%
CARLÓPOLIS	1	14,3%	2	28,6%	3	42,9%	1	14,3%	7	100,0%
CASCAREL	1	1,7%	38	64,4%	0	0,0%	20	33,9%	59	100,0%
Castro	1	11,1%	7	77,8%	0	0,0%	1	11,1%	9	100,0%
CATANDUVAS	0	0,0%	6	46,2%	6	46,2%	1	7,7%	13	100,0%
Centenário do Sul	0	0,0%	0	0,0%	5	83,3%	1	16,7%	6	100,0%
Centro Pinhão	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%
CERRO AZUL	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
CÉU AZUL	0	0,0%	3	25,0%	8	66,7%	1	8,3%	12	100,0%
Chopinzinho	1	5,3%	9	47,4%	8	42,1%	1	5,3%	19	100,0%
Cianorte	2	8,3%	11	45,8%	10	41,7%	1	4,2%	24	100,0%
Cidade Caucha	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Cidade Gaúcha	0	0,0%	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	3	100,0%
Clevalândia	1	4,8%	8	38,1%	11	52,4%	1	4,8%	21	100,0%
COLOMBO	0	0,0%	6	35,3%	9	52,9%	2	11,8%	17	100,0%
Colorado	1	14,3%	0	0,0%	6	85,7%	0	0,0%	7	100,0%
Congonhinhas	1	20,0%	3	60,0%	1	20,0%	0	0,0%	5	100,0%
Conselheiro Marinho	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
CORBÉLIA	0	0,0%	4	33,3%	7	58,3%	1	8,3%	12	100,0%
Cornélio Procopio	2	5,6%	12	33,3%	15	41,7%	7	19,4%	36	100,0%
Coronel Domingos Soares	0	0,0%	5	31,2%	11	68,8%	0	0,0%	16	100,0%
Coronel Vivida	1	6,2%	5	31,2%	9	56,2%	1	6,2%	16	100,0%
CORUMBATAI DO SUL	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Cruz Machado	1	12,5%	3	37,5%	4	50,0%	0	0,0%	8	100,0%
Cruzeiro do Iguaçu	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Cruzeiro do Oeste	1	7,7%	4	30,8%	6	46,2%	2	15,4%	13	100,0%
Cruzeiro do Sul	0	0,0%	2	66,7%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
CRUZMALTINA	0	0,0%	2	50,0%	2	50,0%	0	0,0%	4	100,0%
Curitiba	6	1,9%	69	21,8%	153	48,3%	89	28,1%	317	100,0%
Curiúva	1	7,7%	5	38,5%	7	53,8%	0	0,0%	13	100,0%
Diamante D'Oeste	0	0,0%	2	66,7%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%

Diamante de Norte	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Diamante do Sul	0	0,0%	2	33,3%	4	66,7%	0	0,0%	6	100,0%
Dois Vizinhos	0	0,0%	9	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	9	100,0%
Douradina	1	16,7%	2	33,3%	2	33,3%	1	16,7%	6	100,0%
Doutor Camargo	1	33,3%	0	0,0%	2	66,7%	0	0,0%	3	100,0%
DOUTOR ULYSSES	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Enéas Marques	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
ENGENHEIRO BELTRÃO	1	7,7%	6	46,2%	5	38,5%	1	7,7%	13	100,0%
Entre Rios do Oeste	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Esperança Nova	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Espigão Alto do Iguaçu	0	0,0%	2	28,6%	5	71,4%	0	0,0%	7	100,0%
FAROL	0	0,0%	2	66,7%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
FAXINAL	1	11,1%	5	55,6%	3	33,3%	0	0,0%	9	100,0%
Fazenda Rio Grande	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%
FAZENDA RIO GRANDE	0	0,0%	0	0,0%	8	100,0%	0	0,0%	8	100,0%
FÊNIX	1	16,7%	3	50,0%	2	33,3%	0	0,0%	6	100,0%
Fernandes Pinheiro	0	0,0%	4	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
FIGUEIRA	0	0,0%	1	20,0%	4	80,0%	0	0,0%	5	100,0%
Flor da Serra do Sul	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
FLOR DA SERRA DO SUL	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Floral	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Floresta	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Florestópolis	1	20,0%	0	0,0%	4	80,0%	0	0,0%	5	100,0%
Flórida	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%
FORMOSA DO OESTE	1	25,0%	1	25,0%	2	50,0%	0	0,0%	4	100,0%
Foz do Iguaçu	4	7,5%	30	56,6%	14	26,4%	5	9,4%	53	100,0%
Foz do Jordão	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Francisco Alves	0	0,0%	3	50,0%	3	50,0%	0	0,0%	6	100,0%
Francisco Beltrão	1	4,5%	15	68,2%	0	0,0%	6	27,3%	22	100,0%
General Carneiro	0	0,0%	4	36,4%	7	63,6%	0	0,0%	11	100,0%
Godoy Moreira	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Goiberê	1	9,1%	9	81,8%	0	0,0%	1	9,1%	11	100,0%
Goiixim	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Grande Rios	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Guaira	0	0,0%	6	33,3%	12	66,7%	0	0,0%	18	100,0%

Guairacá	1	16,7%	33,3%	3	50,0%	0	0,0%	6	100,0%
Guamiranga	0	0,0%	25,0%	3	75,0%	0	0,0%	4	100,0%
Guepirama	0	0,0%	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Gueporema	0	0,0%	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Guaraci	1	100,0%	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
GUARANIQUÊ	0	0,0%	28,6%	14	66,7%	1	4,8%	21	100,0%
Guarapuava	2	3,2%	39,7%	29	46,0%	7	11,1%	63	100,0%
Gufla	0	0,0%	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%
Honório Serpa	1	14,3%	28,6%	4	57,1%	0	0,0%	7	100,0%
Ibaiti	0	0,0%	12,5%	6	75,0%	1	12,5%	8	100,0%
IBEMA	0	0,0%	16,7%	5	83,3%	0	0,0%	6	100,0%
Ibiporã	1	50,0%	0,0%	0	0,0%	1	50,0%	2	100,0%
Icaraima	1	16,7%	33,3%	2	33,3%	1	16,7%	6	100,0%
Iguaraçu	1	50,0%	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
IGUATU	0	0,0%	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	3	100,0%
Imbaú	1	9,1%	27,3%	6	54,5%	1	9,1%	11	100,0%
Imbituva	0	0,0%	30,0%	6	60,0%	1	10,0%	10	100,0%
Inácio Martins	0	0,0%	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Inajá	0	0,0%	50,0%	2	50,0%	0	0,0%	4	100,0%
Indiápolis	1	33,3%	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
Ipiranga	1	33,3%	33,3%	0	0,0%	1	33,3%	3	100,0%
Iporã	1	10,0%	40,0%	4	40,0%	1	10,0%	10	100,0%
IRACEMA DO OESTE	1	33,3%	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Irati	3	21,4%	71,4%	0	0,0%	1	7,1%	14	100,0%
IRETAMA	1	7,1%	28,6%	9	64,3%	0	0,0%	14	100,0%
Itaguajé	1	33,3%	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Itaipulândia	0	0,0%	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Itambaracá	0	0,0%	40,0%	3	60,0%	0	0,0%	5	100,0%
Itambé	1	33,3%	0,0%	2	66,7%	0	0,0%	3	100,0%
Itapejara D'Oeste	1	10,0%	30,0%	6	60,0%	0	0,0%	10	100,0%
ITAPERUÇU	0	0,0%	60,0%	1	20,0%	1	20,0%	5	100,0%
Itauna do Sul	1	33,3%	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
ITAUNA DO SUL	0	0,0%	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Ivaí	1	33,3%	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
Naiporã	1	33,3%	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%

Ivalde	1	16,7%	3	50,0%	2	33,3%	0	0,0%	6	100,0%
Ivatuba	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%
Jaboti	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Jacarezinho	1	4,8%	7	33,3%	12	57,1%	1	4,8%	21	100,0%
Jaguapitã	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Jaguariaíva	0	0,0%	6	19,4%	18	58,1%	7	22,6%	31	100,0%
JANDAIA DO SUL	1	7,1%	6	42,9%	5	35,7%	2	14,3%	14	100,0%
Janiópolis	1	20,0%	4	80,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	100,0%
Japira	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Japurá	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
Jardim Alegre	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Jardim Olinda	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Jataizinho	2	25,0%	2	25,0%	4	50,0%	0	0,0%	8	100,0%
JESUITAS	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Joaquim Távora	1	7,7%	3	23,1%	9	69,2%	0	0,0%	13	100,0%
Jundiá do Sul	1	25,0%	1	25,0%	2	50,0%	0	0,0%	4	100,0%
Juranda	0	0,0%	2	40,0%	3	60,0%	0	0,0%	5	100,0%
Jussara	2	40,0%	0	0,0%	3	60,0%	0	0,0%	5	100,0%
KALORÉ	1	25,0%	2	50,0%	1	25,0%	0	0,0%	4	100,0%
LAPA	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%	0	0,0%	6	100,0%
Laranjal	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Laranjeiras do Sul	1	2,9%	16	45,7%	18	51,4%	0	0,0%	35	100,0%
Leópolis	0	0,0%	5	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	100,0%
Lidianoópolis	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
LINDOESTE	1	11,1%	3	33,3%	5	55,6%	0	0,0%	9	100,0%
Loanda	1	14,3%	4	57,1%	0	0,0%	2	28,6%	7	100,0%
Lobato	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Londrina	5	15,2%	0	0,0%	0	0,0%	28	84,8%	33	100,0%
LUIZIANA	0	0,0%	1	25,0%	3	75,0%	0	0,0%	4	100,0%
MAIRINCK	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Mallet	1	16,7%	5	83,3%	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
MAMBORÉ	1	7,1%	3	21,4%	9	64,3%	1	7,1%	14	100,0%
Mandaguaçu	1	16,7%	0	0,0%	5	83,3%	0	0,0%	6	100,0%
Mandaguari	0	0,0%	0	0,0%	5	100,0%	0	0,0%	5	100,0%
Mandaguari	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%

Manfrinópolis	0	0,0%	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
Mangueirinha	2	11,8%	7	41,2%	8	47,1%	0	0,0%	17	100,0%
Mangueirinha	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Manoel Ribas	1	12,5%	6	75,0%	0	0,0%	1	12,5%	8	100,0%
Marechal Cândido Rondon	0	0,0%	4	50,0%	0	0,0%	4	50,0%	8	100,0%
Maria Helena	1	20,0%	2	40,0%	2	40,0%	0	0,0%	5	100,0%
Mariálva	1	10,0%	0	0,0%	9	90,0%	0	0,0%	10	100,0%
MARILÂNDIA DO SUL	1	14,3%	2	28,6%	4	57,1%	0	0,0%	7	100,0%
Marilena	1	20,0%	1	20,0%	3	60,0%	0	0,0%	5	100,0%
Mariluz	0	0,0%	2	33,3%	4	66,7%	0	0,0%	6	100,0%
Maringá	4	50,0%	0	0,0%	4	50,0%	0	0,0%	8	100,0%
Mariópolis	2	40,0%	1	20,0%	2	40,0%	0	0,0%	5	100,0%
MARIPÁ	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Marmeleiro	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Marquinho	0	0,0%	2	40,0%	3	60,0%	0	0,0%	5	100,0%
MARUMBI	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Matelândia	1	11,1%	4	44,4%	4	44,4%	0	0,0%	9	100,0%
Mato Rico	1	20,0%	2	40,0%	2	40,0%	0	0,0%	5	100,0%
MAUÁ DA SERRA	1	14,3%	1	14,3%	4	57,1%	1	14,3%	7	100,0%
Medianeira	1	10,0%	8	80,0%	0	0,0%	1	10,0%	10	100,0%
Mirador	0	0,0%	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	3	100,0%
Mirante do Piquiri	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Missal	0	0,0%	5	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	100,0%
Moreira Sales	1	10,0%	3	30,0%	6	60,0%	0	0,0%	10	100,0%
Munhoz de Melo	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%
Nossa Senhora das Graças	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Nova Aliança do Ivaí	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Nova América da Colina	1	20,0%	1	20,0%	3	60,0%	0	0,0%	5	100,0%
NOVA AURORA	1	9,1%	4	36,4%	6	54,5%	0	0,0%	11	100,0%
NOVA CANTU	1	14,3%	3	42,9%	3	42,9%	0	0,0%	7	100,0%
Nova Esperança	1	6,2%	5	31,2%	8	50,0%	2	12,5%	16	100,0%
Nova Esperança do Sudoeste	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Nova Fátima	1	16,7%	3	50,0%	2	33,3%	0	0,0%	6	100,0%
Nova Laranjeiras	0	0,0%	11	55,0%	9	45,0%	0	0,0%	20	100,0%
Nova Londrina	1	16,7%	3	50,0%	0	0,0%	2	33,3%	6	100,0%

NOVA OLIMPIA	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Nova Prata do Iguaçu	0	0,0%	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
Nova Santa Bárbara	1	25,0%	1	25,0%	2	50,0%	2	50,0%	0	0,0%	4	100,0%
Nova Santa Rosa	0	0,0%	2	33,3%	4	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
Nova Tebas	0	0,0%	5	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	100,0%
NOVO ITACOLOMI	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Ortigueira	1	2,9%	13	38,2%	18	52,9%	2	5,9%	2	5,9%	34	100,0%
Ourizona	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Ouro Verde do Oeste	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Paçandu	1	12,5%	0	0,0%	7	87,5%	0	0,0%	0	0,0%	8	100,0%
Palmas	2	11,8%	8	47,1%	3	17,6%	4	23,5%	4	23,5%	17	100,0%
Palmeira	0	0,0%	4	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
Palmital	1	25,0%	3	75,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
Palotina	0	0,0%	6	40,0%	9	60,0%	0	0,0%	0	0,0%	15	100,0%
PALOTINA	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Paraíso do Norte	1	16,7%	1	16,7%	2	33,3%	2	33,3%	2	33,3%	6	100,0%
PARANÁ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	1	100,0%	1	100,0%
Paranacity	1	14,3%	2	28,6%	2	28,6%	2	28,6%	2	28,6%	7	100,0%
PARANAGUÁ	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	1	100,0%
Paranapoema	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Paranaval	1	2,4%	14	34,1%	18	43,9%	8	19,5%	8	19,5%	41	100,0%
Pato Branco	2	3,9%	15	29,4%	26	51,0%	8	15,7%	8	15,7%	51	100,0%
Paula Freitas	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
Paulo Fontin	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Paulo Freitas	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Paulo Frontin	1	16,7%	2	33,3%	3	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
PEABIRU	0	0,0%	3	50,0%	1	16,7%	2	33,3%	2	33,3%	6	100,0%
Perobal	0	0,0%	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
Pérola	1	25,0%	1	25,0%	2	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
Pérola d'Oeste	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
PINHAIS	1	12,5%	5	62,5%	0	0,0%	2	25,0%	2	25,0%	8	100,0%
Pinhal de São Bento	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Pinhão	0	0,0%	10	52,6%	9	47,4%	0	0,0%	0	0,0%	19	100,0%
PINHÃO	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Pirai do Sul	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%

PIRAQUARA	0	0,0%	8	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	8	100,0%
Pianga	1	12,5%	7	87,5%	0	0,0%	0	0,0%	8	100,0%
Planaltina do Paraná	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Planalto	0	0,0%	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
PLANALTO	0	0,0%	4	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
Platina	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%
Ponta Grossa	5	13,9%	23	63,9%	1	2,8%	7	19,4%	36	100,0%
Porcatu	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Porto Amazonas	0	0,0%	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	3	100,0%
Porto Barreiro	0	0,0%	2	50,0%	2	50,0%	0	0,0%	4	100,0%
Porto Rico	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Porto Vitória	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Prado Ferreira	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	2	100,0%
Pranchita	2	25,0%	4	50,0%	2	25,0%	0	0,0%	8	100,0%
Presidente Castelo Branco	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	2	100,0%
Primeiro de Maio	1	20,0%	0	0,0%	4	80,0%	0	0,0%	5	100,0%
Prudentópolis	2	33,3%	4	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
Quarto Centenário	0	0,0%	2	50,0%	2	50,0%	0	0,0%	4	100,0%
Quitimbu	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
QUATRO BARRAS	0	0,0%	3	60,0%	1	20,0%	1	20,0%	5	100,0%
QUATRO PONTES	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Quedas do Iguaçu	1	10,0%	8	80,0%	1	10,0%	0	0,0%	10	100,0%
Querência do Norte	1	16,7%	3	50,0%	2	33,3%	0	0,0%	6	100,0%
QUINTA DO SOL	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Rancho Alegre	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
RANCHO ALEGRE D'OESTE	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Realeza	2	10,0%	6	30,0%	12	60,0%	0	0,0%	20	100,0%
Rebouças	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
Renascença	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Reserva	1	4,5%	8	36,4%	13	59,1%	0	0,0%	22	100,0%
Reserva do Iguaçu	0	0,0%	2	66,7%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Reserva do Iguaçu	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Ribeirão Claro	1	8,3%	5	41,7%	6	50,0%	0	0,0%	12	100,0%
Ribeirão do Pinhal	1	12,5%	0	0,0%	7	87,5%	0	0,0%	8	100,0%
Rio Azul	0	0,0%	2	8,7%	21	91,3%	0	0,0%	23	100,0%

RIO BOM	1	25,0%	1	25,0%	2	50,0%	0	0,0%	4	100,0%
Rio Bonito do Iguaçu	1	7,7%	7	53,8%	5	38,5%	0	0,0%	13	100,0%
Rio Branco do Ivaí	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	1	33,3%	3	100,0%
RIO BRANCO DO SUL	1	20,0%	4	80,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	100,0%
RIO NEGRO	0	0,0%	0	0,0%	6	85,7%	1	14,3%	7	100,0%
Rolândia	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	50,0%	2	100,0%
RONCADOR	1	12,5%	4	50,0%	2	25,0%	1	12,5%	8	100,0%
Rondon	1	12,5%	2	25,0%	4	50,0%	1	12,5%	8	100,0%
Rosário do Ivaí	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
SABÁUDIA	1	20,0%	2	40,0%	2	40,0%	0	0,0%	5	100,0%
Salgado Filho	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Salto do Itararé	0	0,0%	3	37,5%	4	50,0%	1	12,5%	8	100,0%
Salto do Lontra	0	0,0%	6	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
Santa Amélia	1	16,7%	3	50,0%	2	33,3%	0	0,0%	6	100,0%
Santa Cecília do Pavão	1	20,0%	2	40,0%	2	40,0%	0	0,0%	5	100,0%
Santa Cruz de Monte Castelo	1	16,7%	4	66,7%	0	0,0%	1	16,7%	6	100,0%
Santa Fé	1	33,3%	0	0,0%	2	66,7%	0	0,0%	3	100,0%
Santa Helena	0	0,0%	5	71,4%	1	14,3%	1	14,3%	7	100,0%
Santa Inês	0	0,0%	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	3	100,0%
Santa Isabel do Ivaí	1	16,7%	3	50,0%	1	16,7%	1	16,7%	6	100,0%
Santa Isabel do Oeste	0	0,0%	7	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	7	100,0%
SANTA LÚCIA	0	0,0%	2	66,7%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Santa Maria do Oeste	0	0,0%	4	80,0%	1	20,0%	0	0,0%	5	100,0%
Santa Mariana	1	11,1%	4	44,4%	2	22,2%	2	22,2%	9	100,0%
Santa Mônica	1	20,0%	1	20,0%	3	60,0%	0	0,0%	5	100,0%
SANTA TEREZA DO OESTE	0	0,0%	3	37,5%	5	62,5%	0	0,0%	8	100,0%
SANTA TEREZA DO PARANÁ	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%
Santa Terezinha de Itaipu	1	16,7%	4	66,7%	1	16,7%	0	0,0%	6	100,0%
Santana do Itararé	0	0,0%	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	3	100,0%
Santo Antonio da Platina	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%
Santo Antônio da Platina	1	5,0%	5	25,0%	13	65,0%	1	5,0%	20	100,0%
Santo Antonio do Catuaí	1	25,0%	1	25,0%	2	50,0%	0	0,0%	4	100,0%
Santo Antonio do Paraíso	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Santo Antônio do Sudoeste	2	6,9%	13	44,8%	14	48,3%	0	0,0%	29	100,0%
Santo Inácio	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%

São Carlos do Ivaí	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
São Jerônimo da Serra	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
São Jerônimo da Serra	1	9,1%	4	36,4%	6	54,5%	0	0,0%	11	100,0%
São João	1	7,7%	5	38,5%	7	53,8%	0	0,0%	13	100,0%
São João do Caiuá	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
SÃO JOAO DO IVAÍ	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
São João do Triunfo	1	25,0%	3	75,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
São Jorge D'Oeste	0	0,0%	4	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
São Jorge do Ivaí	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
São Jorge do Patrocínio	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
São José da Boa Vista	1	14,3%	3	42,9%	3	42,9%	0	0,0%	7	100,0%
São José dos Pinhais	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	1	100,0%
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	1	100,0%
São Manoel do Paraná	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
São Mateus do Sul	1	2,8%	10	27,8%	21	58,3%	4	11,1%	36	100,0%
São Miguel do Iguaçu	1	4,3%	7	30,4%	15	65,2%	0	0,0%	23	100,0%
SÃO PEDRO DO IGUAÇU	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	1	100,0%
SÃO PEDRO DO IVAÍ	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
São Pedro do Ivaí	0	0,0%	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
São Pedro do Paraná	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
São Sebastião da Amoreira	1	16,7%	1	16,7%	2	33,3%	2	33,3%	6	100,0%
São Sebastião da Anoreira	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
São Tomé	0	0,0%	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	100,0%
Sapopema	1	10,0%	3	30,0%	6	60,0%	0	0,0%	10	100,0%
Sarandi	1	6,2%	0	0,0%	15	93,8%	0	0,0%	16	100,0%
Saudade do Iguaçu	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Sengés	0	0,0%	4	22,2%	11	61,1%	3	16,7%	18	100,0%
Serranópolis do Iguaçu	0	0,0%	2	66,7%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Sertaneja	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
Siqueira Campos	1	10,0%	0	0,0%	7	70,0%	2	20,0%	10	100,0%
Sulina	1	25,0%	1	25,0%	2	50,0%	0	0,0%	4	100,0%
Tamboara	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%	3	100,0%
Tapejara	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
Tapira	1	14,3%	3	42,9%	3	42,9%	0	0,0%	7	100,0%
Teixeira Soares	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%

Telemaco Borba	1	2,2%	17	37,0%	16	34,8%	12	26,1%	46	100,0%
Terra Boa	1	11,1%	4	44,4%	4	44,4%	0	0,0%	9	100,0%
Terra Rica	1	11,1%	3	33,3%	4	44,4%	1	11,1%	9	100,0%
Terra Roxa	0	0,0%	4	40,0%	4	40,0%	2	20,0%	10	100,0%
TIBAGI	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
TOLEDO	0	0,0%	16	69,6%	2	8,7%	5	21,7%	23	100,0%
Tomazina	0	0,0%	2	28,6%	5	71,4%	0	0,0%	7	100,0%
TRÊS BARRAS DO PARANÁ	0	0,0%	3	30,0%	6	60,0%	1	10,0%	10	100,0%
Tuneiras do Oeste	1	20,0%	4	80,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	100,0%
TUPÁSSI	1	12,5%	4	50,0%	3	37,5%	0	0,0%	8	100,0%
Turvo	2	28,6%	5	71,4%	0	0,0%	0	0,0%	7	100,0%
Ubiratã	1	8,3%	7	58,3%	4	33,3%	0	0,0%	12	100,0%
Unuarama	2	3,4%	20	33,9%	22	37,3%	15	25,4%	59	100,0%
União da Vitória	1	4,8%	16	76,2%	0	0,0%	4	19,0%	21	100,0%
Uniflor	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Uraí	1	11,1%	3	33,3%	3	33,3%	2	22,2%	9	100,0%
Ventania	1	14,3%	2	28,6%	4	57,1%	0	0,0%	7	100,0%
VERA CRUZ DO OESTE	0	0,0%	2	28,6%	4	57,1%	1	14,3%	7	100,0%
Veré	0	0,0%	4	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
Virmond	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%	2	100,0%
Vitorino	1	16,7%	1	16,7%	4	66,7%	0	0,0%	6	100,0%
Wenceslau Braz	1	5,3%	7	36,8%	8	42,1%	3	15,8%	19	100,0%
Xambrê	0	0,0%	3	50,0%	3	50,0%	0	0,0%	6	100,0%
Total	261	7,6%	1332	39,0%	1429	41,8%	395	11,6%	3417	100,0%

Processo nº. 23075.

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARANÁ E A UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ**

O Ministério Público do Estado do Paraná, pessoa jurídica, com sede à rua Marechal Hermes, nº. 751, no município de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 78.206.307/0001/30, doravante denominada MP-PR, neste ato representada por seu Procurador Geral de Justiça, Sr. Ivonei Sfoggia, portador da cédula de identidade nº. 1.472.858-9 PR e CPF nº. 304.000.409-30; e

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, nos termos da lei nº. 1254 de 04 de dezembro de 1950, organizada sob a forma de autarquia de regime especial, com sede à rua XV de Novembro, nº. 1.299, no município de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 75.095.679/0001-49, doravante denominada **UFPR**, neste ato representada pelo seu Reitor, Professor Dr. **ZAKI AKEL SOBRINHO**, portador da cédula de identidade nº. 1.439.536-PR e CPF nº. 359.063.759-53, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso XII do estatuto da UFPR;

Resolvem de comum acordo firmar o presente Termo de Convênio de acordo com as normas da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, da Instrução Normativa nº. 01 da Secretaria do Tesouro Nacional de 15 de janeiro de 1997, do Decreto nº. 6.170 de 25 de Julho de 2007, aplicáveis no que couber, ao presente Termo, e de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a sistematização e análise dos dados de questionários elaborados pelo Ministério Público do Estado do Paraná e respondidos pelas unidades de ensino, com fins de efetivar a implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas públicas e particulares do Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

A execução do presente instrumento será realizada consoante descrição feita no Cronograma de Execução do Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

Não haverá transferência voluntária de recursos entre os partícipes para a execução do presente Termo de Convênio. As despesas necessárias à plena execução do objeto acordado tais como serviços de terceiros, pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta de dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ

- a. Disponibilizar os arquivos eletrônicos dos questionários respondidos pelas unidades de ensino do estado do Paraná.

- b. Disponibilizar a cópia dos procedimentos administrativos instaurados pelas Promotorias de Justiça, para acompanhamento e monitoramento da implementação da lei 10.639/2003, e encaminhados ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA UFPR

- a. Designar um coordenador institucional responsável pelo acompanhamento das atividades no âmbito deste Convênio e para a elaboração anual do relatório de atividades submetido ao Setor ou Pró-Reitoria a que o projeto estiver vinculado.
- b. Aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação da execução deste Convênio fundamentada em razões concretas que a justifique, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência em relação ao término de sua vigência.
- c. Garantir a execução das atividades técnicas-acadêmicas previstas no Plano de Trabalho, sendo de sua responsabilidade quanto ao cumprimento das etapas técnicas.
- d. Responsabilizar-se, na pessoa do Coordenador indicado do projeto, pela emissão de relatórios físicos relativos a execução técnica do projeto, bem como pelo atendimento a qualquer questionamento de ordem técnico-científica referente ao projeto.

CLÁUSULA SEXTA – DA FUNDAÇÃO DE APOIO

A Universidade Federal do Paraná poderá conveniar com uma de suas Fundações de Apoio, se julgar necessário, para apoio à execução do objeto do presente acordo.

Parágrafo Único: O repasse de recursos nesses casos deverá ocorrer no elemento de despesa 33.50.39.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E/OU INTELECTUAL

Os direitos relativos à propriedade industrial e/ou intelectual dos resultados obtidos pela execução do presente Convênio serão determinados com fundamento na legislação específica, Lei nº. 9.610/98 e Resolução 09/03–COUN/UFPR.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS

Todos os bens adquiridos com os recursos financeiros deste Convênio, ao seu término, deverão ser incorporados ao patrimônio da Universidade Federal do Paraná, com comunicação escrita do Coordenador do Projeto.

CLÁUSULA NONA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Termo de Convênio será obrigatoriamente destacada a participação dos partícipes.

Parágrafo Único: Fica vedado aos partícipes utilizar, nos empreendimentos resultantes do Termo de Convênio, nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

O presente Termo de Convênio vigorará pelo prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado e/ou alterado através de Termo Aditivo, a ser formalizado entre os convenientes, atendendo o limite máximo de 60 (sessenta) meses para a sua realização, conforme o Artigo 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido por qualquer das partes, mediante notificação e justificativa, por escrito, com antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias, fazendo-se o levantamento econômico-financeiro para efeito de encerramento de contas e ressarcimento de importâncias porventura devidas. Havendo pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Convênio, as responsabilidades de cada uma pela conclusão ou encerramento das atividades.

Parágrafo Único: O inadimplemento de qualquer cláusula deste convênio assegurará o direito de dá-lo por rescindido, mediante processo administrativo, assegurada ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste instrumento será efetivada por extrato no Diário Oficial da União, de acordo com os termos do artigo 17 da IN nº. 01/97 - STN, correndo as despesas às expensas da UFPR.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos relativos à execução deste Convênio serão resolvidos de comum acordo entre os partícipes, recorrendo-se às normas de direito público, em especial, àquelas contidas na IN STN – 01/97, Portaria Interministerial 127/08, Decreto-Lei 6.170/07 e Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Convênio que não possam ser solucionadas por entendimento direto entre as partes, fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Paraná, Subseção de Curitiba, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma para fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Curitiba, _____ de _____ de _____.

ZAKI AKEL SOBRINHO
Reitor da UFPR

NOME
Cargo

Testemunhas:



Universidade Federal do Paraná

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Anexo A – Dados Cadastrais

1. DADOS CADASTRAIS DA UFPR E DO SEU REPRESENTANTE LEGAL

Instituição UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ			CNPJ 75.095.679/0001-49
Endereço R. XV de Novembro, 1299 – Centro			
Cidade Curitiba	UF PR	CEP 80060-000	Esfera Administrativa Federal
DDD 41	Fone 3360-5012	Fax 3360-5126	E-mail gabinetereitor@ufpr.br
Conta Corrente Única	Banco Banco do Brasil S/A	Agência 4201-3	Praça de Pagamento Curitiba/ PR
UO 26241	UG 153079	Gestão 15232	
Nome do Responsável Zaki Akel Sobrinho			CPF 359.063.759-53
Nº RG/Órgão Expedidor 1.439.536-9 SESP/PR	Cargo Professor	Função Reitor	Matrícula 0342171
Endereço Residencial Rua Bruno Filgueira, 1985 – ap. 143 – Batel – Curitiba/PR			CEP 80.730-380

2. DADOS CADASTRAIS DO PARTICIPE

Órgão/Entidade Ministério Público do Estado do Paraná	CNPJ 78.206.307/0001/30
Endereço Rua Marechal Hermes 751	Esfera Administrativa
Nome do Responsável Ivonei Sfoggia	CPF 304.000.409-30
Cargo Procurador Geral de Justiça	

3. DADOS CADASTRAIS DO COORDENADOR DO PROJETO NA UFPR

Nome do Coordenador Carolina dos Anjos		CPF 000.731.710-77
Matrícula UFPR 205.104	Cargo Professora	Função Adjunto I
E-mail (1)		E-mail (2)
Fone (1)	Fone (2)	Celular
Campus Reitoria	Setor Educação	Departamento DTFE

Anexo B – Projeto

1. Características

Tipo de objeto	
Ensino	
Pesquisa	X
Extensão	
Desenvolvimento Institucional (informar o nº da meta PDI)	
Desenvolvimento Científico e Tecnológico	
Estágio de Graduação	

Título do Projeto	Período de Execução do Projeto	
	Início mm/aaaa	Término mm/aaaa
Acompanhamento da implementação da Lei 10.639/03 no Estado do Paraná	06/2016	09/2017
<p>Objetivo Geral</p> <p>O presente Termo de Convênio tem por objeto a sistematização e análise dos dados de questionários elaborados pelo Ministério Público do Estado do Paraná e respondidos pelas unidades de ensino, com fins de efetivar a implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas públicas do Estado do Paraná.</p>		
<p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> Sistematizar as informações das escolas paranaenses (estaduais e municipais da rede pública e privada) bem como das Secretarias Municipais de Educação, sobre implementação da Lei 10.639/03 (Art. 26A da LDB) e as normativas dela decorrentes; Analisar questionários das Escolas Quilombolas; Organizar dados por escolas/municípios; Gerar relatórios de pesquisa; Realizar Evento de apresentação dos resultados finais da avaliação dos dados coletados ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná (CAOPJDH). 		
<p>Justificativa</p> <p>Este Plano de Ação tem como principal fim a atuação conjunta entre o Ministério Público do Paraná e a Universidade Federal do Paraná em prol do desenvolvimento da educação voltada para o respeito à pessoa humana, aos Direitos Humanos e à diversidade.</p> <p>Do ponto de vista legal busca atuar para o cumprimento do estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 205, 206, I, III, art. 207, Art. 208, Art. 210, Art. 215, Art. 216, § 1º do Art. 242 e ato das disposições transitórias ADCT, Art. 68. Em especial busca atuar para o respeito aos Art. 26, 26 A (modificado pelas Lei 10.639/03 e 11.645/08), 58, 59, 60 e 79 B da lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Também o disposto no</p>		

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.096 de 13 de junho de 1990), bem como no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005 de 25 de Junho de 2014) e no Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.888, de 20 de julho de 2010). Também busca o atendimento à Resolução CNE/CEB nº. 2/001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Resolução CNE/CP nº 1/02 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores; ao Parecer do Conselho Nacional de Educação aprovado pelo Conselho Pleno em 03/2004 (ato mandatório); a Resolução 01/03 do Conselho Nacional de Educação que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Ainda em atendimento ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, aprovado em 2009.

As disposições legais encontram eco no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPR que aponta como desafios (BRASIL/UFPR, p. 6) da instituição, entre outros a:

- A flexibilização dos modelos de formação;
- O diálogo com os demais segmentos da Sociedade e seus saberes;
- A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão (BRASIL/UFPR, p. 6).

Também nos valores do PDI (BRASIL/UFPR, 2012, p. 7) encontramos outros pontos relacionados à essa proposição:

- Comprometimento com a construção do saber e a formação de profissionais competentes e comprometidos socialmente;
- Promoção de ambiente pluralista, no qual o debate público e respeitoso seja instrumento de convivência democrática;
- Valorização da multiculturalidade como respeito à Sociedade brasileira e solidariedade internacional;
- Construção de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade e comprometida com o desenvolvimento social e sustentável;
- Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Respeito a todas as instâncias da Sociedade organizada (BRASIL/UFPR, 2012, p. 7).

Temos um conjunto de itens nos quais a execução do presente Plano de Ação atuará para a concretização, no que se refere ao uso da pesquisa como forma de monitoramento das políticas educacionais voltadas à diversidade étnico-racial.

2. Plano de Execução

2.a. Metodologia e Resultados Esperados

Metodologia

As atividades a serem desenvolvidas serão a sistematização de informações constantes em questionário enviado pelo Ministério Público do Paraná às instituições educacionais do estado. Tabulação das principais questões fechadas, por município; pelo Estado; por tipo de rede de ensino; por nível e modalidade de ensino. Envio ao CAOP dos relatórios de pesquisa.

Resultados Esperados

Relatórios por município a serem enviados ao Ministério Público para subsidiar o acompanhamento da implementação do art. 26A da LDB (Leis 10.639/03 e 11.645/08);

Evento de apresentação dos resultados finais da avaliação dos dados coletados ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná (CAOPJDH).

2.b. Informações Complementares

Acompanhamento, Avaliação e Prestação de Contas

O acompanhamento e avaliação serão realizados em conjunto pelo Núcleo de Promoção de Igualdade Étnico-Racial CAOP de Proteção aos Direitos Humanos e pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UFPR). Os resultados serão dispostos em relatórios entregues ao CAOP, o que possibilitará acompanhamento e avaliação pelos atores e pelas promotorias a quem os relatórios municipais serão enviados.

A prestação de contas será via os mesmos relatórios, que são o objeto do convênio (que não prevê qualquer repasse financeiro entre as partes).

Direitos Autorais e patentes

O banco de dados do projeto é de propriedade do CAOP-Ministério Público do Paraná.

O NEAB-UFPR poderá dispor dos dados para gerar relatórios de pesquisa para o CAOP e para outras formas relatórios em análises específicas: Iniciação Científica; Monografias de Conclusão de Curso; Dissertações de Mestrado; Teses de Doutorado; Comunicações em Congressos Científicos da área; publicações de divulgação científica em artigos ou capítulos de livros. As referidas formas de publicação serão sempre com vistas ao possível impacto social na promoção da implementação do Artigo 26A da LDB (modificado pelas Lei 10.639/03 e 11.645/08).

Divulgação e Publicação de resultados do projeto

Conforme os itens anteriores, a forma principal de divulgação será por meio de relatórios enviados pelo NEAB-UFPR ao CAOP. Outras formas de divulgação em publicações científicas são admitidas.

2.c. Cronograma de Execução Físico-Financeira

Meta	Etapa Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração		Custos
			Unidade	Quant.	Início	Término	Valor (R\$)
1		Título da Meta 1 Sistematização e análise dos dados de questionários respondidos pelas unidades de ensino do estado do Paraná.			Inserir mês/ano	Inserir mês/ano	Inserir o total desta meta
	1.1	Título da Etapa 1 Envio dos dados					
		Inserir descrição do item CAOP envia ao NEAB-UFPR o banco de dados com questionários.		1	Mar/16	Mar/16	
	1.2	Título da Etapa 2 Tabulação das questões fechadas.		1			
		Questões fechadas são tabuladas por escola e município.			Abr/16	Set/16	
	1.3	Título da Etapa 3 Análise dos dados e geração dos relatórios por escola e município			Jul/16	Set/16	
	1.4	Título da Etapa 4 Avaliação e redação de relatório final			Out/16	Nov/16	
	1.5	Título da Etapa 5 Evento de Apresentação dos dados ao CAOP			Nov/16	Nov/16	
		Outras etapas e itens – quando houver.					
TOTAL							Valor total do projeto

Anexo C – Relação dos Bens Móveis e Imóveis

Informar a relação de bens móveis e imóveis da UFPR a serem disponibilizados ao projeto, detalhando as características da infraestrutura laboratorial e administrativa necessárias por etapa do projeto, valores previstos no projeto referentes ao ressarcimento da UFPR pelo uso destas instalações e respectivos percentuais a serem repassados à Universidade, FDA, Setor, Departamento ou outro órgão acadêmico, se aplicável. Cabe ressaltar que a isenção de taxa não exige a apresentação do presente anexo.

Meta/Etapa	Infraestrutura Utilizada	Campus	Servidor Responsável	Matrícula UFPR
1/1.1	Sala de coordenação NEAB-UFPR (Estações de trabalho de laboratório de pesquisa; laptops; acervo especializado; sala de reuniões para grupos pequenos)	Prédio Histórico	Paulo Vinicius Baptista da Silva	135.429
1/1.2	Sala de coordenação NEAB-UFPR (Estações de trabalho de laboratório de pesquisa; laptops; acervo especializado; sala de reuniões para grupos pequenos)	Prédio Histórico	Paulo Vinicius Baptista da Silva	135.429
1/1.3	Sala de coordenação NEAB-UFPR (Estações de trabalho de laboratório de pesquisa; laptops; acervo especializado; sala de reuniões para grupos pequenos)	Prédio Histórico	Paulo Vinicius Baptista da Silva	135.429
1/1.4	Sala de coordenação NEAB-UFPR (Estações de trabalho de laboratório de pesquisa; laptops; acervo especializado; sala de reuniões para grupos pequenos)	Prédio Histórico	Paulo Vinicius Baptista da Silva	135.429
1/1.5	Sala de coordenação NEAB-UFPR (Estações de trabalho de laboratório de pesquisa; laptops; acervo especializado; sala de reuniões para grupos pequenos)	Prédio Histórico	Paulo Vinicius Baptista da Silva	135.429
Valor total previsto para o Ressarcimento da UFPR* (R\$)			xx.xxx,xx	

*FDA+Setor+Departamento+UFPR

Anexo D – Orçamento

1. Plano de Aplicação

Observações:

- (1) Os espaços preenchidos com (...) deverão ser utilizados para detalhar demais despesas necessárias.
- (2) Células não utilizadas poderão ser excluídas.

ESTIMATIVA DE RECEITA	
Origem Recurso alocado na PROGRAD-UFPR, remanescente do Contrato 2938 FUNPAR-UFPR, intitulado "UFPR – NEAB – Especialização 2012"	xxx
Valor (RS)	2.400,00

ESTIMATIVA DE DESPESAS						
Natureza da Despesa		Quant.	Unidade			Total
Elemento	Descrição					
Despesas Correntes / Outras / Aplicações Diretas						
3390.14.00	Diárias					
	Diárias no País					0,00
	Diárias no Exterior					0,00
Subtotal 1						0,00
3390.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes					
	Alunos de Graduação					2.400,00
	Alunos de Pós-Graduação					0,00
Subtotal 2						0,00
3390.30.00	Material de Consumo					
	Material de Expediente					0,00
	Insumos de Laboratório					0,00
	(...)					0,00
	(...)					0,00
Subtotal 3						0,00
3390.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção					
	Passagens nacionais					0,00
	Passagens internacionais					0,00
Subtotal 4						0,00
3390.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física					
Externos						
	Conferencistas e/ou expositores					0,00
	Estagiário(s)					0,00
	(...)					0,00
Subtotal 5.1						0,00
Servidores						

	Docentes					0,00
	Técnicos					0,00
<i>Subtotal 5.2</i>						0,00
Subtotal 5 (5.1+5.2)						0,00
3390.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica						
<i>Outros Serviços</i>						
	Divulgação e Publicidade					0,00
	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos					0,00
	Coffe Break/Coquetéis/Recepções					0,00
	(...)					0,00
<i>Subtotal 6.1</i>						0,00
<i>Ressarcimento de custos administrativos, se houver</i>						
3390.39.79	Ressarcimento de custos administrativos					0,00
<i>Subtotal 6.2</i>						0,00
Subtotal 6 (6.1+6.2)						0,00
Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações Diretas						
4490.51.00	Obras e Instalações					
	(...)					0,00
Subtotal 7						0,00
4490.52.00	Equipamentos e Material Permanente					
	Material Permanente Nacional					0,00
	Material Permanente Importado					0,00
Subtotal 8						0,00
Outros						
3390.47.10	Ressarcimento UFPR*					
3390.47.10	Fundo de Desenvolvimento Acadêmico - FDA	x	%			0,00
3390.47.10	Ressarcimento da UFPR	2	%			0,00
3390.47.10	Departamento	x	%			0,00
3390.47.10	Setor	2	%			0,00
Subtotal 9						0,00
TOTAL [Subtotal1 + Subtotal2 + (...) + Subtotal9]						2.400,00

*Participações UFPR	FDA	Ressarcimento	Departamento	Setor	Total (mínimo)
Resolução 36/04-COUN	4%	2%	2%	2%	10%
Resolução 42/03-COUN	8%	2%	3%	2%	15%

Observação: deverão ser rubricadas as folhas sem campo para assinatura

2. Cronograma de Desembolso

Ano 01	jan	fev	mar	abr	mai	Jun
	jul	ago	set	out	nov	Dez
Subtotal Ano 1						
Ano 02	jan	fev	mar	abr	mai	Jun
	jul	ago	set	out	nov	Dez
Subtotal Ano 2						
Ano 03	jan	fev	mar	abr	mai	Jun
	jul	ago	set	out	nov	Dez
Subtotal Ano 3						
Total						0,00

Curitiba, ____ de ____ de ____

Coordenador(a) do Projeto

Ciente:

Diretor(a) do Setor

Observações:

- Para servidores que ainda serão selecionados, somente os campos Nome, Matrícula e CPF não se aplicarão. Os demais campos trazem o perfil do servidor e a Meta/Etapa vinculante e são obrigatórios.

... A somatória dos valores apresentados, por vinculação/titulação, deverá corresponder ao Plano de Aplicação (item 1 do Anexo D – Orçamento).

[illegible]

(11) Meta/Etapa = informar em qual meta/etapa o servidor participará do projeto.

(2) Vínculo UFPR = informar qual o vínculo do servidor com a UFPR: Técnico ou Docente.

(3) Titulação = informar qual a titulação do servidor: Graduado ou Especialista ou Mestre ou Doutor.

(4) Carga Horária = estimativa da carga horária total a ser destinada, pelo servidor, para a execução do projeto.

(5) Valor da Bolsa = valor, máximo, da bolsa a ser concedida ao servidor pela participação no projeto. Se não houver pagamento de bolsa, informar 0,00.

Observação: deverão ser rubricadas as folhas sem campo para assinatura

Participantes Vinculados à UFPR – Alunos

Observações:

- Para alunos que ainda serão selecionados, somente os campos Nome, Matrícula e CPF não se aplicarão. Os demais campos trazem o perfil do discente e a Meta/Etapa vinculante e, são obrigatórios.

- A somatória dos valores apresentados, por nível, deverá corresponder ao Plano de Aplicação (item 1 do Anexo D – Orçamento).

Meta/Etapa (1)	Nome Completo	Matrícula UFPR	CPF	Curso (2)	Nível (3)	Função no projeto	Carga Horária (4)	Valor Total da Bolsa (R\$) (5)
1/1.1 a 1.4	Danilo Monteiro de Oliveira	20165451	120658869-19	Expressão Gráfica	Graduação	Iniciação Científica	12	0,00
1/1.1 a 1.4	Liliana Cotinho Assis	201642589	049730339-60	Programa de Pós-Graduação em Educação	Mestrado	Pesquisadora	2	0,00

(1) Meta/Etapa = informar em qual meta/etapa o aluno participará do projeto. Se mais de uma, informar em linhas separadas.

(2) Curso = informar o nome do curso em que o aluno está matriculado.

(3) Nível = informar se Graduação, Mestrado ou Doutorado.

(4) Carga Horária = estimativa da carga horária total a ser destinada, pelo aluno, para a execução do projeto.

(5) Valor da Bolsa = valor, máximo, da bolsa a ser concedida ao aluno pela participação no projeto. Se não houver pagamento de bolsa, informar 0,00.

Curitiba, ____ de ____ de ____

Coordenador(a) do Projeto

ANEXO G – QUESTIONÁRIO ESCOLAS DE PINHAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Educação
Departamento de Ensino

Senhores Pais ou Responsáveis

A presente pesquisa tem por finalidade a constituição de uma base de conhecimentos relativos ao pertencimento étnico-racial, cultural e religioso da população investigada, de modo a construir um banco de dados para subsidiar o trabalho pedagógico sobre a temática da diversidade, bem como, servirá de elemento para o alinhamento das políticas públicas para educação municipal nesta área.

ATENÇÃO: o questionário deverá ser preenchido por uma única pessoa da família.

Agradecemos antecipadamente a colaboração.

1. IDADE: () DE 10 A 20 ANOS () 20 A 30 ANOS () 30 A 50 ANOS
() 50 A 70 ANOS () ACIMA DE 70 ANOS
2. SEXO: () FEMININO () MASCULINO
3. QUANTAS PESSOAS MORAM NA CASA: () 1 A 3 () 3 A 5 () 5 A 8
() 8 A 10 () ACIMA DE 10
4. QUAL SUA NACIONALIDADE: () BRASILEIRA () OUTRA
5. QUAL SUA RELIGIÃO: () CATÓLICA () EVANGÉLICA () RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA
() OUTRA
6. CONSIDERANDO AS OPÇÕES ABAIXO, COMO VOCÊ CLASSIFICARIA SUA COR OU RAÇA?
() BRANCO () NEGRO () AMARELO () PARDO () INDÍGENA () OUTRA
7. EM RELAÇÃO A SUA COR OU RAÇA, VOCÊ A DEFINIRIA DE ACORDO COM:
() CULTURA, TRADIÇÃO () TRAÇOS FÍSICOS – CABELO, BOCA, NARIZ, ETC.,...
() ORIGEM FAMILIAR () COR DA PELE
8. DENTRE AS SEGUINTE ALTERNATIVAS, VOCÊ SE RECONHECE OU IDENTIFICA A SUA ORIGEM COMO:
() AFRODESCENDENTE () INDÍGENA () ORIENTAL () GERMÂNICA () OUTRA
9. QUAL SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL:
() HETEROSSEXUAL () HOMOSSEXUAL () BISSEXUAL () ASSEXUAL
() PANSEXUAL () NÃO QUERO RESPONDER () NÃO ENTENDI
10. QUE ASPECTOS VOCÊ ACHA QUE MAIS PRODUZEM PRECONCEITO OU DISCRIMINAÇÃO?
() RAÇA OU COR DA PELE () OPÇÃO RELIGIOSA () CONDIÇÃO FINANCEIRA DA PESSOA
() ORIENTAÇÃO SEXUAL () DEFICIÊNCIA () OUTRA